

PROJETO DE LEI Nº 2.404/2014

**DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES
ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO
FINANCEIRO DE 2015.**

CAPITULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2.º, da Constituição Federal, no art. 83, § 3º da Lei Orgânica do Município, e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes gerais para elaboração do orçamento do Município de Porto Xavier, relativas ao exercício de 2015, compreendendo:

- I - as metas e riscos fiscais;
- II – as prioridades e metas da administração municipal extraídas do Plano Plurianual para 2014/2017;
- III - a organização e estrutura do orçamento;
- IV - as diretrizes para elaboração e execução do orçamento e suas alterações;
- V - as disposições relativas à dívida pública municipal;
- VI - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
- VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária;
- VIII - as disposições gerais.

§ 1º As diretrizes orçamentárias têm entre suas finalidades:

- I – orientar a elaboração e a execução da Lei Orçamentária Anual para o alcance dos objetivos e das metas do Plano Plurianual – PPA;
- II – ampliar a capacidade do Município de garantir o provimento de bens e serviços à população;

§ 2º A elaboração, fiscalização e controle da lei orçamentária anual para o exercício de 2015, bem como a aprovação e execução do orçamento fiscal e da seguridade social do Município, além de serem orientados para viabilizar o alcance dos objetivos declarados no PPA, devem:

- I – manter o equilíbrio entre receitas e despesas;
- II – evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo amplo acesso da sociedade inclusive por meio eletrônico;
- III – eliminar fragilidades institucionais que comprometam a implementação dos programas;
- IV – atingir as metas relativas a receitas, despesas, resultados primário e nominal e montante da dívida pública estabelecidos no Anexo I – Metas Fiscais desta Lei;

CAPÍTULO II

DAS METAS E RISCOS FISCAIS

Art. 2º As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2015, 2016 e 2017, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são as identificadas no **Anexo I**, composto dos seguintes demonstrativos:

I - Demonstrativo das metas fiscais anuais de acordo com o art. 4º, § 1º, da LC nº 101/2000, acompanhado da memória e metodologia de cálculo;

II – Demonstrativo de avaliação do cumprimento das metas fiscais relativas ao ano de 2013;

III - Demonstrativo das metas fiscais previstas para 2015, 2016 e 2017, comparadas com as fixadas nos exercícios de 2012, 2013 e 2014;

IV - Demonstrativo da evolução do patrimônio líquido, conforme art. 4º, § 2º, inciso III, da LC nº 101/2000;

V - Demonstrativo da origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos, em cumprimento ao disposto no art. 4º, § 2º, inciso III, da LC nº 101/2000;

VI - Demonstrativo da avaliação da situação financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos Municipais, de acordo com o art. 4º, § 2º, inciso IV, da Lei Complementar nº 101/2000;

VII - Demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita, conforme art. 4º, § 2º, inciso V, da LC nº 101/2000;

VIII – Demonstrativo da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, conforme art. 4º, § 2º, inciso V, da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º As metas fiscais estabelecidas no Anexo I desta Lei poderão ser ajustadas quando do encaminhamento do projeto de lei orçamentária anual, se verificadas alterações no comportamento das variáveis macroeconômicas e da execução das receitas e despesas, apresentadas em Anexo específico, e acompanhadas de justificativas técnicas e respectivas memórias e metodologias de cálculo.

§ 2º Na hipótese do parágrafo anterior, e para efeitos de avaliação do cumprimento das metas fiscais na audiência pública prevista no art. 9º, § 4º, da LC nº 101/2000, as receitas e despesas realizadas serão comparadas com as metas ajustadas.

Art. 3º Estão discriminados, no **Anexo II**, que integra esta Lei, os Riscos Fiscais, onde são avaliados os riscos orçamentários e os passivos contingentes capazes de afetar as contas públicas, em cumprimento ao art. 4º, § 3º, da LC nº 101/2000.

§ 1º Consideram-se passivos contingentes e outros riscos fiscais possíveis obrigações a serem cumpridas em 2015, cuja existência será confirmada somente pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob controle do Município.

§ 2º Também são passivos contingentes, obrigações presentes decorrentes de eventos passados, cuja liquidação em 2015 seja improvável ou cujo valor não possa ser tecnicamente estimado.

§ 3º Caso se concretizem, os riscos fiscais serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e, sendo esta insuficiente, serão indicados, também, o excesso de arrecadação e o superávit financeiro do exercício de 2014, se houver, obedecida a fonte de recursos correspondente.

§ 4º Sendo esses recursos insuficientes, o Poder Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo anulação de recursos alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

CAPÍTULO III

DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL EXTRAÍDAS DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º As metas e prioridades para o exercício financeiro de 2015 estão estruturadas de acordo com o Plano Plurianual para 2014/2017 - Lei n.º 2.340, de 05 de Setembro de 2013 e suas alterações, especificadas no **Anexo III**, integrante desta Lei, as quais terão precedência na alocação de recursos Lei Orçamentária.

§ 1º Os valores constantes no Anexo de que trata este artigo possuem caráter indicativo e não normativo, devendo servir de referência para o planejamento, podendo, a lei orçamentária, atualizá-los.

§ 2º A programação da despesa na Lei de Orçamento Anual para o exercício financeiro de 2015 observará o atingimento das metas fiscais estabelecidas e atenderá às prioridades e metas estabelecidas no Anexo de que trata o *caput* deste artigo e aos seguintes objetivos básicos das ações de caráter continuado:

I - provisão dos gastos com pessoal e encargos sociais do Poder Executivo e do Poder Legislativo;

II - compromissos relativos ao serviço da dívida pública;

III - despesas indispensáveis ao custeio e manutenção da administração municipal;

IV – despesas com conservação e manutenção do patrimônio público evidenciadas no Anexo IV desta Lei.

§ 3º Proceder-se-à adequação das metas e prioridades de que trata o *caput* deste artigo, se durante o período decorrido entre a apresentação desta Lei e a elaboração da proposta orçamentária para 2015 surgirem novas demandas e/ou situações em que haja necessidade da intervenção do Poder Público, ou em decorrência de créditos adicionais ocorridos.

§ 4º Na hipótese prevista no §3º, o Anexo de Metas e Prioridades, devidamente atualizado, será encaminhado juntamente com a proposta orçamentária para o próximo exercício.

CAPÍTULO IV

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO

Art. 5º Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - Programa: instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, mensurados por indicadores, conforme estabelecido no plano plurianual;

II - Atividade: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III - Projeto: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

IV - Operação Especial: despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

V - Órgão Orçamentário: o maior nível da classificação institucional, que tem por finalidade agrupar unidades orçamentárias.

VI - Unidade Orçamentária: o menor nível da classificação institucional;

§ 1º Na Lei de Orçamento, cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos ou operações especiais, especificando os respectivos valores, bem como os órgãos e as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º Cada atividade, projeto ou operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam, de acordo com a Portaria MOG nº 42/1999.

§ 3º A classificação das unidades orçamentárias atenderá, no que couber, ao disposto no art. 14 da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

Art. 6º Independentemente do grupo de natureza de despesa em que for classificado, todo e qualquer crédito orçamentário deve ser consignado diretamente à unidade orçamentária à qual pertencem as ações correspondentes, vedando-se a consignação de crédito a título de transferência a unidades orçamentárias integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

Parágrafo único: as operações entre órgãos, fundos e entidades previstas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social serão executadas obrigatoriamente por meio de empenho, liquidação e pagamento, nos termos da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, utilizando-se a modalidade de aplicação 91 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal e do Orçamento da Seguridade Social.

Art. 7º Os orçamentos fiscal e da seguridade social discriminarão a despesa por elementos de despesa, na forma do art. 15, § 1º, da Lei nº 4.320/64.

Art. 8º O Projeto de Lei Orçamentária Anual será encaminhado à Câmara Municipal, conforme estabelecido no § 5º do art. 165 da Constituição Federal, no § 8º do art. 87 da Lei Orgânica do Município e no art. 2º, da Lei nº 4.320/1964, e será composto de:

I - texto da Lei;

II – consolidação dos quadros orçamentários;

§ 1º Integrarão a consolidação dos quadros orçamentários a que se refere o inciso II, incluindo os complementos referenciados no art. 22, inciso III, da Lei nº 4.320/64, os seguintes quadros:

I - discriminação da legislação básica da receita e da despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social;

II – demonstrativo da evolução da receita, por origem de arrecadação, em atendimento ao disposto no art. 12 da LC nº 101/2000;

III – demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, de acordo com o art. 5º, inciso II, da LC nº 101/2000;

IV – demonstrativo das receitas por origem e das despesas por grupo de natureza de despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social, conforme art. 165, § 5º, III, da Constituição Federal;

V - demonstrativo da receita e planos de aplicação dos Fundos Especiais, que obedecerá ao disposto no inciso I do § 2º do art. 2º da Lei nº 4.320/1964;

VI – demonstrativo de compatibilidade da programação do orçamento com as metas fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, de acordo com o art. 5º, inciso I, da LC nº 101/2000;

VII - demonstrativo da fixação da despesa com pessoal e encargos sociais, para os Poderes Executivo e Legislativo, confrontando a sua totalização com a receita corrente líquida prevista, nos termos dos artigos 19 e 20 da LC nº 101/2000, acompanhado da memória de cálculo;

VIII - demonstrativo da previsão de aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino nos termos do art. 212 da Constituição Federal e dos artigos 70 e 71 da Lei nº 9.394/1996;

IX - demonstrativo da previsão da aplicação anual do Município em ações e serviços públicos de saúde, conforme a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012;

X - demonstrativo das categorias de programação a serem financiadas com recursos de operações de crédito realizadas e a realizar, com indicação da dotação e do orçamento a que pertencem;

XI - demonstrativo do cálculo do limite máximo de despesa para a Câmara Municipal, conforme o artigo 29-A da Constituição Federal, de acordo com a metodologia prevista no § 2º do art. 13 desta Lei.

Art. 9º A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária anual conterá:

I - relato sucinto do desempenho financeiro do Município e projeções para o exercício de 2015, com destaque, se for o caso, para o comprometimento da receita com o pagamento da dívida;

II - resumo da política econômica e social do Governo;

III - justificativa da estimativa e da fixação, respectivamente, da receita e da despesa e dos seus principais agregados, conforme dispõe o inciso I do art. 22 da Lei nº 4.320, de 1964;

IV - memória de cálculo da receita e premissas utilizadas;

V - demonstrativo da dívida fundada, assim como da evolução do estoque da dívida pública, dos últimos três anos, a situação provável no final de 2014 e a previsão para o exercício de 2015;

VI - relação dos precatórios a serem cumpridas com as dotações para tal fim constantes na proposta orçamentária, com a indicação da origem e dos números do processo judicial e do precatório, das datas do trânsito em julgado da sentença e da expedição do precatório, do nome do beneficiário e do valor de cada precatório a ser pago, nos termos do art. 100 da Constituição Federal.

VII – Relação das ações aprovadas nas audiências públicas realizadas na forma estabelecida pelo art. 11 desta Lei, com a identificação dos respectivos projetos, atividades ou operações especiais, bem como os valores correspondentes.

CAPÍTULO V

DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO

DO ORÇAMENTO E SUAS ALTERAÇÕES

Seção I

Das Diretrizes Gerais

Art. 10. Os orçamentos fiscal e da seguridade social compreenderão a programação do Poder Legislativo e do Poder Executivo, neste abrangidos seus respectivos fundos, órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, inclusive Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como as empresas e sociedades de economia mista em que o Município detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto.

Parágrafo único: Os órgãos da Administração Indireta e o Poder Legislativo encaminharão à Secretaria da Fazenda, até 03 de Novembro de 2014, suas respectivas propostas orçamentárias, para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária de 2015, observadas as disposições desta Lei.

Art. 11. A elaboração e a aprovação do Orçamento para o exercício de 2015 e a sua execução obedecerão, entre outros, ao princípio da publicidade, promovendo-se a transparência da gestão fiscal e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

§ 1º Para fins de atendimento ao disposto no parágrafo único do art. 48 da LC nº 101/2000, o Poder Executivo organizará audiência(s) pública(s) a fim de assegurar aos cidadãos a participação na seleção das prioridades de investimentos, que terão recursos consignados no orçamento.

§ 2º A Câmara Municipal organizará audiência(s) pública(s) para discussão da proposta orçamentária durante o processo de sua apreciação e aprovação.

Art. 12. Os Fundos Municipais constituirão unidade orçamentária específica, e terão suas Receitas vinculadas a Despesas relacionadas com seus objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no art. 8º, § 1º, inciso V, desta Lei.

§ 1º A administração dos Fundos Municipais será efetivada pelo Chefe do Poder Executivo, podendo, por ato formal deste, ser delegada à Secretários, servidores municipais ou comissão de servidores.

§ 2º A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais deverão ser demonstradas, também, em balancetes apartados das contas do Município.

Art. 13. Os estudos para definição do Orçamento da Receita deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos, a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois anos seguintes ao exercício de 2015.

§ 1º Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal os estudos e as estimativas de receitas para o exercício de 2015, inclusive da receita corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

§ 2º Para fins de cálculo do limite das despesas do Poder Legislativo, nos termos do art. 29-A da Constituição Federal, considerar-se-á a receita arrecadada até o dia 30 de Setembro de 2014, acrescida da tendência de arrecadação até o final do exercício.

Art.14. A lei orçamentária conterá reservas de contingência, desdobradas para atender às seguintes finalidades:

I - cobertura de créditos adicionais;

II - atender passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos;

§ 1º A reserva de contingência, de que trata o inciso II do *caput*, será fixada em, no mínimo, 0,49% (quarenta e nove centésimos por cento) da receita corrente líquida, e sua utilização dar-se-á mediante créditos adicionais abertos à sua conta.

§ 2º Na hipótese de ficar demonstrado que a reserva de contingência constituída para atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos não precisará ser utilizada para sua finalidade, no todo ou em parte, o Chefe do Executivo poderá utilizar seu saldo para dar cobertura a outros créditos adicionais, legalmente autorizados na forma dos artigos 41, 42 e 43 da Lei nº 4.320/1964.

§ 3º A Reserva de Contingência da Unidade Gestora do Regime Próprio de Previdência Social será constituída dos recursos que corresponderão à previsão de seu superávit orçamentário e somente poderá ser utilizada para a cobertura de créditos adicionais do próprio regime.

Art. 15. Observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101, de 2000, somente serão incluídas novos projetos na Lei Orçamentária de 2015 se:

I - tiverem sido adequada e suficientemente contempladas as despesas para conservação do patrimônio público e para os projetos em andamento, constantes do Anexo IV desta Lei;

II - a ação estiver compatível com o Plano Plurianual.

Parágrafo único: o disposto neste artigo não se aplica às despesas programadas com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito, cuja execução fica limitada à respectiva disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 16. Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, I e II, da LC nº 101/2000, quando for o caso, deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

§ 1º Para efeito do disposto no art. 16, § 3º, da LC nº 101/2000, serão consideradas despesas irrelevantes aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2015, em cada evento, não exceda aos valores limites para dispensa de licitação fixados nos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666/93, conforme o caso.

§ 2º No caso de despesas com pessoal, desde que não configurem geração de despesa obrigatória de caráter continuado, serão consideradas irrelevantes aquelas cujo montante, no exercício de 2015, em cada evento, não exceda a 1 vez o menor padrão de vencimentos.

Art. 17. Enquanto o Município não dispuser de um Sistema de Informação de Custos na forma estabelecida pela Norma Brasileira de Contabilidade – NBC T 16.11, aprovada pela Resolução nº 1.366, de 25 de novembro de 2011, do Conselho Federal de Contabilidade, o controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o art. 50, § 3º, da LC nº 101/2000, deverá, no mínimo, evidenciar, em relatório anual os gastos das obras e dos serviços públicos, tais como:

- I - dos programas e das ações previsto no Plano Plurianual;
- II - do m2 das construções e do m2 das pavimentações;
- III - do custo aluno/ano da educação infantil e do ensino fundamental, do custo aluno/ano do transporte escolar e do custo aluno/ano com merenda escolar;
- IV - do custo da destinação final da tonelada de lixo;
- V - do custo do atendimento nas unidades de saúde, entre outros.

§ 1º O controle de custos de que trata o caput será orientado para o estabelecimento da relação entre a despesa pública e o resultado obtido, de forma a priorizar a análise da eficiência na alocação dos recursos, permitindo o acompanhamento das gestões orçamentária, financeira e patrimonial.

§ 2º Os gastos serão apurados e avaliados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as despesas liquidadas e as metas físicas previstas confrontadas com as realizadas e apuradas ao final de cada período.

§ 3º Os relatórios referidos no caput deverão ser disponibilizados em meio eletrônico de acesso ao público, em até 30 dias contados da data de sua emissão.

Art. 18. As metas fiscais estabelecidas no demonstrativo de que trata o inciso I do art. 2º serão desdobradas em metas quadrimestrais para fins de avaliação em audiência pública na Câmara Municipal até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar os gastos e também o cumprimento das metas físicas estabelecidas.

§ 1º Para fins de realização da audiência pública prevista *caput*, e em conformidade com o art. 9º, § 4º, da LC nº 101/2000, o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo, até 3 dias antes da audiência, relatório de avaliação do cumprimento das metas fiscais, com as justificativas de eventuais desvios e indicação das medidas corretivas adotadas.

§ 2º Compete ao Poder Legislativo Municipal, mediante prévio agendamento com o Poder Executivo, convocar e coordenar a realização das audiências públicas referidas no *caput*.

Seção II

Das Diretrizes Específicas do Orçamento da Seguridade Social

Art. 19. O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social, e contará, entre outros, com recursos provenientes:

I – do produto da arrecadação de impostos e transferências constitucionais vinculados às ações e serviços públicos de saúde, nos termos da Lei Complementar nº141, de 13 de janeiro de 2012;

II - das contribuições para o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Municipais, que será utilizada para despesas com encargos previdenciários do Município;

III - do Orçamento Fiscal;

IV - das demais receitas cujas despesas integram, exclusivamente, o orçamento referido no *caput* deste artigo.

§ 1º As receitas de que trata os incisos I, II e IV deste artigo deverão ser classificadas como receitas da seguridade social;

§ 2º O orçamento da seguridade social será evidenciado na forma do demonstrativo previsto no art. 8º, § 1º, inciso IV, desta Lei.

Seção III

Das Disposições sobre a Programação e Execução Orçamentária e Financeira

Art. 20. O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá, através de Decreto, em até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para todas as Unidades Orçamentárias, considerando, nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer equilíbrio.

§ 1º O ato referido no *caput* deste artigo e os que o modificarem conterá:

I - metas quadrimestrais para o resultado primário, que servirão de parâmetro para a avaliação de que trata o art. 9º, § 4º da LC nº 101/2000;

II - metas bimestrais de realização de receitas primárias, em atendimento ao disposto no art. 13 da LC nº 101/2000, discriminadas, no mínimo, por origem, identificando-se separadamente, quando cabível, as medidas de combate à evasão e à sonegação fiscal e da cobrança da dívida ativa;

III - cronograma de desembolso mensal de despesas, por órgão e unidade orçamentária.

§ 2º Excetuadas as despesas com pessoal e encargos sociais, precatórios e sentenças judiciais, o cronograma de desembolso do Poder Legislativo terá, como referencial, o repasse previsto no art. 168 da Constituição Federal, na forma de duodécimos.

Art. 21. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional às suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observadas as respectivas fontes de recursos, nas seguintes despesas:

I – Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias, como transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;

II – Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III – Dotação para combustíveis destinada à frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;

IV – Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades;

V – Diárias de viagem;

VI – Horas extras.

§ 1º Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2014, observada a vinculação de recursos.

§ 2º Não serão objeto de limitação de empenho as despesas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, precatórios judiciais e de obrigações constitucionais e legais.

§ 3º Na hipótese de ocorrência do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo comunicará à Câmara Municipal o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

§ 4º Os Chefes do Poder Executivo e do Poder Legislativo deverão divulgar, em ato próprio, os ajustes processados, que será discriminado por órgão.

§ 5º Ocorrendo o restabelecimento da receita prevista, a recomposição se fará obedecendo ao disposto no art. 9º, § 1º, da LC nº 101/2000.

§ 6º Na ocorrência de calamidade pública, reconhecida na forma da lei, serão dispensadas a obtenção dos resultados fiscais programados e a limitação de empenho enquanto perdurar essa situação, nos termos do art. 65 da LC nº 101/2000.

Art. 22. O repasse financeiro da cota destinada ao atendimento das despesas do Poder Legislativo, obedecida a programação financeira, será repassado até o dia 20 de cada mês, mediante depósito em conta bancária específica, indicada pela Mesa Diretora da Câmara Municipal.

§ 1º Ao final do exercício financeiro de 2015, o saldo de recursos financeiros porventura existentes será devolvido ao Poder Executivo, livre de quaisquer vinculações, deduzidos os valores correspondentes ao saldo das obrigações a pagar, nelas incluídos os restos a pagar do Poder Legislativo;

§ 2º O eventual saldo de recursos financeiros que não for devolvido no prazo estabelecido no parágrafo anterior, será devidamente registrado na contabilidade e considerado como antecipação de repasse do exercício financeiro de 2016.

Art. 23. Os projetos, atividades e operações especiais previstos na Lei Orçamentária, ou em seus créditos adicionais, que dependam de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros recursos vinculados, só serão movimentados, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado, ainda, o montante ingressado ou garantido.

Parágrafo único. A execução das Receitas e das Despesas identificará com codificação adequada cada uma das fontes de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no *caput* deste artigo.

Art. 24. A despesa não poderá ser realizada se não houver comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária para atendê-la, sendo vedada a adoção de qualquer procedimento que viabilize a sua realização sem observar a referida disponibilidade.

§ 1º A contabilidade registrará todos os atos e os fatos relativos à gestão orçamentário-financeira, independentemente de sua legalidade, sem prejuízo das responsabilidades e demais consequências advindas da inobservância do disposto no caput deste artigo.

§ 2º A realização de atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, após 31 de dezembro de 2015, relativos ao exercício findo, não será permitida, exceto ajustes para fins de elaboração das demonstrações contábeis, os quais deverão ocorrer até o trigésimo dia de seu encerramento.

Art. 25. Para efeito do disposto no § 1º do art. 1º e do art. 42 da LC nº 101/2000, considera-se contraída a obrigação, e exigível o empenho da despesa correspondente, no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere.

Parágrafo único. No caso de despesas relativas à obras e prestação de serviços, consideram-se compromissadas apenas as prestações cujos pagamentos devam ser realizados no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

Seção IV

Das Diretrizes sobre Alterações da Lei Orçamentária

Art. 26. A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para a despesa, nos termos da Lei nº 4.320/64.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o art. 43, § 3º, da Lei 4.320/64, será realizada por fonte de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais, conforme exigência contida no art. 8º, parágrafo único, da LC nº 101/2000.

§ 2º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos suplementares e especiais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos sobre a execução das atividades, projetos, operações especiais, e respectivas metas.

§ 3º Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação ou à conta de receitas não previstas no orçamento, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, comparando-as com as estimativas constantes na Lei Orçamentária, a identificação das parcelas já utilizadas em créditos adicionais, abertos ou cujos projetos se encontrem em tramitação.

§ 4º Nos casos de abertura de créditos adicionais à conta de superávit financeiro, as exposições de motivos conterão informações relativas a:

- I - superávit financeiro do exercício de 2014, por fonte de recursos;
- II - créditos especiais e extraordinários reabertos no exercício de 2015;
- III - valores já utilizados em créditos adicionais, abertos ou em tramitação;
- IV - saldo do superávit financeiro, por fonte de recursos.

§ 5º Os projetos de lei relativos a créditos suplementares ou especiais solicitados pelo Poder Legislativo, com indicação de recursos de redução de dotações do próprio poder, serão encaminhados à Câmara Municipal no prazo de até 3 dias, a contar do recebimento da solicitação.

§ 6º As solicitações de que trata o §5º serão acompanhadas da exposição de motivos de que trata o § 2º deste artigo.

Art. 27. No âmbito do Poder Legislativo, a abertura de créditos suplementares autorizados na Lei Orçamentária de 2015, com indicação de recursos compensatórios do próprio órgão, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320/1964, proceder-se-á por ato do Presidente da Câmara dos Vereadores.

Art. 28. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art.167, § 2º, da Constituição Federal, será efetivada, quando necessária, até 31 de março de 2015.

Art. 29. O Poder Executivo poderá, mediante Decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2015 e em créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, conforme definida no art. 6º desta Lei.

Parágrafo único. A transposição, transferência ou remanejamento não poderá resultar em alteração dos valores das programações aprovadas na Lei Orçamentária ou em créditos adicionais, podendo haver, excepcionalmente, ajuste na classificação funcional.

Art. 30. As fontes de recursos e as modalidades de aplicação da despesa, aprovadas na lei orçamentária, e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas, justificadamente, para atender às necessidades de execução, por meio de decreto do Poder Executivo, desde que verificada a inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução do crédito, através da fonte de recursos e/ou modalidade prevista na lei orçamentária e em seus créditos adicionais.

Seção V

Da Destinação de Recursos Públicos a Pessoas Físicas e Jurídicas

Subseção I

Das Subvenções Sociais

Art. 31. A transferência de recursos a título de subvenções sociais, nos termos do art. 16 da Lei nº 4.320/1964, atenderá às entidades privadas sem fins lucrativos que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de cultura, assistência social, saúde e educação.

Subseção II

Das Contribuições Correntes e de Capital

Art. 32. A transferência de recursos a título de contribuição corrente somente será destinada a entidades sem fins lucrativos que preencham uma das seguintes condições:

- I - estejam autorizadas em lei que identifique expressamente a entidade beneficiária;
- II - estejam nominalmente identificadas na Lei Orçamentária de 2015; ou
- III - sejam selecionadas para execução, em parceria com a Administração Pública Municipal, de programas e ações que contribuam diretamente para o alcance de diretrizes, objetivos e metas previstas no Plano Plurianual.

Parágrafo único: o disposto no caput deste artigo aplica-se aos casos de prorrogação ou renovação de convênio ou instrumento congênere ou aos casos em que, já havendo sido firmado o instrumento, devam as despesas dele decorrentes correr à conta de dotações consignadas na Lei Orçamentária de 2015.

Art. 33. A alocação de recursos para entidades privadas sem fins lucrativos, a título de contribuições de capital, fica condicionada à autorização em lei especial anterior de que trata o art. 12, § 6º, da Lei nº 4.320, de 1964.

Subseção III

Dos Auxílios

Art. 34. A transferência de recursos a título de auxílios, previstos no art. 12, § 6º, da Lei nº 4.320/1964, somente poderá ser realizada para entidades privadas sem fins lucrativos e desde que sejam:

- I - de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para a educação básica;
- II – para o desenvolvimento de programas voltados a manutenção e preservação do Meio Ambiente;
- III - voltadas a ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público, prestadas por entidades sem fins lucrativos que sejam certificadas como entidades beneficentes de assistência social na área de saúde;
- IV - qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, com termo de parceria firmado com o Poder Público Municipal, de acordo com a Lei Federal nº 9.790/1999, e que participem da execução de programas constantes no plano plurianual, devendo a destinação de recursos guardar conformidade com os objetivos sociais da entidade;
- V - qualificadas para o desenvolvimento de atividades esportivas que contribuam para a formação e capacitação de atletas;
- VI - voltadas ao atendimento de pessoas portadoras de necessidades especiais;
- VII - constituídas sob a forma de associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis; e
- VIII - voltadas ao atendimento de pessoas carentes em situação de risco social ou diretamente alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e geração de trabalho e renda.

Parágrafo único: no caso do inciso IV, as transferências serão efetuadas por meio de termo de parceria, caso em que deverá ser observada a legislação específica pertinente a essas entidades e processo seletivo de ampla divulgação.

Subseção IV

Das Disposições Gerais

Art. 35. Sem prejuízo das disposições contidas nos arts. 32, 33, 34 e 35 desta Lei, a transferência de recursos prevista na Lei nº 4.320, de 1964, a entidade privada sem fins lucrativos, dependerá ainda de:

- I – execução da despesa na modalidade de aplicação “50 – Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos” e nos elementos de despesa “41 - Contribuições”, “42 - Auxílio” ou “43 - Subvenções Sociais”;
- II - apresentação da prestação de contas de recursos anteriormente recebidos, nos prazos e condições fixados na legislação, no convênio ou instrumento congênere;
- III - inexistência de prestação de contas rejeitada pelo Município;

IV - comprovação pela entidade da regularidade do mandato de sua diretoria, além da comprovação da atividade regular nos últimos 3 (três) anos, inclusive com inscrição no CNPJ , por meio da declaração de funcionamento regular da entidade beneficiária, emitida pelo conselho municipal respectivo;

V - manifestação prévia e expressa da assessoria jurídica do Município sobre a adequação dos convênios e instrumentos congêneres às normas afetas à matéria; e

VI – prova, pela entidade beneficiada, da manutenção de escrituração contábil regular.

Art. 36. As determinações contidas nesta seção não se aplicam aos recursos alocados para programas habitacionais, conforme previsão em legislação específica, em ações voltadas a viabilizar o acesso à moradia, bem como na elevação de padrões de habitabilidade e de qualidade de vida de famílias de baixa renda que vivem em localidades urbanas e rurais.

Art. 37. A destinação de recursos de que tratam os artigos 32, 33, 34 e 35 não será permitida nos casos em que agente político do Poder Executivo ou Legislativo, ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, seja integrante de seu quadro dirigente, salvo se a nomeação decorrer de imposição legal.

Art. 38. É necessária a contrapartida para as transferências previstas na forma dos artigos 32, 33, 34 e 35, que poderá ser atendida por meio de recursos financeiros ou de bens ou serviços economicamente mensuráveis.

Art. 39. A destinação de recursos para equalização de encargos financeiros ou de preços, o pagamento de bonificações a produtores rurais e a ajuda financeira, a qualquer título, a entidades privadas com fins lucrativos ou a pessoas físicas, poderá ocorrer desde que atendido o disposto nos artigos 26, 27 e 28 da LC nº 101/2000, e observadas, no que couber, as disposições desta Seção.

§ 1º Em atendimento ao disposto no art. 19 da Lei nº 4.320/1964, a destinação de recursos às entidades privadas de que trata o *caput* somente poderá ocorrer por meio de subvenções, sendo vedada a transferência a título de contribuições ou auxílios para despesas de capital.

§ 2º As transferências a entidades privadas com fins lucrativos de que trata o “*caput*” deste artigo, serão executadas na modalidade de aplicação “60 – Transferências a Instituições Privadas com fins lucrativos” e no elemento de despesa “45 – Subvenções Econômicas”.

Art. 40. As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos municipais, a qualquer título, sujeitar-se-ão à fiscalização do Poder Público com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Parágrafo único: enquanto vigentes os respectivos convênios, contratos ou instrumentos congêneres, o Poder Executivo deverá divulgar e manter atualizadas na internet relação das entidades privadas beneficiadas com recursos de subvenções, contribuições e auxílios, contendo, pelo menos:

- I – nome e CNPJ da entidade;
- II – nome, função e CPF dos dirigentes;
- III – área de atuação;
- V – endereço da sede;
- V – data, objeto, valor e número do convênio, contrato ou instrumento congênere;
- VI – valores transferidos e respectivas datas.

Art. 41. Não serão consideradas subvenções, auxílios ou contribuições, o rateio das despesas decorrentes da participação do Município em Consórcios Públicos instituído nos termos da Lei nº 11.107, de 06 de abril de 2005.

§ 1º Se a entrega de recursos aos consórcios públicos tiver a finalidade de contraprestação direta em bens ou serviços, os empenhos nos elementos de despesa correspondentes serão feitos na modalidade de aplicação “72 – Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos”.

§ 2º As transferências de recursos a Consórcios Públicos que não seja decorrente de contrato de rateio e não represente contraprestação direta em bens ou serviços para o Município deverão ser empenhadas na modalidade de aplicação “70 – Transferências a Instituições Multigovernamentais”.

Art. 42. As transferências de recursos de que trata esta seção serão feitas preferencialmente por intermédio de instituições financeiras oficiais, devendo a nota de empenho ser emitida até a data da assinatura do respectivo acordo, convênio, ajuste ou instrumento congênere.

Art. 43. Toda movimentação de recursos relativos às subvenções, contribuições e auxílios, de que trata este seção, por parte das entidades beneficiárias, somente será realizada observando-se os seguintes preceitos:

- I - movimentação mediante conta bancária específica para cada instrumento de transferência;
- II - desembolsos mediante documento bancário, por meio do qual se faça crédito na conta bancária de titularidade do fornecedor ou prestador de serviços.

Parágrafo único: ato do prefeito poderá autorizar, mediante justificativa dos convenientes ou executores, o pagamento em espécie a fornecedores e prestadores de serviços, desde que identificados no recibo ou documento fiscal pertinente.

Seção VI

Dos Empréstimos, Financiamentos e Refinanciamentos

Art. 44. No caso de concessão de empréstimos e financiamentos destinados a pessoas físicas e jurídicas, esses ficam condicionados ao pagamento de juros não inferiores a 12% ao ano, ou ao custo de captação e também às seguintes exigências:

I - concessão através de fundo rotativo ou programa governamental específico;

II - pré -seleção e aprovação dos beneficiários pelo Poder Público;

III - formalização de contrato;

IV – assunção, pelo mutuário, dos encargos financeiros, eventuais comissões, taxas e outras despesas cobradas pelo agente financeiro, quando for o caso.

§ 1º Através de lei específica, poderá ser concedido subsídio para o pagamento dos empréstimos e financiamentos de que trata o caput deste artigo;

§ 2º As prorrogações e composições de dívidas decorrentes de empréstimos, financiamentos e refinanciamentos concedidos com recursos do Município dependem de autorização expressa em lei específica.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 45. A lei orçamentária anual garantirá recursos para pagamento da dívida pública municipal, nos termos dos compromissos firmados, inclusive com a previdência social.

Art. 46. O projeto de Lei Orçamentária somente poderá incluir, na composição da receita total do Município, recursos provenientes de operações de crédito já contratadas ou autorizadas pelo Ministério da Fazenda, respeitados os limites estabelecidos no artigo 167, inciso III, da Constituição Federal e em Resolução do Senado Federal.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 47. No exercício de 2015, as despesas globais com pessoal e encargos sociais do Município, dos Poderes Executivo e Legislativo, compreendidas as entidades mencionadas no art. 10 dessa Lei, deverão obedecer às disposições da LC nº 101/2000.

§ 1º Os Poderes Executivo e Legislativo terão como base de projeção de suas propostas orçamentárias, relativo a pessoal e encargos sociais, a despesa com a folha de pagamento do mês de junho de 2014, compatibilizada com as despesas apresentadas até esse mês e os eventuais acréscimos legais, inclusive a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos e o disposto no art. 51 desta Lei.

§ 2º A revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos municipais e do subsídio de que trata o § 4º do art. 39 da Constituição Federal, levará em conta, tanto quanto possível, a variação do poder aquisitivo da moeda nacional, segundo índices oficiais.

Art. 48. Para fins dos limites das despesas com pessoal, previstos no art. 19, inciso III, alíneas “a” e “b” da LC nº 101/2000, deverão ser incluídas:

I - as despesas relativas à contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 37, IX, da Constituição Federal;

II - as despesas decorrentes da contratação de serviços de terceiros quando caracterizarem substituição de servidores públicos;

III - as transferências de recursos para cobertura de despesas com pessoal a serviço do Município e contratado através de Instituições Privadas sem Fins Lucrativos que deverão, obrigatoriamente, ser registradas nas naturezas de despesa 3.1.5.0.11.99.10 – Transferências de Recursos para Cobertura de Despesas com Pessoal Contratado Através de Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos e 3.1.5.0.13.00.00.00 – Obrigações Patronais, conforme o caso.

IV - as despesas custeadas com recursos entregues pelo Município a Consórcios Públicos para aplicação em pessoal, na forma prescrita pela Portaria nº 72, de 01 de fevereiro de 2012, da Secretaria do Tesouro Nacional.

Parágrafo único. Não se considera como substituição de servidores públicos, os contratos de serviços de terceiros relativos a atividades que:

I - não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas pelo quadro de pessoal do Município, salvo expressa disposição legal em contrário, ou sejam relativas a cargo ou categoria funcional extintos, total ou parcialmente;

II - não caracterizem relação direta de emprego.

Art. 49. Para fins de atendimento ao disposto no art. 39, § 6º da Constituição Federal, até 30 dias antes do prazo previsto para envio do Projeto de Lei Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo publicará os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.

§ 1º O Poder Legislativo, observará o cumprimento do disposto neste artigo, mediante ato da mesa diretora da Câmara Municipal.

Art. 50. O aumento da despesa com pessoal, em decorrência de quaisquer das medidas relacionadas no artigo 169, § 1º, da Constituição Federal, desde que observada a legislação vigente, respeitados os limites previstos nos artigos 20 e 22, parágrafo único, da LC nº 101/2000, e cumpridas as exigências previstas nos artigos 16 e 17 do referido diploma legal, fica autorizado para:

- I - conceder vantagens e aumentar a remuneração de servidores;
- II - criar e extinguir cargos públicos e alterar a estrutura de carreiras;
- III – prover cargos efetivos, mediante concurso público, bem como efetuar contratações por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, respeitada a legislação municipal vigente;
- IV – prover cargos em comissão e funções de confiança;
- V - melhorar a qualidade do serviço público mediante a valorização do servidor municipal, reconhecendo a função social do seu trabalho;
- VI - proporcionar o desenvolvimento profissional de servidores municipais, mediante a realização de programas de treinamento;
- VII - proporcionar o desenvolvimento pessoal dos servidores municipais, mediante a realização de programas informativos, educativos e culturais;
- VIII - melhorar as condições de trabalho, equipamentos e infraestrutura, especialmente no que concerne à saúde, alimentação, transporte, segurança no trabalho e justa remuneração.

§ 1º No caso dos incisos I, II, III e IV além dos requisitos estabelecidos no *caput* deste artigo, os projetos de lei deverão demonstrar, em sua exposição de motivos, para os efeitos dos artigos 16 e 17 da LC nº 101/2000, as seguintes informações:

- I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que devam entrar em vigor e nos dois subsequentes, especificando-se os valores a serem acrescidos e o seu acréscimo percentual em relação à Receita Corrente Líquida estimada;
- II - declaração do ordenador de despesas de que há adequação orçamentária e financeira e compatibilidade com esta Lei e com o Plano Plurianual para 2014-2017, devendo ser indicadas as naturezas das despesas e os programas de trabalho da Lei Orçamentária Anual que contenha as dotações orçamentárias, detalhando os valores já utilizados e os saldos remanescentes

§ 2º No caso de provimento de cargos, salvo quando ocorrer dentro de 1 mês da sua criação, a estimativa do impacto orçamentário e financeiro deverá instruir o expediente administrativo

correspondente, juntamente com a declaração do ordenador da despesa, de que o aumento tem adequação com a lei orçamentária anual, exigência essa a ser cumprida nos demais atos de contratação.

§ 3º No caso de aumento de despesas com pessoal do Poder Legislativo, deverão ser obedecidos, adicionalmente, os limites fixados nos arts. 29 e 29-A da Constituição Federal.

§ 4º Ficam dispensados, da estimativa de impacto orçamentário e financeiro, atos de concessão de vantagens já previstas na legislação pertinente, de caráter meramente declaratório.

Art. 51. Quando a despesa com pessoal houver ultrapassado 51,3% (cinquenta e um inteiros e três décimos por cento) e 5,7% (cinco inteiros e sete décimos por cento) da Receita Corrente Líquida, respectivamente, no Poder Executivo e Legislativo, a contratação de horas-extras somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de situações emergenciais, de risco ou prejuízo para a população, tais como:

- I – as situações de emergência ou de calamidade pública;
- II - as situações de risco iminente à segurança de pessoas ou bens;
- III – a relação custo-benefício se revelar mais favorável em relação a outra alternativa possível.

CAPÍTULO VIII

DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 52. As receitas serão estimadas e discriminadas:

I - considerando a legislação tributária vigente até a data do envio do projeto de lei orçamentária à Câmara Municipal;

II - considerando, se for o caso, os efeitos das alterações na legislação tributária, resultantes de projetos de lei encaminhados à Câmara Municipal até a data de apresentação da proposta orçamentária de 2015, especialmente sobre:

- a) atualização da planta genérica de valores do Município;
- b) revisão, atualização ou adequação da legislação sobre o Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamento, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade desse imposto;
- c) revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;
- d) revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;
- e) revisão da legislação aplicável ao Imposto Sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;

- f) instituição de novas taxas pela prestação de serviços públicos e pelo exercício do poder de polícia;
- g) revisão das isenções tributárias, para atender ao interesse público e à justiça social;
- h) revisão das contribuições sociais, destinadas à seguridade social, cuja necessidade tenha sido evidenciada através de cálculo atuarial;
- i) demais incentivos e benefícios fiscais.

Art. 53. Caso não sejam aprovadas as modificações referidas no inciso II do art. 52, ou essas o sejam parcialmente, de forma a impedir a integralização dos recursos estimados, o Poder Executivo providenciará, conforme o caso, os ajustes necessários na programação da despesa, mediante Decreto.

Art. 54. O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária ou não tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder remissão e anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita.

§ 1º A concessão ou ampliação de incentivo fiscal de natureza tributária ou não tributária, não considerado na estimativa da receita orçamentária, dependerá da realização do estudo do seu impacto orçamentário e financeiro e somente entrará em vigor se adotadas, conjunta ou isoladamente, as seguintes medidas de compensação:

- a) aumento de receita proveniente de elevação de alíquota, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição;
- b) cancelamento, durante o período em que vigorar o benefício, de despesas em valor equivalente.

§ 2º Poderá ser considerado como aumento permanente de receita, para efeito do disposto neste artigo, a elevação do montante de recursos recebidos pelo município, oriundos da elevação de alíquotas e/ou ampliação da base de cálculo de tributos que são objeto de transferência constitucional, com base nos artigos 157 e 158 da Constituição Federal.

§ 3º Não se sujeita às regras do §1º a homologação de pedidos de isenção, remissão ou anistia apresentados com base na legislação municipal preexistente.

Art. 55. Conforme permissivo do art. 172, inciso III, da Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, Código Tributário Nacional, e o inciso II, do §3º do art. 14, da Lei Complementar nº 101/2000, os créditos tributários lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para

cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 56. Para fins de atendimento ao disposto no art. 62 da LC nº 101/2000, fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios, ajustes e/ou contratos, para o custeio de despesas de competência da União e/ou Estado, exclusivamente para o atendimento de programas de segurança pública, justiça eleitoral, fiscalização sanitária, tributária e ambiental, educação, cultura, saúde, assistência social, agricultura, meio ambiente, alistamento militar ou a execução de projetos específicos de desenvolvimento econômico-social.

Parágrafo único. A Lei Orçamentária anual, ou seus créditos adicionais, deverão contemplar recursos orçamentários suficientes para o atendimento das despesas de que trata o *caput* deste artigo.

Art. 57. As emendas ao projeto de lei orçamentária ou aos projetos de lei que a modifiquem deverão ser compatíveis com os programas e objetivos da Lei nº 2.340 - Plano Plurianual 2014/2017 e com as diretrizes, disposições, prioridades e metas desta Lei.

§ 1º Não serão admitidas, com a ressalva do inciso III do § 3º do art. 166 da Constituição Federal, as emendas que incidam sobre:

- a) pessoal e encargos sociais e
- b) serviço da dívida.

§ 2º Também não serão admitidas as emendas que acarretem a alteração dos limites constitucionais previstos para os gastos com a manutenção e desenvolvimento do ensino e com as ações e serviços públicos de saúde.

§ 3º As emendas ao projeto de lei de orçamento anual deverão preservar, ainda, a prioridade das dotações destinadas ao pagamento de sentenças judiciais e outras despesas obrigatórias, assim entendidas aquelas com legislação ou norma específica; despesas financiadas com recursos vinculados e recursos para compor a contrapartida municipal de operações de crédito.

§ 4º Para fins do disposto no art. 166, § 8º, da Constituição Federal, serão levados à reserva de contingência referida no inciso I do art. 14 os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto da Lei Orçamentária Anual de 2015, ficarem sem despesas correspondentes.

Art. 58. Por meio da Secretaria Municipal de Fazenda, o Poder Executivo deverá atender às solicitações encaminhadas pela Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara Municipal, relativas a informações quantitativas e qualitativas complementares julgadas necessárias à análise da proposta orçamentária.

Art. 59. Em consonância com o que dispõe o § 5º do art. 166 da Constituição Federal e o § 5 do art. 87 da Lei Orgânica Municipal, poderá o Prefeito enviar Mensagem à Câmara Municipal para propor modificações aos projetos de lei orçamentária enquanto não estiver concluída a votação da parte cuja alteração é proposta.

Art. 60. Se o projeto de lei orçamentária não for aprovado até 31 de dezembro de 2014, sua programação poderá ser executada até a publicação da lei orçamentária respectiva, mediante a utilização mensal de um valor básico correspondente a um doze avos das dotações para despesas correntes de atividades e um treze avos quando se tratar de despesas com pessoal e encargos sociais, constantes na proposta orçamentária.

§ 1º Excetuam-se do disposto no *caput* deste artigo as despesas correntes nas áreas da saúde, educação e assistência social, bem como aquelas relativas ao serviço da dívida, amortização, precatórios judiciais e despesas à conta de recursos vinculados à educação, saúde e assistência social, que serão executadas segundo suas necessidades específicas e o efetivo ingresso de recursos.

§ 2º Não será interrompido o processamento de despesas com obras em andamento.

Art. 61. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Porto Xavier - RS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I - METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DAS METAS ANUAIS - CONSOLIDADO
EXERCÍCIO DE 2015

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

| ESPECIFICAÇÃO | 2015 | | | 2016 | | | 2017 | | |
|-----------------------------|------------|------------|-----------|-------------|-------------|-----------|-------------|-------------|-----------|
| | Valor | Valor | % PIB | Valor | Valor | % PIB | Valor | Valor | % PIB |
| | Corrente | Constante | (a / PIB) | Corrente | Constante | (b / PIB) | Corrente | Constante | (c / PIB) |
| | (a) | | x 100 | (b) | | x 100 | (c) | | x 100 |
| Receita Total | 25.940.117 | 24.368.358 | 0,008% | 28.022.863 | 24.797.387 | 0,008% | 30.415.319 | 25.557.372 | 0,008% |
| Receitas Primárias (I) | 24.866.527 | 23.359.819 | 0,007% | 26.285.998 | 23.260.438 | 0,007% | 27.687.929 | 23.265.601 | 0,007% |
| Despesa Total | 25.940.117 | 24.368.358 | 0,008% | 28.022.863 | 24.797.387 | 0,008% | 30.415.319 | 25.557.372 | 0,008% |
| Despesas Primárias (II) | 25.254.957 | 23.724.713 | 0,007% | 27.293.299 | 24.151.797 | 0,008% | 29.818.121 | 25.055.559 | 0,008% |
| Resultado Primário (I – II) | (388.430) | (364.894) | 0,000% | (1.007.301) | (891.359) | 0,000% | (2.130.192) | (1.789.957) | -0,001% |
| Resultado Nominal | (588.760) | (553.086) | 0,000% | (631.314) | (558.649) | 0,000% | (428.530) | (360.085) | 0,000% |
| Dívida Pública Consolidada | 1.474.239 | 1.384.913 | 0,000% | 930.957 | 823.802 | 0,000% | 443.739 | 372.865 | 0,000% |
| Dívida Consolidada Líquida | (588.760) | (553.086) | 0,000% | (1.220.074) | (1.079.642) | 0,000% | (1.648.604) | (1.385.288) | 0,000% |

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda/Departamento de Contabilidade Municipal

Município de Porto Xavier - RS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I - METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DAS METAS ANUAIS - CONSOLIDADO
EXERCÍCIO DE 2015

O Demonstrativo de Metas Anuais objetiva estabelecer as metas para o triênio compreendendo o ano de vigência da LDO e os dois subseqüentes, abrangendo a Receita e Despesa Total, Receitas Não Financeiras, Despesas Não Financeiras, Resultado Primário, Resultado Nominal e Dívida Pública, visando atender a disposição contida no art. 4º, § 1º da LRF.

Para melhor entendimento, cabem aqui os seguintes conceitos:

- 1 - as receitas primárias correspondem às receitas fiscais líquidas, resultantes do somatório das receitas correntes e de capital, excluídas as receitas de aplicações financeiras (juros de títulos de renda, remuneração de depósitos e outras receitas de valores mobiliários), operações de crédito, amortização de empréstimos e alienação de ativos;
- 2 – as despesas primárias correspondem ao total da despesa orçamentária deduzidas as despesas com juros e amortização da dívida, aquisição de títulos de capital integralizado e as despesas com concessão de empréstimos com retorno garantido.
- 3 – o resultado primário corresponde à diferença entre as receitas primárias e despesas primárias evidenciando o esforço fiscal do Município;
- 4 – o resultado nominal representa a diferença entre o saldo previsto da dívida fiscal líquida em 31 de dezembro de determinado ano em relação ao apurado em 31 de dezembro do ano anterior;
- 5 – a dívida pública consolidada é o montante apurado das obrigações financeiras do ente da Federação, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados; as assumidas em virtude da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham constado como receitas no orçamento; dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos;
- 6 – a Dívida Consolidada Líquida – DCL - corresponde à dívida pública consolidada, deduzidos os valores que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados;

PREMISSAS E METODOLOGIA UTILIZADA

- 1 - Os parâmetros macroeconômicos utilizados na elaboração das estimativas constantes no Anexo de Metas Fiscais são relacionados no Quadro 4 Os números estão apresentados de duas formas. Em moeda corrente e em valores constantes (sem inflação). Esses indicadores foram utilizados na composição da estimativa de receita cuja metodologia está demonstrada no quadro 6. que considerou a média de arrecadação, em cada fonte, tomando por base as receitas arrecadadas nos últimos três exercícios e os valores reestimados para o exercício atual, além das premissas consideradas como verdadeiras e relacionadas, por exemplo, ao índice de inflação, crescimento do PIB, atualização da planta de valores do IPTU, ampliação do perímetro urbano da cidade, políticas de combate à evasão e à sonegação fiscal, crescimento da população e do movimento econômico, crescimento real das receitas transferidas, dentre outros.
- 2 - Em relação às despesas as premissas e metodologia utilizada estão apresentadas no quadro 22.
- 3 – No tocante às despesas com pessoal, vide quadro 22.
- 4 – Esses percentuais contemplam a expectativa de inflação e a projeção de crescimento real esperado das receitas municipais. As projeções de inflação e de crescimento do PIB seguem as perspectivas mensuradas pelo Banco Central do Brasil, disponíveis para consulta no site www3.bcb.gov.br/expectativas/publico/consulta/serieestatisticas.
- 5 - Outro ponto importante a ser destacado é que a receita do Município, conforme estabelece o § 3º, do art. 1º da Lei Complementar nº 101/00, compreende as receitas de todos os órgãos da Administração Pública Municipal, inclusive as receitas intraorçamentárias.
- 6 - Em relação ao cálculo do Resultado Primário e do Resultado Nominal, considerou a metodologia estabelecida na Portaria STN nº 637/2012. Os resultados primários previstos para os três exercícios são considerados suficientes para manutenção do equilíbrio fiscal. O resultado nominal reflete a variação do endividamento fiscal líquido entre as datas referidas.
- 7 - Na estimativa do montante da dívida consolidada, utilizou-se, como parâmetros a previsão de taxa de juros SELIC, divulgada pelo Banco Central do Brasil, considerando-se, ainda, a previsão de operações de crédito no futuro e respectivas amortizações.
- 8 - Já na apuração do montante da dívida líquida, os valores das Disponibilidades Financeiras foram calculadas levando-se em consideração a estimativa da posição em 31/12/2013, projetando-se os valores futuros com base nos percentuais médios dos valores realizados no ano anterior.
- 9 - Isso posto, podemos elencar, a partir da leitura das projeções estabelecidas, os números mais representativos no contexto das projeções:
 - 9.1 - A receita total estimada para o exercício de 2015, consideradas todas as fontes de recursos é de R\$ 25.940.117,00, a preços correntes que, deduzidas das receitas financeiras, representadas pelos Rendimentos das Aplicações Financeiras (R\$ 1.063.898,00), e das resultantes de Amortização de Empréstimos Concedidos (R\$ 9.692.00), resultam numa Receita Primária de R\$ 24.866.527,00.
 - 9.2 - As despesas do Município foram programadas segundo o comportamento previsto da receita, sendo que o maior objetivo é manter, ou ainda, ampliar a capacidade própria de investimentos, sem comprometer o equilíbrio financeiro. Assim, consideradas todas as fontes de recursos, a despesa total está prevista em R\$ 25.940.117,00. Deduzindo-se as despesas financeiras com juros e encargos da dívida, estimadas em R\$ 213.985,00, mais as despesas com Concessão de Empréstimos e Financiamentos, no valor de R\$ 10.000,00 e a Amortização da Dívida Pública, estimada em R\$ 461.175,00, tem-se que as despesas primárias para 2014 foram previstas em R\$ 25.254.957,00.
 - 9.3 - Cotejando-se o valor previsto para as receitas e despesas fiscais em valores correntes, chega-se à meta de resultado primário de 2015 que foi inicialmente prevista em (R\$ 388.430) a qual entendemos como necessária e suficiente para preservar o equilíbrio nas contas públicas. No entanto, a meta poderá ser alterada para mais ou para menos, conforme expressa previsão do art. 2º, § 2º, da LDO.
- 10 - Em relação ao estoque da dívida, esse corresponde à posição em dezembro de cada exercício, considerando a previsão das amortizações e das liberações a serem realizadas no respectivo período, estando os valores evidenciados na Tabela 02.

Município de Porto Xavier - RS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO I - METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DAS METAS DE RESULTADO PRIMÁRIO (EXCLUÍDAS A RECEITAS E DESPESAS DO RPPS)

EXERCÍCIO DE 2015

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

| ESPECIFICAÇÃO | 2015 | | | 2016 | | | 2017 | | |
|-----------------------------|--------------------|-----------------|-----------------------|--------------------|-----------------|-----------------------|--------------------|-----------------|-----------------------|
| | Valor Corrente (a) | Valor Constante | % PIB (a / PIB) x 100 | Valor Corrente (b) | Valor Constante | % PIB (b / PIB) x 100 | Valor Corrente (c) | Valor Constante | % PIB (c / PIB) x 100 |
| Receita Total | 21.586.332,00 | 20.278.376,70 | 0,00 | 22.588.405,00 | 19.988.444,11 | 0,00 | 23.666.039,00 | 19.886.089,40 | 0,00 |
| Receitas Primárias (I) | 21.576.640,00 | 20.269.271,96 | 0,00 | 22.578.713,00 | 19.979.867,68 | 0,00 | 23.656.347,00 | 19.877.945,41 | 0,00 |
| Despesa Total | 21.586.332,00 | 20.278.376,70 | 0,00 | 22.588.405,00 | 19.988.444,11 | 0,00 | 23.666.039,00 | 19.886.089,40 | 0,00 |
| Despesas Primárias (II) | 20.901.172,00 | 19.634.731,80 | 0,00 | 21.858.841,00 | 19.342.854,07 | 0,00 | 23.068.841,28 | 19.384.276,35 | 0,00 |
| Resultado Primário (I – II) | 675.468,00 | 634.540,16 | 0,00 | 719.872,00 | 637.013,60 | 0,00 | 587.505,72 | 493.669,06 | 0,00 |

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda/Departamento de Contabilidade Municipal

Este demonstrativo foi elaborado pelo Poder Executivo Municipal para fins de dar maior transparência à meta de Resultado Primário.

Os valores acima identificados, representam as metas de receitas, despesas e resultado primário do Tesouro Municipal (Excetuadas as receitas e despesas previdenciárias).

A metodologia e os conceitos são idênticos aos utilizados para a elaboração do anexo de metas fiscais consolidado.

Município de Porto Xavier - RS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO I - METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DAS METAS DE RESULTADO PRIMÁRIO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

EXERCÍCIO DE 2015

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

| ESPECIFICAÇÃO | 2015 | | | 2016 | | | 2017 | | |
|----------------------------------|--------------------------|--------------------|-----------------------------|--------------------------|--------------------|-----------------------------|--------------------------|--------------------|-----------------------------|
| | Valor Corrente (a) | Valor Constante | % PIB (a / PIB) x 100 | Valor Corrente (b) | Valor Constante | % PIB (b / PIB) x 100 | Valor Corrente (c) | Valor Constante | % PIB (c / PIB) x 100 |
| Receita Total RPPS | 4.353.785 | 4.089.981 | 0,001% | 5.434.458 | 4.808.943 | 0,002% | 6.749.280 | 5.671.282 | 0,002% |
| Receitas Primárias RPPS (I) | 3.289.887 | 3.090.547 | 0,001% | 3.707.285 | 3.280.571 | 0,001% | 4.031.582 | 3.387.656 | 0,001% |
| Despesa Total RPPS | 4.353.785 | 4.089.981 | 0,001% | 5.434.458 | 4.808.943 | 0,002% | 6.749.280 | 5.671.282 | 0,002% |
| Despesas Primárias RPPS (II) | 4.353.785 | 4.089.981 | 0,001% | 5.434.458 | 4.808.943 | 0,002% | 6.749.280 | 5.671.282 | 0,002% |
| Resultado Primário RPPS (I – II) | (1.063.898) | (999.434) | 0,000% | (1.727.173) | (1.528.373) | 0,000% | (2.717.698) | (2.283.626) | -0,001% |

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda/Departamento de Contabilidade Municipal

Este demonstrativo foi elaborado pelo Poder Executivo Municipal para fins de dar maior transparência à meta de Resultado Primário, possibilitando o acompanhamento a avaliação do resultado primário do Tesouro Municipal e do Regime Próprio de Previdência, bem como auxiliar na avaliação do cumprimento das metas fiscais.
A metodologia e os conceitos são idênticos aos utilizados para a elaboração do anexo de metas fiscais (consolidado).

Município de Porto Xavier - RS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO I METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DA AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
EXERCÍCIO DE 2015

AMF - Demonstrativo II (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

R\$ 1,00

| ESPECIFICAÇÃO | I-Metas Previstas em 2013 (a) | % PIB | II-Metas Realizadas em 2013 (b) | % PIB | Variação | |
|----------------------------|-------------------------------------|---------|---------------------------------------|--------|----------------------|------------------|
| | | | | | Valor (c) = (b-a) | % (c/a) x 100 |
| Receita Total | 26.750.106 | 0,009% | 25.157.982 | 0,008% | (1.592.124) | -5,95% |
| Receita Primárias (I) | 23.905.306 | 0,008% | 24.139.177 | 0,008% | 233.871 | 0,98% |
| Despesa Total | 26.750.106 | 0,009% | 22.635.119 | 0,008% | (4.114.987) | -15,38% |
| Despesa Primárias (II) | 26.370.206 | 0,009% | 22.219.675 | 0,007% | (4.150.532) | -15,74% |
| Resultado Primário (I-II) | (2.464.900) | -0,001% | 1.919.502 | 0,001% | 4.384.402 | -177,87% |
| Resultado Nominal | (449.106) | 0,000% | (251.048) | 0,000% | 198.058 | -44,10% |
| Dívida Pública Consolidada | 2.284.828 | 0,001% | 1.795.016 | 0,001% | (489.812) | -21,44% |
| Dívida Consolidada Líquida | 1.122.175 | 0,000% | (943.473) | 0,000% | (2.065.648) | -184,08% |

FONTE: Secretaria Municipal da Fazenda/Departamento de Contabilidade Municipal

O objetivo deste demonstrativo é estabelecer uma comparação entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício anterior ao da edição da LDO (2013), incluindo análise dos fatores determinantes para o alcance ou não dos valores estabelecidos como metas, visando a atender o disposto no art. 4º, § 2º, inciso I da LRF.

Assim, conforme demonstrado em audiência pública de avaliação das metas fiscais relativas ao terceiro quadrimestre do exercício financeiro de 2013 (art. 9º, § 4º da LRF), o resultado primário, principal indicador de sustentabilidade fiscal do setor público, ficou em R\$ 1.919.502, valor 177,87% superior à meta estabelecida, que era de R\$ -2.464.900,00. O desempenho verificado demonstra que o ingresso das receitas primárias (não financeiras) foi capaz de suportar o total das despesas primárias (não financeiras) do exercício.

As receitas não financeiras totalizaram R\$ 24.139.177, superando em 0,98% a projeção para o período de R\$ 23.905.306. As despesas não financeiras atingiram R\$ 22.219.675, estabelecendo-se -15,74% abaixo da previsão orçamentária. Não obstante a sua retração, corresponderam a 92,05% do total das receitas primárias não comprometendo, dessa forma, a obtenção do superavit primário.

Em parte, esse resultado é em decorrência do desempenho desfavorável apresentado pela receita, tendo sido fortemente condicionado pelo comportamento das receitas correntes, que apresentaram um déficit de 12% em relação ao valor consignado no orçamento. Destaca-se no exercício de 2013 a performance dos grupos de receita tributária, patrimonial e de transferências correntes, que frustraram a expectativa, respectivamente, em 30%, 88% e 6%.

A dívida consolidada totalizou R\$ 1.795.016, valor 21,44% inferior ao saldo de R\$ 2.284.828 estimado para o exercício. Tal comportamento é reflexo da diminuição dos desembolsos referente a obras em execução no município, principalmente o calçamento na Rua Doutor Flores cujas receitas orçamentárias referentes ao desembolso de recursos pela Caixa Econômica Federal foram abaixo da meta, gerando uma variação abaixo da meta em R\$ 489.812 no saldo da Dívida Consolidada, que representa 21,44% abaixo da projeção inicial.

No anexo de metas fiscais, que acompanhou a LDO para 2013, estipulou-se o montante da dívida consolidada líquida em R\$ 1.122.175. Contudo, os resultados efetivamente apurados e especificados no Relatório Resumido de Execução Orçamentária, e avaliados ao final daquele exercício apontam que o estoque da dívida consolidada líquida, atualizado em dezembro de 2013, era de (R\$ 943.473) que, comparado com o montante apurado ao final de 2012, apresenta um resultado nominal de (R\$ 251.048), que ficou acima da previsão inicial, que era de (R\$ 449.106).

Município de Porto Xavier - RS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DE METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
EXERCÍCIO DE 2014

AMF – Demonstrativo III (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

R\$ 1,00

| ESPECIFICAÇÃO | VALORES A PREÇOS CORRENTES | | | | | | | | | | |
|-----------------------------|----------------------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|-------------|------------|-------------|------------|
| | 2012 | 2013 | Variação % | 2014 | Variação % | 2015 | Variação % | 2016 | Variação % | 2017 | Variação % |
| Receita Total | 23.944.867 | 25.157.982 | 5,07% | 24.940.843 | -0,86% | 25.940.117 | 4,01% | 28.022.863 | 8,03% | 30.415.319 | 8,54% |
| Receitas Primárias (I) | 20.643.609 | 24.139.177 | 16,93% | 23.778.877 | -1,49% | 24.866.527 | 4,57% | 26.285.998 | 5,71% | 27.687.929 | 5,33% |
| Despesa Total | 22.493.841 | 22.635.119 | 0,63% | 24.940.843 | 10,19% | 25.940.117 | 4,01% | 28.022.863 | 8,03% | 30.415.319 | 8,54% |
| Despesas Primárias (II) | 22.355.626 | 22.148.597 | -0,93% | 24.351.484 | 9,95% | 25.254.957 | 3,71% | 27.293.299 | 8,07% | 29.818.121 | 9,25% |
| Resultado Primário (I – II) | (1.712.016) | 1.990.580 | -216,27% | (572.607) | -128,77% | (388.430) | -32,16% | (1.007.301) | 159,33% | (2.130.192) | 111,48% |
| Resultado Nominal | - | (449.106) | 0 | - | -100,00% | (588.760) | 0 | (631.314) | 7,23% | (428.530) | -32,12% |
| Dívida Pública Consolidada | - | 2.284.828 | 0 | 1.657.347 | -27,46% | 1.474.239 | -11,05% | 930.957 | -36,85% | 443.739 | -52,34% |
| Dívida Consolidada Líquida | - | 1.122.175 | 0 | - | -100,00% | (588.760) | 0 | (1.220.074) | 107,23% | (1.648.604) | 35,12% |

| ESPECIFICAÇÃO | VALORES A PREÇOS CONSTANTES | | | | | | | | | | |
|-----------------------------|-----------------------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|-------------|------------|-------------|------------|
| | 2012 | 2013 | Variação % | 2014 | Variação % | 2015 | Variação % | 2016 | Variação % | 2017 | Variação % |
| Receita Total | 26.838.497 | 26.644.819 | -0,72% | 24.940.843 | -6,40% | 24.368.358 | -2,30% | 24.797.387 | 1,76% | 25.557.372 | 3,06% |
| Receitas Primárias (I) | 23.138.297 | 25.565.802 | 10,49% | 23.778.877 | -6,99% | 23.359.819 | -1,76% | 23.260.438 | -0,43% | 23.265.601 | 0,02% |
| Despesa Total | 25.212.121 | 23.972.855 | -4,92% | 24.940.843 | 4,04% | 24.368.358 | -2,30% | 24.797.387 | 1,76% | 25.557.372 | 3,06% |
| Despesas Primárias (II) | 25.057.203 | 23.457.579 | -6,38% | 24.351.484 | 3,81% | 23.724.713 | -2,57% | 24.151.797 | 1,80% | 25.055.559 | 3,74% |
| Resultado Primário (I – II) | (1.918.906) | 2.108.223 | -209,87% | (572.607) | -127,16% | (364.894) | -36,27% | (891.359) | 144,28% | (1.789.957) | 100,81% |
| Resultado Nominal | - | (475.648) | - | - | -100,00% | (553.086) | - | (558.649) | 1,01% | (360.085) | -35,54% |
| Dívida Pública Consolidada | - | 2.419.861 | - | 1.657.347 | -31,51% | 1.384.913 | -16,44% | 823.802 | -40,52% | 372.865 | -54,74% |
| Dívida Consolidada Líquida | - | 1.188.496 | - | - | -100,00% | (553.086) | - | (1.079.642) | 95,20% | (1.385.288) | 28,31% |

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda/Departamento de Contabilidade Municipal

Este demonstrativo tem por objetivo avaliar as metas previstas para o exercício da LDO (2013), em comparação com as estabelecidas para os três exercícios anteriores (2011, 2012 e 2013), bem como para os dois seguintes (2015 e 2016), referentes à Receita Total, Receitas Não Financeiras, Despesas Não Financeiras, Resultado Primário, Resultado Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, cumprindo, assim, a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso II, da LRF.

Os valores relativos às previsões de Receitas, Despesas e Resultado Primário de 2011, 2012 e 2013 foram extraídos das respectivas Leis de Diretrizes Orçamentárias. Já os valores da previsão do Resultado Nominal, Dívida Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, foram extraídos dos respectivos anexos de metas fiscais.

Já em relação às previsões para os exercícios de 2014, 2015 e 2016, os valores, a metodologia, as premissas utilizadas e a respectiva memória de cálculo são as mesmas utilizadas para o estabelecimento das metas explicitadas no Demonstrativo de Metas Anuais, referido no art. 2º, inciso I, do Projeto de Lei de LDO, evidenciando, assim, a sua consistência.

Município de Porto Xavier - RS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I - METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIO DE 2015

AMF - Demonstrativo IV (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 2013 | % | 2012 | % | 2011 | % |
|---------------------------|----------------------|----------------|---------------------|----------------|---------------------|----------------|
| Patrimônio/Capital | 6.780.818,32 | 60,28% | 7.511.456,26 | 110,78% | 7.200.772,98 | 95,86% |
| Reservas | | 0,00% | | 0,00% | | 0,00% |
| Resultado Acumulado | 4.467.372,40 | 39,72% | (730.637,94) | -10,78% | 310.683,28 | 4,14% |
| TOTAL | 11.248.190,72 | 100,00% | 6.780.818,32 | 100,00% | 7.511.456,26 | 100,00% |

REGIME PREVIDENCIÁRIO

| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 2013 | % | 2012 | % | 2011 | % |
|---------------------------|-------------------|----------------|---------------------|----------------|---------------------|----------------|
| Patrimônio/Capital | 2.927.849,00 | 489,42% | 5.284.847,92 | 180,50% | 1.775.634,51 | 33,60% |
| Reservas | | 0,00% | | 0,00% | | 0,00% |
| Resultado Acumulado | (2.329.619,26) | -389,42% | (2.356.998,92) | -80,50% | 3.509.213,41 | 66,40% |
| TOTAL | 598.229,74 | 100,00% | 2.927.849,00 | 100,00% | 5.284.847,92 | 100,00% |

CONSOLIDAÇÃO GERAL

| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 2013 | % | 2012 | % | 2011 | % |
|---------------------------|----------------------|----------------|---------------------|----------------|----------------------|----------------|
| Patrimônio/Capital | 9.708.667,32 | 81,95% | 12.796.304,18 | 131,80% | 8.976.407,49 | 70,15% |
| Reservas | - | 0,00% | - | 0,00% | - | 0,00% |
| Resultado Acumulado | 2.137.753,14 | 18,05% | (3.087.636,86) | -31,80% | 3.819.896,69 | 29,85% |
| TOTAL | 11.846.420,46 | 100,00% | 9.708.667,32 | 100,00% | 12.796.304,18 | 100,00% |

O presente demonstrativo visa a demonstrar a evolução do Patrimônio Líquido nos três exercícios anteriores ao da edição da LDO (2010, 2011 e 2012), cumprindo, dessa forma, o disposto no art. 4º, § 2º, inciso III, da LRF.

Nesse sentido, é preciso enfatizar que o Município segue as normas da Lei 4.320/64, não apresentando no seu balanço as nomenclaturas previstas na Lei 6.404/76. Assim, em vez de "Resultado Acumulado", o Município utiliza a nomenclatura de "Ativo Real Líquido", quando o resultado é superavitário e "Passivo Real a Descoberto", quando o resultado apresenta-se deficitário.

O Sistema de Previdência, por força da Lei Municipal nº 754, está sobre a gestão do Fundo de Aposentadorias e Pensões do Servidor FAPS, sendo que seus registros contábeis estão em conformidade com as Normas do Ministério da Previdência Social e apartados das demais contas do Município.

Em termos consolidados, a evolução do Patrimônio Líquido do Município, nos últimos três exercícios, demonstrada para o período de 2011 a 2013, aponta que o saldo patrimonial decresceu de R\$ 12.976.304,18 em 31.12.2011 para R\$ 11.846.420,46 em 31.12.2013.

Conforme pode ser observado, o Município encerrou as contas de 2013 com superavit de R\$ 2.137.753,14.

Município de Porto Xavier - RS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS

ANEXO I - METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DA ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
EXERCÍCIO DE 2015

AMF - Demonstrativo V (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

| RECEITAS REALIZADAS | 2013 | 2012 | 2011 |
|--|-------------------|-------------------|-------------|
| SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES A 2010 | - | - | - |
| RECEITAS DE CAPITAL | - | 62.200,00 | - |
| ALIENAÇÃO DE ATIVOS | - | 62.200,00 | - |
| Alienação de Bens Móveis | - | 62.200,00 | - |
| Alienação de Bens Imóveis | - | - | - |
| Rendimento de Aplicações Financeira de Alienaç de Bens | - | - | - |
| TOTAL | - | 62.200,00 | - |
| DESPESAS EXECUTADAS | | | |
| APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS | | | |
| DESPESAS DE CAPITAL | - | 63.891,00 | - |
| Investimentos | - | 63.891,00 | - |
| Inversões Financeiras | - | - | - |
| Amortização da Dívida | - | - | - |
| DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID. | - | - | - |
| Regime Geral de Previdência Social | - | - | - |
| Regime Próprio dos Servidores Públicos | - | - | - |
| TOTAL | - | 63.891,00 | - |
| SALDO FINANCEIRO | | | |
| | (1.691,00) | (1.691,00) | - |

FONTE: Secretaria Municipal da Fazenda/Departamento de Contabilidade/RREO

O demonstrativo acima tem por objetivo destacar as origens e as aplicações dos recursos obtidos, pelo Município, com a alienação de ativos, ocorridos nos 3 exercícios anteriores ao da edição da LDO (2011, 2012 e 2013).

Os dados apresentados permitem afirmar que o Município tem aplicado corretamente os recursos obtidos, na forma prescrita pelo art. 44 da Lei de Responsabilidade Fiscal que prescreve que "é vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência, geral e próprio dos servidores públicos."

Município de Porto Xavier - RS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
EXERCÍCIO DE 2015

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art.4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

| RECEITAS | 2011 | 2012 | 2013 |
|---|---------------------|---------------------|---------------------|
| RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) | 2.021.252,92 | 3.113.669,57 | 988.634,98 |
| RECEITAS CORRENTES | 2.021.252,92 | 3.113.669,57 | 1.127.397,34 |
| Receita de Contribuições dos Segurados | 526.264,62 | 579.413,77 | 618.765,39 |
| Pessoal Civil | 526.264,62 | 579.413,77 | 618.765,39 |
| Pessoal Militar | | | |
| Outras Receitas de Contribuições | | | |
| Receita Patrimonial | 1.341.264,62 | 2.486.786,60 | 202.461,16 |
| Receita de Serviços | | | |
| Outras Receitas Correntes | 153.723,68 | 47.469,20 | 306.170,79 |
| Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS | 153.723,68 | 47.469,20 | 306.170,79 |
| Outras Receitas Correntes | | | |
| RECEITAS DE CAPITAL | - | - | - |
| Alienação de Bens, Direitos e Ativos | | | |
| Amortização de Empréstimos | | | |
| Outras Receitas de Capital | | | |
| (-) DEDUÇÕES DA RECEITA | | | (138.762,36) |
| RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) | 1.224.968,75 | 1.114.061,71 | 1.811.056,76 |
| RECEITAS CORRENTES | 1.224.968,75 | 1.114.061,71 | 1.811.056,76 |
| Receita de Contribuições | 1.224.968,75 | 1.114.061,71 | 1.806.476,13 |
| Patronal | 1.224.968,75 | 541.326,39 | 1.075.012,02 |
| Pessoal Civil | 1.224.968,75 | 541.326,39 | 1.075.012,02 |
| Pessoal Militar | | | |
| Cobertura de Déficit Atuarial | | 547.046,02 | 636.200,52 |
| Regime de Débitos e Parcelamentos | | 25.689,30 | 95.263,59 |
| Receita Patrimonial | | | |
| Receita de Serviços | | | |
| Outras Receitas Correntes | | | 4.580,63 |
| RECEITAS DE CAPITAL | | | |
| (-) DEDUÇÕES DA RECEITA | | | |
| TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I + II) | 3.246.221,67 | 4.227.731,28 | 2.799.691,74 |

| DESPESAS | 2011 | 2012 | 2013 |
|---|-------------------|---------------------|---------------------|
| DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) | 682.004,34 | 1.092.443,15 | 1.282.671,91 |
| ADMINISTRAÇÃO | 4.414,00 | 11.283,22 | 9.365,31 |
| Despesas Correntes | 4.414,00 | 11.283,22 | 9.365,31 |
| Despesas de Capital | | | |
| PREVIDÊNCIA | 677.590,34 | 1.081.159,93 | 1.273.306,60 |
| Pessoal Civil | 608.383,65 | 936.113,92 | 1.172.965,26 |
| Pessoal Militar | | | |
| Outras Despesas Previdenciárias | 69.206,69 | 145.046,01 | 100.341,34 |
| Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS | 69.206,69 | 103.838,24 | 100.341,34 |
| Demais Despesas Previdenciárias | | 41.207,77 | |
| DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V) | - | 89.444,51 | - |
| ADMINISTRAÇÃO | - | 89.444,51 | - |
| Despesas Correntes | | 89.444,51 | |
| Despesas de Capital | | | |
| TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV + V) | 682.004,34 | 1.181.887,66 | 1.282.671,91 |

| | | | |
|--|---------------------|---------------------|---------------------|
| RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI) | 2.564.217,33 | 3.045.843,62 | 1.517.019,83 |
|--|---------------------|---------------------|---------------------|

| APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR | 2011 | 2012 | 2013 |
|---|-------------|-------------------|-------------------|
| TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS | - | 547.046,02 | 636.200,52 |
| Plano Financeiro | - | - | - |
| Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras | | | |
| Recursos para Formação de Reserva | | | |
| Outros Aportes para o RPPS | | | |
| Plano Previdenciário | - | 547.046,02 | 636.200,52 |
| Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro | | | |
| Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial | | 547.046,02 | 636.200,52 |
| Outros Aportes para o RPPS | | | |

| | | | |
|-------------------------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS | | | |
| BENS E DIREITOS DO RPPS | 11.229.900,00 | 14.709.831,00 | 14.863.177,81 |

FONTE: Secretaria Municipal da Fazenda/Departamento de Contabilidade Municipal

Município de Porto Xavier - RS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
EXERCÍCIO DE 2015

Este demonstrativo, visa a atender o estabelecido no art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea “a”, da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, o qual determina que o Anexo de Metas Fiscais conterá a avaliação da situação financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores – RPPS.

Os dados acima apresentados tem como base o Anexo V – Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores, publicado no Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO do último bimestre dos exercícios financeiros de 2011, 2012 e 2013.

Já os resultados da avaliação atuarial foram apresentados conforme a Nota Técnica nº 2.619/14 referente a Avaliação Atuarial 2014.

Os valores informados na linha 'Bens e Direitos do RPPS', correspondem ao saldo das suas disponibilidades financeiras, investimentos e demais créditos a receber, publicado no Relatório Resumido de Execução

Município de Porto Xavier - RS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I - DE METAS FISCAIS
PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS
Exercício de 2015

AMF – Demonstrativo VII (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea “a”)

R\$ 1,00

| EXERCÍCIO | RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a) | DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b) | RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b) | SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=(“d” Exercício Anterior)+(c) |
|-----------|------------------------------------|------------------------------------|--|---|
| 2013 | 1.457.582,07 | 1.280.236,98 | 177.345,09 | 14.441.093,16 |
| 2014 | 3.332.997,18 | 1.526.035,11 | 1.806.962,07 | 16.248.055,23 |
| 2015 | 3.958.168,30 | 1.745.169,43 | 2.212.998,87 | 18.461.054,10 |
| 2016 | 4.161.233,08 | 1.864.664,66 | 2.296.568,42 | 20.757.622,52 |
| 2017 | 4.355.765,61 | 1.937.398,11 | 2.418.367,50 | 23.175.990,02 |
| 2018 | 4.569.090,45 | 2.046.783,29 | 2.522.307,16 | 25.698.297,18 |
| 2019 | 4.783.028,81 | 2.135.773,22 | 2.647.255,59 | 28.345.552,77 |
| 2020 | 5.045.592,02 | 2.360.180,84 | 2.685.411,17 | 31.030.963,95 |
| 2021 | 5.284.617,22 | 2.496.798,41 | 2.787.818,81 | 33.818.782,76 |
| 2022 | 5.552.710,47 | 2.708.105,21 | 2.844.605,26 | 36.663.388,02 |
| 2023 | 5.783.508,18 | 2.781.989,44 | 3.001.518,74 | 39.664.906,76 |
| 2024 | 6.026.750,36 | 2.962.966,82 | 3.063.783,55 | 42.728.690,31 |
| 2025 | 6.256.163,30 | 3.092.214,15 | 3.163.949,15 | 45.892.639,46 |
| 2026 | 6.531.518,09 | 3.376.907,75 | 3.154.610,33 | 49.047.249,79 |
| 2027 | 6.775.723,55 | 3.563.720,05 | 3.212.003,50 | 52.259.253,29 |
| 2028 | 7.001.160,64 | 3.674.382,38 | 3.326.778,26 | 55.586.031,55 |
| 2029 | 7.292.577,19 | 3.876.589,23 | 3.415.987,96 | 59.002.019,51 |
| 2030 | 7.601.949,26 | 4.298.851,45 | 3.303.097,81 | 62.305.117,32 |
| 2031 | 7.843.510,22 | 4.489.904,29 | 3.353.605,92 | 65.658.723,25 |
| 2032 | 8.074.915,43 | 4.635.688,61 | 3.439.226,82 | 69.097.950,07 |
| 2033 | 8.310.032,16 | 4.785.700,22 | 3.524.331,94 | 72.622.282,01 |
| 2034 | 8.550.440,54 | 4.948.586,45 | 3.601.854,08 | 76.224.136,09 |
| 2035 | 8.840.687,51 | 5.095.028,08 | 3.745.659,44 | 79.969.795,53 |
| 2036 | 9.213.717,46 | 5.609.103,64 | 3.604.613,83 | 83.574.409,35 |
| 2037 | 9.553.988,55 | 5.998.515,29 | 3.555.473,26 | 87.129.882,62 |
| 2038 | 9.839.498,02 | 6.125.633,19 | 3.713.864,83 | 90.843.747,44 |
| 2039 | 10.073.931,87 | 6.259.560,53 | 3.814.371,34 | 94.658.118,78 |
| 2040 | 10.315.149,49 | 6.408.866,52 | 3.906.282,97 | 98.564.401,75 |
| 2041 | 10.575.462,48 | 6.651.665,06 | 3.923.797,42 | 102.488.199,17 |
| 2042 | 9.178.907,87 | 7.049.927,34 | 2.128.980,53 | 104.617.179,71 |
| 2043 | 9.298.219,80 | 7.286.257,87 | 2.011.961,92 | 106.629.141,63 |
| 2044 | 9.475.756,21 | 7.485.079,15 | 1.990.677,06 | 108.619.818,69 |
| 2045 | 9.650.061,62 | 7.668.354,80 | 1.981.706,82 | 110.601.525,50 |
| 2046 | 9.759.381,24 | 7.949.383,98 | 1.809.997,25 | 112.411.522,76 |
| 2047 | 9.834.760,68 | 8.088.831,56 | 1.745.929,12 | 114.157.451,87 |
| 2048 | 9.903.429,14 | 8.224.346,01 | 1.679.083,14 | 115.836.535,01 |
| 2049 | 9.964.813,26 | 8.351.107,27 | 1.613.705,98 | 117.450.240,99 |
| 2050 | 10.016.415,54 | 8.440.577,34 | 1.575.838,20 | 119.026.079,19 |
| 2051 | 10.157.712,67 | 8.610.497,66 | 1.547.215,01 | 120.573.294,20 |
| 2052 | 10.289.897,35 | 8.702.301,68 | 1.587.595,67 | 122.160.889,87 |
| 2053 | 10.429.032,82 | 8.835.161,25 | 1.593.871,57 | 123.754.761,44 |
| 2054 | 10.477.300,05 | 8.945.877,55 | 1.531.422,50 | 125.286.183,95 |
| 2055 | 10.520.040,33 | 9.056.593,86 | 1.463.446,47 | 126.749.630,41 |
| 2056 | 10.558.478,13 | 9.189.453,43 | 1.369.024,71 | 128.118.655,12 |
| 2057 | 10.587.711,40 | 9.300.169,73 | 1.287.541,67 | 129.406.196,79 |

Município de Porto Xavier - RS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I - DE METAS FISCAIS
PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS

Exercício de 2015

| | | | | |
|------|---------------|---------------|--------------|----------------|
| 2058 | 10.610.294,16 | 9.410.886,04 | 1.199.408,12 | 130.605.604,91 |
| 2059 | 10.625.833,74 | 9.521.602,35 | 1.104.231,39 | 131.709.836,30 |
| 2060 | 10.633.913,95 | 9.632.318,65 | 1.001.595,30 | 132.711.431,60 |
| 2061 | 10.634.536,63 | 9.765.178,22 | 869.358,41 | 133.580.790,01 |
| 2062 | 10.624.603,75 | 9.853.751,27 | 770.852,48 | 134.351.642,50 |
| 2063 | 10.607.474,45 | 9.964.467,57 | 643.006,88 | 134.994.649,37 |
| 2064 | 10.681.704,12 | 10.075.183,88 | 606.520,24 | 135.601.169,62 |
| 2065 | 10.754.243,69 | 10.163.756,92 | 590.486,77 | 136.191.656,38 |
| 2066 | 10.826.327,32 | 10.296.616,49 | 529.710,83 | 136.721.367,22 |
| 2067 | 10.895.277,57 | 10.385.189,54 | 510.088,03 | 137.231.455,25 |
| 2068 | 10.963.570,78 | 10.495.905,84 | 467.664,94 | 137.699.120,19 |
| 2069 | 11.029.846,25 | 10.584.478,89 | 445.367,36 | 138.144.487,55 |
| 2070 | 11.095.318,88 | 10.673.051,93 | 422.266,95 | 138.566.754,50 |
| 2071 | 11.159.947,99 | 10.761.624,98 | 398.323,01 | 138.965.077,51 |
| 2072 | 11.223.690,57 | 10.850.198,02 | 373.492,55 | 139.338.570,06 |
| 2073 | 11.286.501,12 | 10.938.771,07 | 347.730,06 | 139.686.300,12 |
| 2074 | 11.348.331,54 | 11.027.344,11 | 320.987,43 | 140.007.287,55 |
| 2075 | 11.409.130,94 | 11.115.917,16 | 293.213,78 | 140.300.501,33 |
| 2076 | 11.468.845,48 | 11.204.490,20 | 264.355,28 | 140.564.856,61 |
| 2077 | 11.527.418,21 | 11.270.919,99 | 256.498,22 | 140.821.354,83 |
| 2078 | 11.586.117,48 | 11.359.493,03 | 226.624,45 | 141.047.979,28 |
| 2079 | 11.643.630,65 | 11.448.066,08 | 195.564,58 | 141.243.543,86 |
| 2080 | 11.699.895,05 | 11.536.639,12 | 163.255,93 | 141.406.799,79 |
| 2081 | 11.754.844,36 | 11.625.212,17 | 129.632,20 | 141.536.431,99 |
| 2082 | 11.808.408,41 | 11.669.498,69 | 138.909,72 | 141.675.341,70 |
| 2083 | 11.863.170,10 | 11.758.071,73 | 105.098,37 | 141.780.440,07 |
| 2084 | 11.916.553,10 | 11.824.501,52 | 92.051,58 | 141.872.491,66 |
| 2085 | 11.969.812,37 | 11.913.074,56 | 56.737,81 | 141.929.229,46 |
| 2086 | 12.021.621,12 | 11.979.504,35 | 42.116,77 | 141.971.346,23 |
| 2087 | 11.931.258,92 | 12.068.077,39 | -136.818,47 | 141.834.527,76 |

Notas: Nota Técnica nº 2.619/14 referente Avaliação Atuarial 2014.

¹ Projeção atuarial elaborada em 31/12/2013 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social – MPS.

² Este demonstrativo utiliza as seguintes hipóteses:

Financeiras - Taxa de Juros de 6%, Crescimento Salarial de 1,4% e Compensação Financeira correspondente a um percentual de até 10% da Reserva Matemática.

Biométricas – Tábua de Mortalidade IBGE-2011 (Sobrevivência de Válidos e Inválidos) e Tábua de Entrada em Invalidez Álvaro Vindas.

Município de Porto Xavier - RS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I - METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DA ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
EXERCÍCIO DE 2015

AMF - Demonstrativo VIII (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

| TRIBUTOS | MODALIDADE | SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO | RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA | | | COMPENSAÇÃO |
|----------|------------|--|------------------------------|----------|----------|------------------------------|
| | | | 2015 | 2016 | 2017 | |
| IPTU | ISENÇÃO | APOSENTADOS | 3.782,65 | 3.991,45 | 4.203,40 | Vide Obsevação abaixo |
| | | | - | - | - | |
| | | | - | - | - | |
| | | | - | - | - | |
| | | | - | - | - | |
| TOTAL | | | 3.782,65 | 3.991,45 | 4.203,40 | - |

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda/Departamento de Fiscalização e Controle de Impostos

Obs: 1 - Os valores da renúncia para 2015 foram previstos de acordo com informações do setor tributário da Prefeitura Municipal

2 - Os valores da renúncia projetados para 2016 e 2017, foram calculados a partir dos valores de 2015, aplicando-se, sobre eles, as projeções de inflação para os referidos exercícios a saber:

Inflação para 2016: 5,52%

Inflação para 2017: 5,31%

Esse demonstrativo tem por objetivo mensurar os tributos que serão objeto de renúncia fiscal de receita, identificando seus valores nos exercícios que compreenderão o triênio a partir da vigência da LDO e estabelecendo ainda as medidas de compensação que serão adotadas, visando a dar cumprimento ao disposto no art. 4º, § 2º, inciso V da LRF.

Conforme os arts. 13, 53 e 55 do Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias para 2015, a estimativa de renúncia de receita está inserida na metodologia de cálculo da projeção da arrecadação efetiva dos tributos municipais.

Dessa forma, fica observado o atendimento do disposto no art. 14, I, da LRF, o qual determina que a renúncia deve ser considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e de que não afetará as metas de resultados fiscais.

Município de Porto Xavier - RS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO I - METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DA MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
EXERCÍCIO DE 2015

AMF - Demonstrativo IX (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

| EVENTO | Valor Previsto 2015 |
|--|---------------------|
| Aumento Permanente da Receita | 68.532,11 |
| Decorrente de Receitas Tributárias | 3.866,38 |
| Decorrente de Transferências Correntes | 64.665,73 |
| (-) Transferências Constitucionais | - |
| (-) Transferências ao FUNDEB | (65.439,43) |
| Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I) | 3.092,68 |
| Redução Permanente de Despesa (II) | - |
| Margem Bruta (III) = (I+II) | 3.092,68 |
| Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV) | |
| Novas DOCC | 145.174,28 |
| Relativas a Pessoal e Encargos Sociais | 530.974,65 |
| Relativas a Outras Despesas Correntes | (385.800,37) |
| Novas DOCC geradas por PPP | - |
| Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV) | SEM MARGEM |

FONTE: Secretaria Municipal da Fazenda/Departamento de Contabilidade Municipal

Município de Porto Xavier - RS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO I - METAS FISCAIS

**DEMONSTRATIVO DA MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
EXERCÍCIO DE 2015**

A Demonstração da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado visa a assegurar que não haverá criação de nova despesa sem a correspondente fonte de financiamento. Em outras palavras, o demonstrativo identifica o aumento permanente de receita para suportar o aumento permanente da despesa de caráter continuado, assim entendida aquela derivada de lei, contrato, ou ato normativo que fixe a obrigatoriedade de execução por um período superior a dois exercícios, cumprindo, dessa forma, a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso V da LRF.

Conforme se vislumbra no demonstrativo acima, não há para 2015 margem líquida de Expansão de DOCC, isso ocorre pois o crescimento esperado nas receitas tributárias (R\$ 3.866,38) e nas transferências correntes (R\$ 64.665,73), deduzida a variação nas transferências do FUNDEB (R\$ 65.439,43) demonstra uma margem bruta de apenas R\$ 3.092,68, valor capaz de suportar apenas 2,13% do aumento ocorrido por novas DOCC na ordem de R\$ 145.174,28. Percebe-se uma redução de R\$ 385.800,37 nas Outras Despesas Correntes de 2015 quando comparadas com 2014, na tentativa de suportar o aumento nos gastos com Pessoal e Encargos Sociais para 2015, mesmo tal enxugamento não sendo suficiente, conseguindo absorver absorvendo 72,65% do crescimento.

Desse modo, para estimar o aumento permanente das receitas em 2015 considerou-se a diferença entre os valores estimados a preços constantes das receitas tributárias e de transferências correntes no biênio 2014-2015.

Na mesma linha, o aumento permanente das despesas de caráter obrigatório que terão impacto em 2015, foi calculado pela diferença a valores constantes, observada no biênio 2014-2015 nos grupos de natureza de despesa "Pessoal" e "Outras Despesas Correntes", chegando-se, assim, ao saldo da margem líquida de expansão.

Portanto, o aumento ocorrido em Novas DOCC não foi absorvido pelo aumento permanente de receita, sendo financiado pelo enxugamento de

Município de Porto Xavier - RS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO II - DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
EXERCÍCIO DE 2015

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

| PASSIVOS CONTINGENTES | | PROVIDÊNCIAS | |
|---|-------------------|--|-------------------|
| Descrição | Valor | Descrição | Valor |
| Demandas Judiciais | 120.000,00 | Pagamento de Sentenças Judiciais | 120.000,00 |
| Majoração energia elétrica | 10.000,00 | Reserva de Contingência | 10.000,00 |
| Avais e Garantias Concedidas | | | |
| Assunção de Passivos | | | |
| Assistências Diversas | - | | |
| Dívidas em Processo de Reconhecimento | | | |
| SUBTOTAL | 130.000,00 | SUBTOTAL | 130.000,00 |
| DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS | | PROVIDÊNCIAS | |
| Descrição | Valor | Descrição | Valor |
| Risco de eventos causados pela natureza | 50.000,00 | Reserva de Contingência do Poder Executivo | 50.000,00 |
| Restituição de Tributos a Maior | | | |
| Discrepância de Projeções: | | | |
| Frustração de Arrecadação | | | |
| SUBTOTAL | 50.000,00 | SUBTOTAL | 50.000,00 |
| TOTAL | 180.000,00 | TOTAL | 180.000,00 |

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda

O Anexo de Riscos fiscais tem por objetivo especificar eventuais riscos que possam impactar negativamente nas contas públicas, indicando de forma preventiva as providências a serem tomadas caso as situações acima descritas venham a ocorrer, cumprindo desta forma o disposto no art. 4º, § 3º da LRF.

ANEXO III - PROGRAMAS DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS

Unidade Orcamentária: 0101 CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Unidade Orçamentária: 0201 ASSESSORIA DE GABINETE

Unidade Orçamentária: 0202 ASSESSORIA JURÍDICA

Unidade Orcamentária: 0204 GABINETE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO

Unidade Orcamentária: 0201 ASSESSORIA DE GABINETE

Unidade Orçamentária: 0205 FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

Órgão: 03 SECRETARIA MUNIC. DE COORDENAÇÃO E PLANEJ. **Unidade Orçamentária:** 0301 DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E COORDEN.

| Cód. Tipo | Ações | Produto | Função | Subfunc. | Medida | Meta Física | 2015 |
|-----------------|--|-------------------------------------|--------|----------|--------|-------------|----------|
| 006 1 - Projeto | Equipamentos e materiais permanentes para SMCP | Equipamentos e materiais adquiridos | 04 | 0121 | EA | 2,00 | 1.000,00 |

MUNICIPIO DE PORTO XAVIER

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO III - PROGRAMAS DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS

| | | | | | | | |
|--------------------------|---|----------------------|----|------|-----|------|------------|
| 007 1 - Projeto | Levantamentos, Estudos, Projetos e Consultorias | Assessorias mantidas | 04 | 0121 | Un. | 1,00 | 1.000,00 |
| 010 2 - Atividade | Apoio administrativo à SMCP | Atividade mantida | 04 | 0121 | AM | 1,00 | 164.052,32 |
| Total do Programa -----> | | | | | | | 166.052,32 |

Programa: 0005 GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Objetivo: Desenvolver ações visando a participação/coordenação de recursos humanos, materiais, financeiros, técnicos e institucionais da Administração Pública Municipal, assegurando a eficiência e controle da Gestão Municipal, as garantias constitucionais e o atendimento ao município.

Órgão: 04 SECRETARIA MUNIC. DE ADMINISTRACAO **Unidade Orçamentária:** 0401 DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

| Cód. Tipo | Ações | Produto | Função | Subfunc. | Medida | Meta Fisica | 2015 |
|-------------------|--|-------------------|--------|----------|--------|-------------|------------|
| 012 2 - Atividade | Manutenção do Departamento de Recursos Humanos | Atividade mantida | 04 | 0122 | AM | 1,00 | 144.242,74 |

Órgão: 04 SECRETARIA MUNIC. DE ADMINISTRACAO **Unidade Orçamentária:** 0403 DEPARTAMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATI

| Cód. Tipo | Ações | Produto | Função | Subfunc. | Medida | Meta Fisica | 2015 |
|-------------------|--|--|--------|----------|--------|-------------|------------|
| 008 1 - Projeto | Equipamentos e materiais permanentes para SMA | Equipamentos e materiais adquiridos | 04 | 0122 | EA | 6,00 | 3.000,00 |
| 010 1 - Projeto | Avaliação da máquina administrativa municipal | Promover avaliação para reestruturação da máquina administrativa municipal buscando economia e prestação de serviços de qualidade à população. | 04 | 0122 | Un. | 1,00 | 2.904,52 |
| 011 2 - Atividade | Apoio Administrativo à SMA e Manutenção do Departamento de Controle Administrativo | Atividade mantida | 04 | 0122 | AM | 1,00 | 291.851,49 |
| 014 2 - Atividade | Manutenção do Convênio com Justiça Eleitoral | Atividade mantida | 14 | 0422 | AM | 1,00 | 597,46 |

Órgão: 04 SECRETARIA MUNIC. DE ADMINISTRACAO **Unidade Orçamentária:** 0404 DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

| Cód. Tipo | Ações | Produto | Função | Subfunc. | Medida | Meta Fisica | 2015 |
|--------------------------|---|-------------------|--------|----------|--------|-------------|------------|
| 013 2 - Atividade | Manutenção do Departamento de Compras e Licitação | Atividade mantida | 04 | 0122 | AM | 1,00 | 96.412,93 |
| Total do Programa -----> | | | | | | | 539.009,14 |

Programa: 0006 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Objetivo: Desenvolver ações que visam a capacitação, formação e aperfeiçoamento dos Servidores Municipais, em suas áreas de atuação.

Órgão: 04 SECRETARIA MUNIC. DE ADMINISTRACAO **Unidade Orçamentária:** 0403 DEPARTAMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATI

| Cód. Tipo | Ações | Produto | Função | Subfunc. | Medida | Meta Fisica | 2015 |
|--------------------------|-------------------------------|-------------------------|--------|----------|--------|-------------|----------|
| 015 2 - Atividade | Capacitação e aperfeiçoamento | Participação nos cursos | 04 | 0128 | ST | 4,00 | 4.033,21 |
| Total do Programa -----> | | | | | | | 4.033,21 |

Programa: 0007 DIVULGAÇÃO OFICIAL, INSTITUCIONAL E EVENTOS

Objetivo: Publicidade de atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos da Administração Pública, através dos meios de veiculação própria e de terceiros. Realização e apoio de eventos de caráter municipal, regional, estadual, internacional.

| | | | | | | | |
|--------------------------|---|--|----|------|-----|------|-----------|
| 016 2 - Atividade | Divulgação oficial, Institucional, de atos e de eventos | Convênios mantidos, site on line, divulgação realizada | 04 | 0131 | AM | 1,00 | 10.165,82 |
| 017 2 - Atividade | Realização de atos e eventos | Evento realizado | 04 | 0131 | Un. | 1,00 | 6.353,63 |
| Total do Programa -----> | | | | | | | 16.519,45 |

Programa: 0008 GESTÃO DE FINANÇAS

Objetivo: Arrecadar os tributos de competência do Município, controlar arrecadação, garantir fontes de financiamento dos serviços de competência municipal, produzir relatórios gerenciais, controlar os limites de gasto para atender a legislação e cumprir as normas do CI.

Órgão: 05 SECRETARIA MUNIC. DA FAZENDA **Unidade Orçamentária:** 0501 DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

| Cód. Tipo | Ações | Produto | Função | Subfunc. | Medida | Meta Fisica | 2015 |
|-------------------|--|-------------------------------------|--------|----------|--------|-------------|------------|
| 012 1 - Projeto | Equipamentos e materiais permanentes para Departamento Contabilidade | Equipamentos e materiais adquiridos | 04 | 0123 | EA | 2,00 | 1.000,00 |
| 018 2 - Atividade | Manutenção Departamento Contabilidade | Atividade mantida | 04 | 0123 | AM | 1,00 | 316.266,51 |

Órgão: 05 SECRETARIA MUNIC. DA FAZENDA **Unidade Orçamentária:** 0502 DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROL

ANEXO III - PROGRAMAS DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS

| Cód. Tipo | Ações | Produto | Função | Subfunc. | Medida | Meta Fisica | 2015 |
|--|---|--|--------|----------|--------|-------------|-----------|
| 018 1 - Projeto | Equipamentos e materiais permanentes para departamento de Meio Ambiente | Equipamentos e materiais adquiridos | 18 | 0541 | EA | 2,00 | 1.000,00 |
| 030 2 - Atividade | Manutenção do Departamento de Meio Ambiente | Atividade mantida | 18 | 0541 | AM | 1,00 | 57.972,32 |
| Órgão: 06 SECRETARIA MUNIC. DE AGRICULTURA, ABAST. E IRRIGACAO | | | | | | | |
| Unidade Orçamentária: 0605 FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE | | | | | | | |
| Cód. Tipo | Ações | Produto | Função | Subfunc. | Medida | Meta Fisica | 2015 |
| 031 2 - Atividade | Manutenção do Fundo Municipal do Meio Ambiente | Fundo mantido, áreas recuperadas, campanhas realizadas | 18 | 0541 | FM | 1,00 | 3.091,15 |
| Total do Programa -----> | | | | | | | 62.063,47 |

MUNICIPIO DE PORTO XAVIER**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015****ANEXO III - PROGRAMAS DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS****Programa: 0012 GESTÃO DA EDUCAÇÃO**

Objetivo: *Gestar de maneira democrática, articulando o desenvolvimento dos sistemas de ensino. Operacionalizar os profissionais e recursos financeiros necessários ao Sistema de Ensino. Incentivar o conhecimento e o uso da informação. Estabelecer comunicação de interação com a sociedade.*

Órgão: 07 SECRETARIA MUNIC. DE EDUCACAO, CULTURA E I **Unidade Orçamentária:** 0704 DEPARTAMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO

| Cód. Tipo | Ações | Produto | Função | Subfunc. | Medida | Meta Fisica | 2015 |
|------------------------------------|--|--|--------|----------|--------|-------------|-------------------|
| 019 1 - Projeto | Equipamentos e materiais permanentes para SMECD | Equipamentos e materiais adquiridos | 12 | 0122 | EA | 10,00 | 5.000,00 |
| 020 1 - Projeto | Aquisição de Veículos para SMECD | Veículo adquirido | 12 | 0122 | VEI | 1,00 | 30.000,00 |
| 032 2 - Atividade | Gestão da SMECD | Atividade mantida | 12 | 0122 | AM | 1,00 | 391.664,61 |
| 033 2 - Atividade | Capacitação formação continuada dos profissionais da educação e Conselheiros | Profissionais e conselheiros capacitados | 12 | 0128 | ST | 1,00 | 1.656,10 |
| Total do Programa -----> | | | | | | | 428.320,71 |

Programa: 0013 MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Objetivo: *Desenvolver de forma articulada os programas de manutenção e desenvolvimento da Educação Básica.*

Órgão: 07 SECRETARIA MUNIC. DE EDUCACAO, CULTURA E I **Unidade Orçamentária:** 0701 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

| Cód. Tipo | Ações | Produto | Função | Subfunc. | Medida | Meta Fisica | 2015 |
|------------------------------------|--|--|--------|----------|--------|-------------|---------------------|
| 022 1 - Projeto | Equipamentos e material didático-pedagógico para Ensino Fundamental | Equipamentos e materiais adquiridos | 12 | 0361 | EA | 10,00 | 5.000,00 |
| 142 1 - Projeto | Equipamentos e material didático pedagógico - Creche | Equipamentos e materiais adquiridos | 12 | 0365 | EA | 5,00 | 2.650,00 |
| 143 1 - Projeto | Equipamentos e material didático-pedagógico - Pré-escola | Equipamentos e materiais adquiridos | 12 | 0365 | EA | 5,00 | 2.350,00 |
| 035 2 - Atividade | Manutenção da Educação Ensino Fundamental | Atividade mantida | 12 | 0361 | AM | 1,00 | 1.671.573,32 |
| 036 2 - Atividade | Atendimento educacional à pessoa portadora de deficiências e altas habilidades | Atendimento e ensino aos portadora de deficiências e altas habilidades | 12 | 0367 | AM | 1,00 | 98.728,80 |
| 099 2 - Atividade | Manutenção da Educação Infantil - Creche | Atividade mantida | 12 | 0365 | AM | 1,00 | 1.127.431,31 |
| 100 2 - Atividade | Manutenção da Educação Infantil - Pré-escola | Atividade mantida | 12 | 0365 | AM | 1,00 | 1.007.043,02 |
| Total do Programa -----> | | | | | | | 3.914.776,45 |

Programa: 0014 FOMENTO À EDUCAÇÃO SUPERIOR

Objetivo: *Facilitar e apoiar o acesso dos munícipes ao Ensino Superior.*

| | | | | | | | |
|------------------------------------|--|---------------------|----|------|----|------|-------------------|
| 037 2 - Atividade | Auxílio universitário e Profissionalizante | Auxílios concedidos | 12 | 0364 | AM | 0,00 | 108.174,00 |
| Total do Programa -----> | | | | | | | 108.174,00 |

Programa: 0015 ASSISTENCIA AO EDUCANDO

Objetivo: *Garantir aos educandos o oferecimento de merenda escolar de qualidade, uniformes e assistência à saúde.*

| | | | | | | | |
|------------------------------------|---|-------------------|----|------|----|------|-------------------|
| 039 2 - Atividade | Manutenção da Merenda Escolar no Ensino Fundamental | Atividade mantida | 12 | 0361 | AM | 1,00 | 101.920,49 |
| 040 2 - Atividade | Manutenção da Merenda Escolar na Educação Especial | Atividade mantida | 12 | 0367 | AM | 1,00 | 7.459,37 |
| 103 2 - Atividade | Manutenção da Merenda Escolar na Educação Infantil - Creche | Atividade mantida | 12 | 0365 | AM | 1,00 | 52.429,71 |
| 104 2 - Atividade | Manutenção da Merenda Escolar na Educação Infantil - Pré-escola | Atividade mantida | 12 | 0365 | AM | 1,00 | 46.830,42 |
| Total do Programa -----> | | | | | | | 208.639,99 |

Programa: 0016 TRANSPORTE ESCOLAR

Objetivo: *Assegurar a frequência escolar dos educandos, garantindo o acesso destes ao ambiente escolar através de meios de transporte adequados.*

| | | | | | | | |
|-------------------|--|-------------------|----|------|----|------|------------|
| 042 2 - Atividade | Manutenção do Transporte Escolar do Ensino Fundamental | Atividade mantida | 12 | 0361 | AM | 1,00 | 943.976,49 |
| 043 2 - Atividade | Manutenção do Transporte Escolar do Ensino Médio | Atividade mantida | 12 | 0362 | AM | 1,00 | 265.296,14 |
| 044 2 - Atividade | Manutenção do Transporte Escolar da Educação Especial | Atividade mantida | 12 | 0367 | AM | 1,00 | 3.000,00 |
| 101 2 - Atividade | Manutenção do Transporte Escolar na Educação Infantil - Creche | Atividade mantida | 12 | 0365 | AM | 1,00 | 56.021,18 |

ANEXO III - PROGRAMAS DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS

| Cód. Tipo | Ações | Produto | Função | Subfunc. | Medida | Meta Física | 2015 |
|------------------------------------|---|---|--------|----------|--------|-------------|---------------------|
| 035 1 - Projeto | Equipamentos e materiais permanentes para SMS | Equipamentos e materiais adquiridos | 10 | 0302 | EA | 20,00 | 10.000,00 |
| 051 2 - Atividade | Manutenção do Fundo Municipal da Saúde | Gestão das atividades do SUS e da SMS, atendimento domiciliar, etc. | 10 | 0302 | Un. | 1,00 | 1.768.397,96 |
| Total do Programa -----> | | | | | | | 1.778.397,96 |

ANEXO III - PROGRAMAS DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS

| | | | | | | | | |
|------------------------------------|---------------|---|-----------------------|----|------|----|--------|---------------------|
| 053 | 2 - Atividade | Saúde da Família | Atividade mantida | 10 | 0301 | AM | 1,00 | 544.274,18 |
| 055 | 2 - Atividade | Próteses dentárias | Próteses distribuídas | 10 | 0301 | PD | 828,00 | 103.616,50 |
| 056 | 2 - Atividade | Agentes Comunitários Saúde | Atividade mantida | 10 | 0301 | AM | 1,00 | 414.029,58 |
| 057 | 2 - Atividade | Núcleo de Apoio à Saúde da Família | Atividade mantida | 10 | 0301 | AM | 1,00 | 207.063,38 |
| 058 | 2 - Atividade | Programa de Atenção Básica | Atividade mantida | 10 | 0301 | AM | 1,00 | 526.966,00 |
| 059 | 2 - Atividade | Serviço de Atendimento Móvel de Urgência | Atividade Mantida | 10 | 0302 | AM | 1,00 | 280.285,00 |
| 060 | 2 - Atividade | Academia da Saúde | Academia mantida | 10 | 0301 | AM | 1,00 | 36.000,00 |
| 061 | 2 - Atividade | Saúde na Escola | Atividade mantida | 10 | 0301 | AM | 1,00 | 3.248,00 |
| 062 | 2 - Atividade | Teto Municipal de Média e Alta Complexidade | Atividade mantida | 10 | 0302 | AM | 1,00 | 59.947,50 |
| 063 | 2 - Atividade | Programa de Melhoria de Acesso e Qualidade | Atividade mantida | 10 | 0301 | AM | 1,00 | 279.600,00 |
| Total do Programa -----> | | | | | | | | 2.455.030,14 |

| | | | | | | | |
|------------------------------------|--|-------------------|----|------|----|-----------|-------------------|
| 064 2 - Atividade | Aquisição e distribuição de medicamentos | Atividade mantida | 10 | 0301 | AM | 1,00 | 374.846,00 |
| 098 2 - Atividade | Aquisição e Dispensação de Fraldas | Fraldas | 10 | 0301 | FR | 71.280,00 | 71.280,00 |
| Total do Programa -----> | | | | | | | 446.126,00 |

| | | | | | | | | |
|--------------------------|---------------|--|-------------------------------------|----|------|----|------|-------------------|
| 037 | 1 - Projeto | Equipamentos e materiais permanentes para o CAPS | Equipamentos e materiais adquiridos | 10 | 0301 | EA | 6,00 | 3.000,00 |
| 066 | 2 - Atividade | Apoio ao Centro de Atenção Psicossocial | Atividade mantida | 10 | 0301 | AM | 1,00 | 429.050,00 |
| 067 | 2 - Atividade | Apoio ao Programa Primeira Infância Melhor | Atividade mantida | 10 | 0301 | AM | 1,00 | 96.000,00 |
| Total do Programa | | | | | | | | 528.050,00 |

| | | | | | | | | |
|--------------------------|---------------|---|-------------------------------------|----|------|----|-------|-------------------|
| 038 | 1 - Projeto | Equipamentos e materiais permanentes para vigilância em saúde | Equipamentos e materiais adquiridos | 10 | 0305 | EA | 16,00 | 8.399,30 |
| 068 | 2 - Atividade | Vigilância Sanitária | Atividade mantida | 10 | 0304 | AM | 1,00 | 3.599,70 |
| 070 | 2 - Atividade | Vigilância epidemiológica e ambiental | Atividade mantida | 10 | 0305 | AM | 1,00 | 150.002,56 |
| Total do Programa | | | | | | | | 162.001,56 |

| Cód. Tipo | Ações | Produto | Função | Subfunc. | Medida | Meta Física | 2015 |
|------------------------------------|--|-------------------------------------|--------|----------|--------|-------------|-------------------|
| 039 1 - Projeto | Equipamentos e materiais permanentes para SMOI | Equipamentos e materiais adquiridos | 04 | 0122 | EA | 1,00 | 500,00 |
| 071 2 - Atividade | Apoio administrativo da SMOI | Atividade mantida | 04 | 0122 | AM | 1,00 | 754.274,48 |
| Total do Programa -----> | | | | | | | 754.774,48 |

MUNICIPIO DE PORTO XAVIER

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO III - PROGRAMAS DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS

Programa: 0026 ILUMINAÇÃO PÚBLICA URBANA E RURAL**Objetivo:** Melhorar a iluminação pública, o tráfego e a segurança dos municípios.**Órgão:** 09 SECRETARIA MUNIC. DE OBRAS E INFRAESTRUTUI **Unidade Orçamentária:** 0906 FUNDO MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

| Cód. Tipo | Ações | Produto | Função | Subfunc. | Medida | Meta Física | 2015 |
|--------------------------|---|-------------------|--------|----------|--------|-------------|------------|
| 072 2 - Atividade | Manutenção do Fundo Municipal de Iluminação Pública | Atividade mantida | 25 | 0752 | AM | 1,00 | 178.561,54 |
| Total do Programa -----> | | | | | | | 178.561,54 |

Programa: 0027 PRAÇAS, PARQUES E JARDINS E CEMITÉRIOS PÚBLICOS**Objetivo:** Melhorar o aspecto urbano e paisagístico da cidade. Manter em boas condições os espaços públicos de lazer e recreação para os municípios e visitantes, bem como conservar o cemitério público municipal.**Órgão:** 09 SECRETARIA MUNIC. DE OBRAS E INFRAESTRUTUI **Unidade Orçamentária:** 0904 DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS

| Cód. Tipo | Ações | Produto | Função | Subfunc. | Medida | Meta Física | 2015 |
|--------------------------|---|-------------------|--------|----------|--------|-------------|-----------|
| 073 2 - Atividade | Manutenção de praças, parques e jardins e cemitérios públicos | Atividade mantida | 15 | 0451 | AM | 1,00 | 62.959,19 |
| Total do Programa -----> | | | | | | | 62.959,19 |

Programa: 0028 TRÁFEGO E MELHORIAS NAS VIAS URBANAS E RURAIS**Objetivo:** Garantir um tráfego seguro para motoristas e pedestres. Pavimentar, reformar e empreender ações que visem a melhoria das vias urbanas. Aumentar e modernizar a rede viária pertencente ao município. Manter e conservar as estradas vicinais nas comunidades rurais, garantindo níveis de qualidade condizentes com as melhores práticas do setor, contribuindo para a melhoria dos níveis de segurança e reduzindo os custos com restauração.**Órgão:** 09 SECRETARIA MUNIC. DE OBRAS E INFRAESTRUTUI **Unidade Orçamentária:** 0902 DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM

| Cód. Tipo | Ações | Produto | Função | Subfunc. | Medida | Meta Física | 2015 |
|--------------------------|--|---|--------|----------|--------|-------------|------------|
| 042 1 - Projeto | Abertura, prolongamento, pavimentação e reforma de vias | Projeto mantido | 26 | 0782 | AM | 0,00 | 14.000,00 |
| 044 1 - Projeto | Construção de abrigos em paradas de ônibus | Abrigos construídos | 26 | 0782 | Un. | 1,00 | 500,00 |
| 074 2 - Atividade | Manutenção da malha viária, pontes e bueiros | Vias mantidas (serviços realizados, manutenção dos equipamentos e peças adquiridas) | 26 | 0782 | Un. | 0,00 | 436.304,16 |
| 075 2 - Atividade | Manutenção de áreas para remoção de cascalho | Atividade mantida | 26 | 0782 | Un. | 0,00 | 1.000,00 |
| 076 2 - Atividade | Sinalização das vias, Controle e segurança do tráfego urbano | Atividade mantida | 26 | 0782 | AM | 1,00 | 45.507,74 |
| Total do Programa -----> | | | | | | | 497.311,90 |

Programa: 0029 SANEAMENTO BÁSICO URBANO E RURAL**Objetivo:** Proporcionar serviços de saneamento básico adequados à população, nas áreas de abastecimento de água, coleta e destinação de esgoto cloacal, sistema de drenagem de águas pluviais e coleta e destinação de resíduos sólidos, garantindo a melhoria dos serviços prestados, tendo presente a preocupação ambiental.**Órgão:** 09 SECRETARIA MUNIC. DE OBRAS E INFRAESTRUTUI **Unidade Orçamentária:** 0905 DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO

| Cód. Tipo | Ações | Produto | Função | Subfunc. | Medida | Meta Física | 2015 |
|--------------------------|---|-----------------------------|--------|----------|--------|-------------|------------|
| 045 1 - Projeto | Aquisição e manutenção de equipamentos para coleta, separação e destinação dos resíduos sólidos | Equipamentos adquiridos | 17 | 0512 | EA | 1,00 | 500,00 |
| 046 1 - Projeto | Instalação e manutenção de sistema de compostagem | Sistema instalado e mantido | 17 | 0512 | EA | 0,00 | 1.000,00 |
| 077 2 - Atividade | Manutenção de Sistema de Abastecimento de água, monitoramento e tratamento | Atividade mantida | 17 | 0511 | AM | 1,00 | 205.612,44 |
| 078 2 - Atividade | Manutenção da limpeza pública | Atividade mantida | 17 | 0512 | AM | 1,00 | 312.333,13 |
| 079 2 - Atividade | Manutenção do sistema de coleta e destinação final dos resíduos sólidos | Atividade mantida | 17 | 0512 | AM | 1,00 | 403.633,08 |
| 080 2 - Atividade | Mapeamento, manutenção da rede de drenagem pluvial | Atividade mantida | 17 | 0512 | AM | 1,00 | 1.000,00 |
| 081 2 - Atividade | Manutenção do sistema de esgotamento sanitário | Atividade mantida | 17 | 0512 | AM | 1,00 | 31.414,32 |
| Total do Programa -----> | | | | | | | 955.492,97 |

Programa: 0030 FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO LOCAL**Objetivo:** Oportunizar ações de dinamização da economia e desenvolvimento local sustentável

MUNICÍPIO DE PORTO XAVIER

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO III - PROGRAMAS DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS

Órgão: 10 SECRETARIA MUNIC. DE DESENV. TURISMO E MER Unidade Orçamentária: 1001 DEPARTAMENTO DE FOMENTO INDUSTRIAL, CO

| Cód. Tipo | Ações | Produto | Função | Subfunc. | Medida | Meta Física | 2015 |
|--------------------------|--|--|--------|----------|--------|-------------|----------|
| 047 1 - Projeto | Instalação e manutenção do Balcão de Negócios | Atividade mantida | 04 | 0121 | AM | 1,00 | 3.009,66 |
| 048 1 - Projeto | Estabelecimento de parcerias público-privadas para o desenvolvimento | Envolvimento da sociedade e do terceiro setor nas metas e ações de desenvolvimento | 04 | 0121 | AM | 0,00 | 3.009,66 |
| 082 2 - Atividade | Fomento e apoio ao planejamento do desenvolvimento local | Seminários, cursos e capacitação, assessorias, etc. | 04 | 0121 | AM | 0,00 | 752,56 |
| Total do Programa -----> | | | | | | | 6.771,88 |

Programa: 0031 DESENVOLVIMENTO DO MERCOSUL

Objetivo: Fortalecimento e desenvolvimento do MERCOSUL e infraestrutura internacional.

| | | | | | | | |
|--------------------------|--|----------------------------------|----|------|----|------|--------|
| 083 2 - Atividade | Fomento e apoio às relações internacionais | Relações internacionais mantidas | 07 | 0211 | AM | 0,00 | 601,82 |
| Total do Programa -----> | | | | | | | 601,82 |

Programa: 0032 FOMENTO AO TURISMO

Objetivo: Desenvolver atividades voltadas para a expansão e melhoria dos produtos e serviços turísticos com vistas à ampliação da oferta turística. Aumentar o fluxo turístico, a taxa de permanência e o gasto de turistas no município. Reforçar o potencial turístico priorizando ações de infraestrutura e qualificação da mão de obra de forma a ampliar as oportunidades de trabalho, geração de renda e divisas. Dotar o Município de infraestrutura adequada para recebimento dos turistas.

| | | | | | | | |
|--------------------------|--|---|----|------|----|------|-----------|
| 050 1 - Projeto | Equipamentos e materiais permanentes para a SDTM | Equipamentos e materiais adquiridos | 23 | 0695 | EA | 2,00 | 1.000,00 |
| 051 1 - Projeto | Construção, Ampliação, Reforma e Melhorias na Infraestrutura Turística | Infraestrutura turística melhorada e ampliada | 23 | 0695 | EA | 0,00 | 1.000,00 |
| 084 2 - Atividade | Apoio administrativo SDTM | Atividade mantida | 23 | 0695 | AM | 1,00 | 38.809,78 |
| 085 2 - Atividade | Realização Participação e apoio a Feiras e Eventos Turísticos | Feiras e eventos realizados | 23 | 0695 | FR | 1,00 | 19.356,78 |
| Total do Programa -----> | | | | | | | 60.166,56 |

Programa: 0033 GESTÃO ASSISTENCIAL E HABITACIONAL

Objetivo: Gerir e controlar os programas e as ações finalísticas da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação

Órgão: 11 SECRETARIA MUNIC. DE ASSISTENCIA SOCIAL E H. Unidade Orçamentária: 1101 DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

| Cód. Tipo | Ações | Produto | Função | Subfunc. | Medida | Meta Física | 2015 |
|-----------------|---|-------------------------------------|--------|----------|--------|-------------|----------|
| 052 1 - Projeto | Equipamentos e Materiais permanentes para SMASH | Equipamentos e materiais adquiridos | 08 | 0244 | FR | 0,00 | 1.000,00 |

Órgão: 11 SECRETARIA MUNIC. DE ASSISTENCIA SOCIAL E H. Unidade Orçamentária: 1102 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

| Cód. Tipo | Ações | Produto | Função | Subfunc. | Medida | Meta Física | 2015 |
|-------------------|---|---|--------|----------|--------|-------------|------------|
| 141 1 - Projeto | Ampliação do Prédio da Secretaria Municipal de Assistência Social | Sala construída/ampliada | 08 | 0244 | SC | 0,00 | 53.000,00 |
| 086 2 - Atividade | Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social | Gestão da assistência Social e seus programas | 08 | 0244 | SC | 0,00 | 452.046,79 |

Órgão: 11 SECRETARIA MUNIC. DE ASSISTENCIA SOCIAL E H. Unidade Orçamentária: 1103 FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO

| Cód. Tipo | Ações | Produto | Função | Subfunc. | Medida | Meta Física | 2015 |
|--------------------------|--|-------------------|--------|----------|--------|-------------|------------|
| 087 2 - Atividade | Manutenção do Fundo Municipal do Idoso | Atividade mantida | 08 | 0241 | SC | 0,00 | 5.457,59 |
| Total do Programa -----> | | | | | | | 511.504,38 |

Programa: 0034 HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Objetivo: Garantir o atendimento às famílias de menor renda, com construção, reforma e ampliação de moradias, regularização fundiária, infraestrutura, ações educativas de convívio social e de geração de renda

Órgão: 11 SECRETARIA MUNIC. DE ASSISTENCIA SOCIAL E H. Unidade Orçamentária: 1101 DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

| Cód. Tipo | Ações | Produto | Função | Subfunc. | Medida | Meta Física | 2015 |
|-------------------|---|-------------------------------------|--------|----------|--------|-------------|-----------|
| 053 1 - Projeto | Equipamentos e Materiais permanentes para Departamento de Habitação | Equipamentos e materiais adquiridos | 16 | 0482 | SC | 0,00 | 1.000,00 |
| 088 2 - Atividade | Manutenção do Departamento de Habitação | Atividade mantida | 16 | 0482 | SC | 0,00 | 30.221,52 |

Órgão: 11 SECRETARIA MUNIC. DE ASSISTENCIA SOCIAL E H. Unidade Orçamentária: 1104 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

ANEXO III - PROGRAMAS DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS

Programa: 0039 REDE CEGONHA

Objetivo: Fomentar a implementação de novo modelo de atenção a saúde da mulher e à saúde da criança com foco na atenção ao parto, ao nascimento, ao crescimento e ao desenvolvimento da criança de zero aos vinte e quatro meses. Organizar a Rede de Atenção à Saúde Materna e Infantil para que esta garanta acesso, acolhimento e resolutividade. Reduzir a mortalidade materna e infantil com ênfase no componente neonatal.

Órgão: 08 SECRETARIA MUNIC. DE SAUDE **Unidade Orçamentária:** 0801 FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE

| Cód. Tipo | Ações | Produto | Função | Subfunc. | Medida | Meta Física | 2015 |
|-------------------|--------------|-------------------------------------|--------|----------|--------|-------------|----------|
| 105 2 - Atividade | Rede Cegonha | Exames Laboratoriais para gestantes | 10 | 0301 | ER | 116,00 | 4.673,00 |

ANEXO III - PROGRAMAS DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS

4.673,00

Objetivo:

Unidade Orçamentária: 1201 OPERAÇÕES ESPECIAIS

[illegible]

Objetivo:

| | | | | | | | |
|-----|------------------|---------------------------------------|----|------|----|------|--------------|
| 001 | 0 - Op. Especie: | Amortização da Dívida Pública | 28 | 0843 | ER | 0,00 | 1.977.476,00 |
| 002 | 0 - Op. Especie: | Pagamento de Sentenças Judiciais | 28 | 0846 | ER | 0,00 | 120.000,00 |
| 003 | 0 - Op. Especie: | Pagamento de Aposentadorias e Pensões | 28 | 0846 | ER | 0,00 | 54.556,00 |
| 004 | 0 - Op. Especie: | Contribuição PASEP | 28 | 0846 | ER | 0,00 | 231.213,00 |

2.383.245,00

25.940.117,00

CLAITON RAFAEL MORAIS HETTERER
Contador Municipal CRC/RS 88.927

MUNICÍPIO DE: Porto Xavier - RS - Brasil
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2015
ANEXO IV

RELATÓRIO SOBRE PROJETOS EM EXECUÇÃO E A EXECUTAR E DESPESAS COM CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO
(Art. 45 da LRF)

| IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES | INÍCIO DA EXECUÇÃO | VALOR DO PROJETO | EXECUÇÃO % | | | RECURSOS PRIORIZADOS PARA 2015 | | |
|--|--------------------|------------------|--------------------|--------------|------------|--------------------------------|---------------------------|-----------------------|
| | | | ATÉ EXERC ANTERIOR | NO EXERCÍCIO | A EXECUTAR | PROJETOS EM EXECUÇÃO | CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO | NOVOS PROJETOS |
| Construção da Unidade Básica de Saúde - UBS 4 | 23/04/2012 | R\$ 199.975,81 | 71% | 100% | 0% | R\$ 199.975,81 | | |
| FUNASA - 90 Módulos Sanitários | 14/06/2012 | R\$ 499.658,74 | 50% | 100% | 0% | R\$ 499.658,74 | | |
| Segurança e Educação do Trânsito - Acessibilidade | 17/05/2011 | R\$ 97.881,47 | 83% | 100% | 0% | R\$ 97.881,47 | | |
| PAC-2 Pavimentação com Pedras Irregulares | 24/05/2012 | R\$1.035.141,97 | 10% | 41% | 49% | R\$ 1.035.141,97 | | |
| Academia da Saúde | 15/01/2013 | R\$ 100.000,00 | 45% | 35% | 20% | R\$ 100.000,00 | | |
| PROSAN - 10 Módulos Sanitários | 03/03/2014 | R\$ 36.099,19 | 0% | 100% | 0% | R\$ 36.099,19 | | |
| Construção de Quadra Escolar Coberta - Escola Érico Veríssimo | 09/07/2014 | R\$ 509.959,00 | 0% | 70% | 30% | R\$ 509.959,00 | | |
| Cobertura da Quadra Escolar da Escola Machado de Assis | 14/04/2014 | R\$ 245.000,00 | 0% | 100% | 0% | R\$ 245.000,00 | | |
| Rede de Água da Linha Nova | 01/09/2014 | R\$ 24.000,00 | 0% | 100% | 0% | R\$ 24.000,00 | | |
| Pavimentação com CBUQ sobre Pedras Irregulares da Rua Padre Anchieta | | R\$ 250.050,00 | 0% | 0% | 100% | | | R\$ 250.050 |
| Plano de Reconstrução - Pontes, Pontilhões e Estradas | | R\$ 250.000,00 | 0% | 80% | 20% | R\$ 250.000,00 | | |
| PROSAN - 20 Módulos Sanitários | | R\$ 121.065,54 | 0% | 0% | 100% | | | R\$ 121.066 |
| Manutenção de praças, parques, jardins e cemitérios públicos | 02/01/2015 | R\$ 62.959,19 | 1 | 1 | 1 | | R\$ 62.959 | |
| Manutenção da malha viária, pontes e bueiros | 02/01/2015 | R\$ 436.304,16 | 1 | 1 | 1 | | R\$ 436.304 | |
| Sinalização das vias, controle e segurança do tráfego urbano | 02/01/2015 | R\$ 45.507,74 | 1 | 1 | 1 | | R\$ 45.508 | |
| Abertura, prolongamento, pavimentação e reforma de vias | 02/01/2015 | R\$ 14.000,00 | | | 100% | | | R\$ 14.000 |
| Construção de abrigos em paradas de ônibus | 02/01/2015 | R\$ 500,00 | | | 100% | | | R\$ 500 |
| Construção, ampliação, reforma e melhorias na infraestrutura turística | 02/01/2015 | R\$ 1.000,00 | | | 100% | | | R\$ 1.000 |
| Ampliação do Prédio da SMASH | 01/02/2015 | R\$ 53.000,00 | | | 100% | | | R\$ 53.000 |
| Total Geral dos Recursos a Priorizar | | | | | | R\$ 2.997.716,18 | R\$ 544.771,09 | R\$ 439.615,54 |

¹ As atividades não possuem projeção percentual de execução, pois são realizadas de modo permanente.

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda/Secretaria Municipal de Planejamento

Município de Porto Xavier - RS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015
TABELA 02 - Demonstrativo da Evolução da Dívida e Resultado Nominal

| Exercício | 2.012 | 2.013 | 2.014 | 2.015 | 2.016 | 2.017 |
|---|--------------|--------------|--------------|---------------------|-------------------|-------------------|
| | Saldo | Saldo | Reestimativa | Previsão | Previsão | Previsão |
| (1) Dívida Consolidada | 1.106.479,83 | 1.795.015,82 | 1.657.347,16 | 1.474.239,43 | 930.956,77 | 443.738,97 |
| (2) Disponibilidades Financeiras (Líquidas) | 1.798.904,89 | 2.327.093,67 | 2.062.999,28 | 2.062.999,28 | 2.151.030,74 | 2.092.343,10 |
| (3) Dívida Consolidada Líquida | - | - | - | (588.759,85) | (1.220.073,97) | (1.648.604,13) |
| (4) Passivos Reconhecidos | - | - | - | - | - | - |
| (5) Dívida Fiscal Líquida | - | - | - | (588.759,85) | (1.220.073,97) | (1.648.604,13) |
| (6) Resultado Nominal | | - | - | (588.759,85) | (631.314,12) | (428.530,16) |

Cronograma Anual de Operações Realizadas e do Serviço da Dívida

Valores em R\$

| Operações de Crédito / Pagamentos | 2.012 | 2.013 | 2.014 | 2.015 | 2.016 | 2.017 |
|-----------------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| | Realizado | Realizado | Reestimativa | Previsão | Previsão | Previsão |
| 2.1 - Operações de Crédito | 720.789,31 | 716.891,62 | 322.929,00 | - | - | - |
| 2.2 Encargos | 21.680,16 | 163.536,51 | 163.007,93 | 213.985,00 | 232.379,00 | 270.707,41 |
| 2.3 Amortizações | 107.836,94 | 304.627,80 | 416.750,95 | 461.175,00 | 486.633,00 | 315.378,00 |
| 2.2.3 Dívida Mobiliária | | | | | | |

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda/Departamento de Contabilidade Municipal

Dívida Pública Consolidada – É o montante total apurado:

- das obrigações financeiras do Município, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados;
- das obrigações financeiras do Município, assumidas em virtude da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham constado como receitas no orçamento;
- dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos.

Dívida Consolidada Líquida – DCL – Corresponde à dívida pública consolidada menos as deduções, que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados.

Resultado Nominal – Representa a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida em 31 de dezembro de determinado ano em relação ao apurado em 31 de dezembro do ano anterior.

Município de Porto Xavier - RS - Brasil
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015
MEMÓRIA DE CÁLCULOS

Quadro 1 - Receitas Arrecadadas no quadriênio (2010 - 2013) e reestimadas para o exercício de 2014

| DESCRIÇÃO | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 |
|---------------------------------------|----------------------|----------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| | Arrecadado | Arrecadado | Arrecadado | Arrecadado | Reestimado |
| RECEITAS CORRENTES | 18.631.976 | 20.858.999 | 23.666.033 | 23.628.092 | 24.782.066 |
| RECEITA TRIBUTARIA | 785.007 | 998.570 | 1.257.948 | 1.263.507 | 1.306.030 |
| IPTU | 195.148 | 255.122 | 332.559 | 379.398 | 396.638 |
| IRRF | 69.996 | 135.512 | 190.182 | 241.950 | 294.331 |
| ITBI | 130.435 | 171.094 | 161.729 | 213.071 | 171.274 |
| ISS | 278.346 | 315.453 | 438.875 | 283.338 | 285.852 |
| Taxas | 111.082 | 121.169 | 134.603 | 145.751 | 157.935 |
| Contribuição de Melhoria | | 219 | - | - | 0 |
| RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES | 548.141 | 668.912 | 746.965 | 757.412 | 811.967 |
| Receitas de Contribuições - PM | 133.557 | 142.656 | 167.551 | 138.647 | 134.333 |
| Receita de Contribuições - RPPS | 414.584 | 526.257 | 579.414 | 618.765 | 677.634 |
| RECEITA PATRIMONIAL | 959.978 | 1.423.355 | 2.519.225 | 298.191 | 829.769 |
| Rendimentos de Aplicações Financeiras | 955.388 | 1.418.766 | 2.514.636 | 293.713 | 821.957 |
| Rendimentos de Aplicações - PM | 60.483 | 77.501 | 27.763 | 93.073 | 123.656 |
| Rendimentos de Aplicações - RPPS | 894.905 | 1.341.265 | 2.486.873 | 200.640 | 698.301 |
| Outras Receitas Patrimoniais | 4.589 | 4.589 | 4.589 | 4.477 | 7.812 |
| RECEITA DE SERVICOS | 418.746 | 419.803 | 103.473 | 150.796 | 150.560 |
| TRANSFERENCIAS CORRENTES | 15.414.768 | 16.672.971 | 18.469.097 | 20.479.039 | 21.160.290 |
| Cota-Parte do FPM | 5.713.391 | 7.057.591 | 7.286.174 | 7.825.964 | 8.482.095 |
| Cota-Parte do ITR | 13.210 | 13.731 | 15.348 | 15.593 | 8.228 |
| Cota-Parte do FEP | 67.758 | 88.858 | 107.213 | 111.232 | 107.770 |
| SUS | 1.485.375 | 1.931.934 | 2.731.045 | 2.810.167 | 2.768.108 |
| FNAS | 182.500 | 206.691 | 230.354 | 148.388 | 338.942 |
| FNDE | 367.970 | 380.521 | 686.827 | 580.705 | 483.726 |
| ICMS -Desoneração L.C.Nº 87/96 | 38.282 | 31.224 | 32.013 | 17.615 | 28.391 |
| Cota-Parte do ICMS | 3.494.276 | 3.398.154 | 3.482.384 | 4.345.682 | 3.944.090 |
| Cota-Parte do IPVA | 657.161 | 685.727 | 711.294 | 745.048 | 942.131 |
| Cota-Parte do IPI sobre exportação | 85.048 | 83.127 | 58.253 | 62.597 | 80.937 |
| Cota-Parte CIDE | 31.513 | 36.551 | 19.328 | 973 | 2.529 |
| Cota-Parte Royalties - Comp. Financ. | 3.301 | | | | 0 |
| FUNDEB | 2.277.218 | 2.369.240 | 2.594.990 | 3.277.774 | 3.265.044 |
| Convênios | 274.176 | 286.604 | 437.901 | 369.830 | 397.871 |
| Outras Transferências Correntes | 723.588 | 103.018 | 75.973 | 167.471 | 310.428 |
| Outros Auxílios da União | 657.287 | 26.032 | 20.831 | 161.196 | 186.018 |
| Outras Transferências dos Estados | 56.301 | | 51.954 | 3.275 | 124.210 |
| Transferências de Inst. Privadas | 10.000 | 76.986 | | 3.000 | 0 |
| Transferências de Pessoas | | | 3.188 | | 200 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 505.336 | 675.388 | 569.324 | 679.148 | 523.450 |
| Multas e Juros de Mora | 38.862 | 64.585 | 64.034 | 98.322 | 59.819 |
| Indenizações e Restituições | 373.168 | 485.977 | 370.290 | 369.664 | 232.639 |
| Indenizações e Restituições - PM | 288.970 | 339.031 | 322.821 | 63.428 | 5.598 |
| Indenizações e Restituições - RPPS | 84.198 | 146.946 | 47.469 | 306.236 | 227.041 |
| Receita da Dívida Ativa | 85.543 | 122.220 | 135.001 | 210.717 | 224.713 |
| Receitas Diversas | 7.763 | 2.606 | | 445 | 6.279 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 661.797 | 748.767 | 1.330.502 | 2.391.762 | 942.894 |
| OPERACOES DE CREDITO | - | - | 720.789 | 716.892 | 322.929 |
| ALIENACAO DE BENS | - | - | 62.200 | - | 0 |
| AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS | 12.670 | 12.623 | 3.633 | 8.201 | 17.080 |
| TRANSFERENCIAS DE CAPITAL | 631.753 | 708.744 | 530.906 | 1.645.146 | 592.060 |
| OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL | 17.374 | 27.399 | 12.974 | 21.524 | 10.825 |
| RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS | 949.065 | 1.224.969 | 1.203.506 | 1.674.115 | 1.913.057 |
| (-) DEDUÇÕES DA RECEITA | -1.952.467,98 | -2.193.913,73 | -2.255.174 | -2.535.988 | -2.697.174 |
| TOTAL DA RECEITA | 18.290.371 | 20.638.820 | 23.944.867 | 25.157.982 | 24.940.843 |

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda/Departamento de Contabilidade Municipal

Município de Porto Xavier - RS - Brasil
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015
MEMÓRIA DE CÁLCULOS

Quadro 2 - Variação Bruta das Receitas no quadriênio 2011 - 2014 e mediana bruta calculada para o triênio 2015 - 2017 baseada na variação apurada no quadriênio anterior

| DESCRIÇÃO | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 |
|--|---------------------------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| | Variação % em relação ao ano anterior | Variação % em relação ao ano anterior | Variação % em relação ao ano anterior | Variação % em relação ao ano anterior | Mediana quadriênio anterior | Mediana quadriênio anterior | Mediana quadriênio anterior |
| RECEITAS CORRENTES | 11,95% | 13,46% | -0,16% | 4,88% | 8,42% | 6,65% | 5,77% |
| RECEITA TRIBUTÁRIA | 27,21% | 25,97% | 0,44% | 3,37% | 14,67% | 9,02% | 6,19% |
| IPTU | 30,73% | 30,35% | 14,08% | 4,54% | 22,22% | 18,15% | 16,12% |
| IRRF | 93,60% | 40,34% | 27,22% | 21,65% | 33,78% | 30,50% | 28,86% |
| ITBI | 31,17% | -5,47% | 31,75% | -19,62% | 12,85% | 3,69% | 8,27% |
| ISS | 13,33% | 39,13% | -35,44% | 0,89% | 7,11% | 4,00% | 2,44% |
| Taxas | 9,08% | 11,09% | 8,28% | 8,36% | 8,72% | 8,54% | 8,45% |
| Contribuição de Melhoria | - | -100,00% | - | - | -100,00% | -100,00% | -100,00% |
| RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES | 22,03% | 11,67% | 1,40% | 7,20% | 9,44% | 8,32% | 7,76% |
| Receitas de Contribuições - PM | 6,81% | 17,45% | -17,25% | -3,11% | 1,85% | -0,63% | -1,87% |
| Receita de Contribuições - R P P S (Fonte 0050) | 26,94% | 10,10% | 6,79% | 9,51% | 9,81% | 9,66% | 9,59% |
| RECEITA PATRIMONIAL | 48,27% | 76,99% | -88,16% | 178,27% | 62,63% | 69,81% | 66,22% |
| Rendimentos de Aplicações Financeiras | 48,50% | 77,24% | -88,32% | 179,85% | 62,87% | 70,06% | 66,46% |
| Rendimentos de Aplicações - PM | 28,14% | -64,18% | 235,24% | 32,86% | 30,50% | 31,68% | 32,27% |
| Rendimentos de Aplicações - RPPS (Fonte 0050) | 49,88% | 85,41% | -91,93% | 248,04% | 67,65% | 76,53% | 72,09% |
| Outras Receitas Patrimoniais | 0,00% | 0,00% | -2,44% | 74,48% | 0,00% | 0,00% | 0,00% |
| RECEITA DE SERVIÇOS | 0,25% | -75,35% | 45,73% | -0,16% | 0,05% | -0,05% | 0,00% |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 8,16% | 10,77% | 10,88% | 3,33% | 9,47% | 10,12% | 9,79% |
| Cota-Parte do FPM | 23,53% | 3,24% | 7,41% | 8,38% | 7,90% | 7,65% | 7,77% |
| Cota-Parte do ITR | 3,94% | 11,78% | 1,60% | -47,23% | 2,77% | 2,18% | 1,89% |
| Cota-Parte do FEP | 31,14% | 20,66% | 3,75% | -3,11% | 12,20% | 7,98% | 5,86% |
| SUS | 30,06% | 41,36% | 2,90% | -1,50% | 16,48% | 9,69% | 6,29% |
| FNAS | 13,26% | 11,45% | -35,58% | 128,42% | 12,35% | 11,90% | 12,13% |
| FNDE | 3,41% | 80,50% | -15,45% | -16,70% | -6,02% | -10,74% | -13,09% |
| ICMS -Desoneração L.C.Nº 87/96 | -18,44% | 2,53% | -44,98% | 61,18% | -7,95% | -2,71% | -5,33% |
| Cota-Parte do ICMS | -2,75% | 2,48% | 24,79% | -9,24% | -0,14% | 1,17% | 0,52% |
| Cota-Parte do IPVA | 4,35% | 3,73% | 4,75% | 26,45% | 4,55% | 4,65% | 4,70% |
| Cota-Parte do IPI sobre exportação | -2,26% | -29,92% | 7,46% | 29,30% | 2,60% | 5,03% | 6,24% |
| Cota-Parte CIDE | 15,99% | -47,12% | -94,97% | 159,93% | -15,57% | -31,34% | -23,45% |
| Cota-Parte Royalties - Compensação Financeira | -100,00% | - | - | - | -100,00% | -100,00% | -100,00% |
| FUNDEB | 4,04% | 9,53% | 26,31% | -0,39% | 6,78% | 8,16% | 7,47% |
| Convênios | 4,53% | 52,79% | -15,54% | 7,58% | 6,06% | 6,82% | 6,44% |
| Outras Transferências Correntes | -85,76% | -26,25% | 120,44% | 85,36% | 29,55% | 57,46% | 71,41% |
| Outros Auxílios da União | -96,04% | -19,98% | 673,82% | 15,40% | -2,29% | 6,55% | 10,98% |
| Outras Transferências dos Estados | -100,00% | - | -93,70% | 3692,81% | -93,70% | -93,70% | -93,70% |
| Transferências de Instituições Privadas | 669,86% | - | - | -100,00% | -100,00% | -100,00% | -100,00% |
| Transferências de Pessoas | - | - | -100,00% | - | -100,00% | -100,00% | -100,00% |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 33,65% | -15,70% | 19,29% | -22,93% | 1,79% | -6,96% | -2,58% |
| Multas e Juros de Mora | 66,19% | -0,85% | 53,55% | -39,16% | 26,35% | 12,75% | 19,55% |
| Indenizações e Restituições | 30,23% | -23,81% | -0,17% | -37,07% | -11,99% | -17,90% | -14,94% |
| Indenizações e Restituições - PM | 17,32% | -4,78% | -80,35% | -91,17% | -42,57% | -61,46% | -70,91% |
| Indenizações e Restituições - RPPS (Fonte 050) | 74,53% | -67,70% | 545,13% | -25,86% | 24,33% | -0,76% | 11,78% |
| Receita da Dívida Ativa | 42,88% | 10,46% | 56,09% | 6,64% | 26,67% | 18,56% | 22,61% |
| Receitas Diversas | -66,43% | -100,00% | - | 1311,52% | -66,43% | -66,43% | -66,43% |
| RECEITAS DE CAPITAL | 13,14% | 77,69% | 79,76% | -60,58% | 45,42% | 61,55% | 53,49% |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO | - | - | -0,54% | -54,95% | -27,75% | -27,75% | -27,75% |
| ALIENAÇÃO DE BENS | - | - | -100,00% | - | -100,00% | -100,00% | -100,00% |
| AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS | -0,37% | -71,22% | 125,74% | 108,27% | 53,95% | 81,11% | 94,69% |
| TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | 12,19% | -25,09% | 209,87% | -64,01% | -6,45% | -15,77% | -11,11% |
| OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL | 57,70% | -52,65% | 65,91% | -49,71% | 4,00% | -22,86% | -9,43% |
| Receitas Intra Orçamentárias - RPPS (Fonte 0050) | 29,07% | -1,75% | 39,10% | 14,27% | 21,67% | 17,97% | 19,82% |
| (-) DEDUÇÕES DA RECEITA | 12,37% | 2,79% | 12,45% | 6,36% | 9,36% | 7,86% | 8,61% |
| TOTAL DA RECEITA | 12,84% | 16,02% | 5,07% | -0,86% | 8,95% | 7,01% | 6,04% |

NOTA: Exemplo de cálculo da variação bruta e da mediana do quadriênio anterior:

Exemplo 1:

Cálculo da Variação Bruta do IPTU de 2010 para 2011:

Variação Bruta do IPTU de 2010 para 2011 = ((Arrecadação IPTU 2011/Arrecadação IPTU 2010) - 1) x 100

Variação Bruta do IPTU de 2010 para 2011 = ((R\$ 255.122/ R\$ 195.148) - 1) x 100

Variação Bruta do IPTU de 2010 para 2011 = ((1,3073) - 1) x 100

Variação Bruta do IPTU de 2010 para 2011 = (0,3073) x 100

Variação Bruta do IPTU de 2010 para 2011 = 30,73%

Exemplo 2:

Cálculo da mediana quadriênio anterior a 2015 do IPTU:

| 2011 | 2012 | 2013 | 2014 |
|--------|--------|--------|-------|
| 30,73% | 30,35% | 14,08% | 4,54% |

Ajuste dos dados em ordem crescente

| | | | |
|-------|--------|--------|--------|
| 4,54% | 14,08% | 30,35% | 30,73% |
|-------|--------|--------|--------|

Mediana 2015 = ((0,1408 + 0,3035)/2) x 100

Mediana 2015 = 0,22215 x 100 = 22,22%

Mediana 2015 = 22,22%

| Exercício | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 |
|--------------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| INFLAÇÃO MÉDIA ANUAL (I P C A) | 6,50% | 5,83% | 5,91% | 6,45% | 6,16% | 5,52% | 5,31% |
| VARIAÇÃO DO PIB | 2,70% | 0,90% | 2,30% | 1,53% | 1,76% | 2,64% | 2,90% |
| TOTAL | 9,20% | 6,73% | 8,21% | 7,98% | 7,92% | 8,16% | 8,21% |

Município de Porto Xavier - RS - Brasil
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015
MEMÓRIA DE CÁLCULOS

Quadro 3 - Variação líquida das Receitas no quadriênio 2011 - 2014 e mediana líquida calculada para o triênio 2015 - 2017
baseada na variação apurada no quadriênio anterior

| DESCRIÇÃO | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 |
|--|---------------------------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| | Variação % em relação ao ano anterior | Variação % em relação ao ano anterior | Variação % em relação ao ano anterior | Variação % em relação ao ano anterior | Mediana quadriênio anterior | Mediana quadriênio anterior | Mediana quadriênio anterior |
| RECEITAS CORRENTES | 2,75% | 6,73% | -8,37% | -3,10% | -0,17% | -1,63% | -2,36% |
| RECEITA TRIBUTARIA | 18,01% | 19,24% | -7,77% | -4,61% | 6,70% | 1,04% | -1,79% |
| IPTU | 21,53% | 23,62% | 5,87% | -3,44% | 13,70% | 9,79% | 7,83% |
| IRRF | 84,40% | 33,61% | 19,01% | 13,67% | 26,31% | 22,66% | 20,84% |
| ITBI | 21,97% | -12,20% | 23,54% | -27,60% | 4,88% | -3,66% | 0,61% |
| ISS | 4,13% | 32,40% | -43,65% | -7,09% | -1,48% | -4,29% | -5,69% |
| Taxas | -0,12% | 4,36% | 0,07% | 0,38% | 0,23% | 0,30% | 0,26% |
| Contribuição de Melhoria | - | -106,73% | - | - | -106,73% | -106,73% | -106,73% |
| RECEITA DE CONTRIBUICOES | 12,83% | 4,94% | -6,81% | -0,78% | 2,08% | 0,65% | -0,06% |
| Receitas de Contribuições - PM | -2,39% | 10,72% | -25,46% | -11,09% | -6,74% | -8,92% | -10,00% |
| Receita de Contribuições - R P P S (Fonte 0050) | 17,74% | 3,37% | -1,42% | 1,53% | 2,45% | 1,99% | 1,76% |
| RECEITA PATRIMONIAL | 39,07% | 70,26% | -96,37% | 170,29% | 54,67% | 62,46% | 58,56% |
| Rendimentos de Aplicações Financeiras | 39,30% | 70,51% | -96,53% | 171,87% | 54,91% | 62,71% | 58,81% |
| Rendimentos de Aplicações - PM | 10,64% | -77,26% | 221,41% | 15,46% | 13,05% | 14,25% | 14,86% |
| Rendimentos de Aplicações - RPPS (Fonte 0050) | 32,38% | 72,33% | -105,76% | 230,64% | 52,36% | 62,34% | 57,35% |
| Outras Receitas Patrimoniais | -9,20% | -6,73% | -10,65% | 66,50% | -7,96% | -7,35% | -7,66% |
| RECEITA DE SERVICOS | -8,95% | -82,08% | 37,52% | -8,14% | -8,54% | -8,34% | -8,24% |
| TRANSFERENCIAS CORRENTES | -1,04% | 4,04% | 2,67% | -4,65% | 0,82% | 1,75% | 1,28% |
| Cota-Parte do FPM | 14,33% | -3,49% | -0,80% | 0,40% | -0,20% | -0,50% | -0,35% |
| Cota-Parte do ITR | -5,26% | 5,05% | -6,61% | -55,21% | -5,93% | -6,27% | -6,44% |
| Cota-Parte do FEP | 21,94% | 13,93% | -4,46% | -11,09% | 4,73% | 0,14% | -2,16% |
| SUS | 20,86% | 34,63% | -5,31% | -9,48% | 7,78% | 1,23% | -2,04% |
| FNAS | 4,06% | 4,72% | -43,79% | 120,44% | 4,39% | 4,55% | 4,47% |
| FNDE | -5,79% | 73,77% | -23,66% | -24,68% | -14,73% | -19,19% | -21,43% |
| ICMS -Desoneração L.C.Nº 87/96 | -27,64% | -4,20% | -53,19% | 53,20% | -15,92% | -10,06% | -12,99% |
| Cota-Parte do ICMS | -11,95% | -4,25% | 16,58% | -17,22% | -8,10% | -6,18% | -7,14% |
| Cota-Parte do IPVA | -4,85% | -3,00% | -3,46% | 18,47% | -3,23% | -3,12% | -3,18% |
| Cota-Parte do IPI sobre exportação | -11,46% | -36,65% | -0,75% | 21,32% | -6,11% | -3,43% | -2,09% |
| Cota-Parte CIDE | 6,79% | -53,85% | -103,18% | 151,95% | -23,53% | -38,69% | -31,11% |
| Cota-Parte Royalties - Compensação Financeira | -109,20% | - | - | - | -109,20% | -109,20% | -109,20% |
| FUNDEB | -5,16% | 2,80% | 18,10% | -8,37% | -1,18% | 0,81% | -0,19% |
| Convênios | -4,67% | 46,06% | -23,75% | -0,40% | -2,53% | -1,47% | -2,00% |
| Outras Transferências Correntes | -94,96% | -32,98% | 112,23% | 77,38% | 22,20% | 49,79% | 63,59% |
| Outros Auxílios da União | -105,24% | -26,71% | 665,61% | 7,42% | -9,64% | -1,11% | 3,15% |
| Outras Transferências dos Estados | -109,20% | - | -101,91% | 3684,83% | -101,91% | -101,91% | -101,91% |
| Transferências de Instituições Privadas | 660,66% | -106,73% | - | -107,98% | -106,73% | -106,73% | -106,73% |
| Transferências de Pessoas | - | - | -108,21% | - | -108,21% | -108,21% | -108,21% |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 24,45% | -22,43% | 11,08% | -30,91% | -5,68% | -14,06% | -9,87% |
| Multas e Juros de Mora | 56,99% | -7,58% | 45,34% | -47,14% | 18,88% | 5,65% | 12,26% |
| Indenizações e Restituições | 21,03% | -30,54% | -8,38% | -45,05% | -19,46% | -25,00% | -22,23% |
| Indenizações e Restituições - PM | 8,12% | -11,51% | -88,56% | -99,15% | -50,04% | -69,30% | -78,93% |
| Indenizações e Restituições - RPPS (Fonte 050) | 68,03% | -73,53% | 539,22% | -32,31% | 17,86% | -7,23% | 5,32% |
| Receita da Dívida Ativa | 33,68% | 3,73% | 47,88% | -1,34% | 18,70% | 11,21% | 14,96% |
| Receitas Diversas | -75,63% | -106,73% | - | 1303,54% | -75,63% | -75,63% | -75,63% |
| RECEITAS DE CAPITAL | 3,94% | 70,96% | 71,55% | -68,56% | 37,45% | 54,21% | 45,83% |
| OPERACOES DE CREDITO | - | - | -8,75% | -62,93% | -35,84% | -35,84% | -35,84% |
| ALIENACAO DE BENS | - | - | -108,21% | - | -108,21% | -108,21% | -108,21% |
| AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS | -9,57% | -77,95% | 117,53% | 100,29% | 45,36% | 72,83% | 86,56% |
| TRANSFERENCIAS DE CAPITAL | 2,99% | -31,82% | 201,66% | -71,99% | -14,42% | -23,12% | -18,77% |
| OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL | 48,50% | -59,38% | 57,70% | -57,69% | -4,59% | -31,14% | -17,87% |
| Receitas Intra Orçamentárias - RPPS (Fonte 0050) | 19,87% | -8,48% | 30,89% | 6,29% | 13,08% | 9,69% | 11,38% |
| (-) DEDUÇÕES DA RECEITA | 3,17% | -3,94% | 4,24% | -1,62% | 0,77% | -0,43% | 0,17% |
| TOTAL DA RECEITA | 3,64% | 9,29% | -3,14% | -8,84% | 0,25% | -1,45% | -2,30% |

NOTA: Exemplo de cálculo da variação líquida e da mediana do quadriênio anterior:

Exemplo 1:

Cálculo da Variação Líquida do IPTU de 2010 para 2011:

Variação Líquida do IPTU de 2010 para 2011 = (((Arrecadação IPTU 2011/Arrecadação IPTU 2010) - 1) - (IPCA 2011) - (PIB 2011)) x 100

Variação Bruta do IPTU de 2010 para 2011 = (((R\$ 255.122/ R\$ 195.148) - 1) - (0,065) - (0,027)) x 100

Variação Bruta do IPTU de 2010 para 2011 = (((1,3073) - 1) - (0,065) - (0,027) x 100

Variação Bruta do IPTU de 2010 para 2011 = ((0,3073) - (0,065) - (0,027) x 100

Variação Bruta do IPTU de 2010 para 2011 = 21,53%

Exemplo 2:

Cálculo da mediana quadriênio anterior a 2015 do IPTU:

| 2011 | 2012 | 2013 | 2014 |
|--|--------|--------|--------|
| 21,53% | 23,62% | 5,87% | -3,44% |
| Ajuste dos dados em ordem crescente | | | |
| -3,44% | 5,87% | 21,53% | 23,62% |

Mediana 2015 = ((0,0587 + 0,2153)/2)*100

Mediana 2015 = 0,1370 x 100

Mediana 2015 = 13,70%

Município de Porto Xavier - RS - Brasil
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015
MEMÓRIA DE CÁLCULOS

Quadro 4 - Parâmetros das receitas para o triênio 2015 - 2017

| DESCRIÇÃO | IPCA | PIB | Aumento Salarial | Taxa de Juros (Selic) | Últimos Repasses | Outra Variável | Varição Real quadriênio anterior (mediana) |
|---|------|-----|------------------|------------------------|------------------|----------------|--|
| RECEITAS CORRENTES | | | | | | | |
| Receita Tributária | | | | | | | |
| IPTU | X | | | | | | |
| IRRF | X | | | | | | |
| ITBI | X | | | | | | |
| ISS | X | X | | | | | X |
| Taxas | X | X | | | | | X |
| Contribuição de Melhoria | | | | | | | |
| Receita de Contribuições | | | | | | | |
| Receitas de Contribuições - PM | X | X | | | | | X |
| Receita de Contribuições - R P P S | X | | X | | | | X |
| Receita Patrimonial | | | | | | | |
| Rendimentos de Aplicações Financeiras | | | | | | | |
| Rendimentos de Aplicações - PM | | | | | | | |
| Rendimentos de Aplicações - RPPS | | | | X | | | |
| Outras Receitas Patrimoniais | X | | | | | | |
| Receita de Serviços | X | X | | | | | X |
| Transferências Correntes | | | | | | | |
| Cota-Parte do FPM | X | X | | | | | X |
| Cota-Parte do ITR | X | X | | | | | X |
| Cota-Parte do FEP | X | | | | | | |
| SUS | | | | | X | | |
| FNAS | | | | | X | | |
| FNDE | | | | | X | | |
| ICMS -Desoneração L.C.Nº 87/96 | X | X | | | | | X |
| Cota-Parte do ICMS | X | X | | | | | X |
| Cota-Parte do IPVA | X | X | | | | | X |
| Cota-Parte do IPI sobre exportação | X | X | | | | | X |
| Cota-Parte CIDE | X | X | | | | | X |
| Cota-Parte Royalties - Compensação Financeira | | | | | | | |
| FUNDEB | X | X | | | | | X |
| Convênios | | | | | X | | |
| Outras Transferências Correntes | | | | | | | |
| Outros Auxílios da União | | | | | | | |
| Outras Transferências dos Estados | | | | | X | | |
| Transferências de Instituições Privadas | | | | | | | |
| Transferências de Pessoas | | | | | | | |
| Outras Receitas Correntes | | | | | | | |
| Multas e Juros de Mora | X | | | | | | |
| Indenizações e Restituições | | | | | | | |
| Indenizações e Restituições - PM | | | | | | | |
| Indenizações e Restituições - RPPS | X | | | | | | X |
| Receita da Dívida Ativa | X | | | | | | |
| Receitas Diversas | | | | | | | |
| RECEITAS DE CAPITAL | | | | | | | |
| Operações de Crédito | | | | | | | |
| Alienação de Bens | | | | | | | |
| Amortização de Empréstimos | | | | | | X | |
| Transferências de Capital | | | | | | | |
| Outras Receitas de Capital | | | | | | | |
| Receitas Intra Orçamentárias - RPPS | X | | X | | | X | |
| (-) DEDUÇÕES DA RECEITA | X | X | | | | | X |
| TOTAL DA RECEITA | | | | | | | |

NOTA:

Outra Variável

a) Amortização de Empréstimos: Crescimento estimado no preço mínimo do milho no Estado do Rio Grande do Sul

b) Receitas Intra Orçamentárias - RPPS (050): Crescimento médio ocorrido no valor dos parcelamentos do Poder Executivo com o RPPS.

PRINCIPAIS PARÂMETROS MACROECONÔMICOS UTILIZADOS PARA CÁLCULO DAS RECEITAS

| ITENS | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 |
|----------------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| Inflação média anual (IPCA/IBGE) | 6,50% | 5,83% | 5,91% | 6,45% | 6,16% | 5,52% | 5,31% |
| Taxa de Juros (Selic) | 11,00% | 7,25% | 7,92% | 10,95% | 11,92% | 11,31% | 10,62% |
| Varição do PIB | 2,70% | 0,90% | 2,30% | 1,53% | 1,76% | 2,64% | 2,90% |
| TOTAL | 20,20% | 13,98% | 16,13% | 18,93% | 19,84% | 19,47% | 18,83% |

Município de Porto Xavier - RS - Brasil
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015
MEMÓRIA DE CÁLCULOS

Quadro 5 – Receitas Arrecadas de 2010 a 2013, restimadas para 2014 e projetadas para 2015, 2016 e 2017

Valores em R\$ 1,00

| CÓDIGOS | CONTAS CONSOLIDADAS ANUAIS | 2010 ARRECADADO | 2011 ARRECADADO | 2012 ARRECADADO | 2013 ARRECADADO | 2014 REESTIMADO | 2015 PROJETADO | 2016 PROJETADO | 2017 PROJETADO |
|------------------------|---|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| 1.0.0.0.00.00.00.00.00 | RECEITAS CORRENTES | 18.631.976 | 20.858.999 | 23.666.033 | 23.628.092 | 24.782.066 | 26.606.823 | 28.479.505 | 30.817.553 |
| 1.1.0.0.00.00.00.00.00 | RECEITA TRIBUTÁRIA | 785.007 | 998.570 | 1.257.948 | 1.263.507 | 1.306.030 | 1.390.586 | 1.467.021 | 1.541.312 |
| 1.1.1.2.01.00.00.00.00 | IPTU | 195.148 | 255.122 | 332.559 | 379.398 | 396.638 | 421.071 | 444.314 | 467.907 |
| 1.1.1.2.04.00.00.00.00 | IRRF | 69.996 | 135.512 | 190.182 | 241.950 | 294.331 | 312.462 | 329.710 | 347.217 |
| 1.1.1.2.08.00.00.00.00 | ITBI | 130.435 | 171.094 | 161.729 | 213.071 | 171.274 | 181.824 | 191.861 | 202.049 |
| 1.1.1.3.05.00.00.00.00 | ISS | 278.346 | 315.453 | 438.875 | 283.338 | 285.852 | 304.229 | 315.373 | 322.307 |
| 1.1.2.0.00.00.00.00.00 | Taxas | 111.082 | 121.169 | 134.603 | 145.751 | 157.935 | 171.000 | 185.763 | 201.832 |
| 1.1.3.0.00.00.00.00.00 | Contribuição de Melhoria | - | 219 | - | - | - | - | - | - |
| 1.2.0.0.00.00.00.00.00 | RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES | 548.141 | 668.912 | 746.965 | 757.412 | 811.967 | 876.753 | 941.802 | 1.009.706 |
| 1.2.0.0.00.00.00.00.00 | Receitas de Contribuições - PM | 133.557 | 142.656 | 167.551 | 138.647 | 134.333 | 135.337 | 133.510 | 130.204 |
| 1.2.0.0.00.00.00.00.00 | Receita de Contribuições - RPPS | 414.584 | 526.257 | 579.414 | 618.765 | 677.634 | 741.416 | 808.292 | 879.502 |
| 1.3.0.0.00.00.00.00.00 | RECEITA PATRIMONIAL | 959.978 | 1.423.355 | 2.519.225 | 298.191 | 829.769 | 1.072.191 | 1.735.924 | 2.726.914 |
| 1.3.2.0.00.00.00.00.00 | Rendimentos de Aplicações Financeiras | 955.388 | 1.418.766 | 2.514.636 | 293.713 | 821.957 | 1.063.898 | 1.727.173 | 2.717.698 |
| 1.3.2.0.00.00.00.00.00 | Rendimentos de Aplicações - PM | 60.483 | 77.501 | 27.763 | 93.073 | 123.656 | - | - | - |
| 1.3.2.0.00.00.00.00.00 | Rendimentos de Aplicações - RPPS | 894.905 | 1.341.265 | 2.486.873 | 200.640 | 698.301 | 1.063.898 | 1.727.173 | 2.717.698 |
| 1.3.1.0.00.00.00.00.00 | Outras Receitas Patrimoniais | 4.589 | 4.589 | 4.589 | 4.477 | 7.812 | 8.293 | 8.751 | 9.216 |
| 1.6.0.0.00.00.00.00.00 | RECEITA DE SERVIÇOS | 418.746 | 419.803 | 103.473 | 150.796 | 150.560 | 148.754 | 147.674 | 146.843 |
| 1.7.0.0.00.00.00.00.00 | TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 15.414.768 | 16.672.971 | 18.469.097 | 20.479.039 | 21.160.290 | 22.532.413 | 23.590.266 | 24.748.704 |
| 1.7.2.1.01.02.00.00.00 | Cota-Parte do FPM | 5.713.391 | 7.057.591 | 7.286.174 | 7.825.964 | 8.482.095 | 9.144.858 | 9.854.865 | 10.641.803 |
| 1.7.2.1.01.05.00.00.00 | Cota-Parte do ITR | 13.210 | 13.731 | 15.348 | 15.593 | 8.228 | 8.361 | 8.487 | 8.605 |
| 1.7.2.1.22.70.00.00.00 | Cota-Parte do FEP | 67.758 | 88.858 | 107.213 | 111.232 | 107.770 | 114.409 | 120.724 | 127.134 |
| 1.7.2.1.33.00.00.00.00 | SUS | 1.485.375 | 1.931.934 | 2.731.045 | 2.810.167 | 2.768.108 | 2.897.186 | 2.897.186 | 2.897.186 |
| 1.7.2.1.34.00.00.00.00 | FNAS | 182.500 | 206.691 | 230.354 | 148.388 | 338.942 | 337.466 | 337.466 | 337.466 |
| 1.7.2.1.35.00.00.00.00 | FNDE | 367.970 | 380.521 | 686.827 | 580.705 | 483.726 | 469.627 | 469.627 | 469.627 |
| 1.7.2.1.36.00.00.00.00 | ICMS -Desoneração L.C.Nº 87/96 | 38.282 | 31.224 | 32.013 | 17.615 | 28.391 | 25.788 | 25.120 | 23.685 |
| 1.7.2.2.01.01.00.00.00 | Cota-Parte do ICMS | 3.494.276 | 3.398.154 | 3.482.384 | 4.345.682 | 3.944.090 | 4.458.044 | 4.428.459 | 4.428.459 |
| 1.7.2.2.01.02.00.00.00 | Cota-Parte do IPVA | 657.161 | 685.727 | 711.294 | 745.048 | 942.131 | 984.864 | 1.033.413 | 1.084.291 |
| 1.7.2.2.01.04.00.00.00 | Cota-Parte do IPI sobre exportação | 85.048 | 83.127 | 58.253 | 62.597 | 80.937 | 82.096 | 85.866 | 91.102 |
| 1.7.2.2.01.13.00.00.00 | Cota-Parte CIDE | 31.513 | 36.551 | 19.328 | 973 | 2.529 | 2.089 | 1.387 | 1.036 |
| 1.7.2.1.22.00.00.00.00 | Cota-Parte Royalties - Comp. Financ. | 3.301 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0 | - | - | - |
| 1.7.2.4.01.00.00.00.00 | FUNDEB | 2.277.218 | 2.369.240 | 2.594.990 | 3.277.774 | 3.265.044 | 3.485.544 | 3.805.585 | 4.116.229 |
| 1.7.6.0.00.00.00.00.00 | Convênios | 274.176 | 286.604 | 437.901 | 369.830 | 397.871 | 397.871 | 397.871 | 397.871 |
| ----- | Outras Transferências Correntes | 723.588 | 103.018 | 75.973 | 167.471 | 310.428 | 124.210 | 124.210 | 124.210 |
| 1.7.2.1.99.00.00.00.00 | Outros Transferências da União | 657.287 | 26.032 | 20.831 | 161.196 | 186.018 | - | - | - |
| 1.7.2.2.99.00.00.00.00 | Outras Transferências dos Estados | 56.301 | - | 51.954 | 3.275 | 124.210 | 124.210 | 124.210 | 124.210 |
| 1.7.3.0.00.00.00.00.00 | Transferências de Instituições Privadas | 10.000 | 76.986 | - | 3.000 | 0 | - | - | - |
| 1.7.5.0.00.00.00.00.00 | Transferências de Pessoas | - | - | 3.188 | - | 200 | - | - | - |
| 1.9.0.0.00.00.00.00.00 | OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 505.336 | 675.388 | 569.324 | 679.148 | 523.450 | 586.126 | 596.818 | 644.074 |
| 1.9.1.0.00.00.00.00.00 | Multas e Juros de Mora | 38.862 | 64.585 | 64.034 | 98.322 | 59.819 | 63.504 | 67.009 | 70.567 |
| 1.9.2.0.00.00.00.00.00 | Indenizações e Restituições | 373.168 | 485.977 | 370.290 | 369.664 | 232.639 | 284.067 | 278.085 | 308.417 |
| 1.9.2.0.00.00.00.00.00 | Indenizações e Restituições - PM | 288.970 | 339.031 | 322.821 | 63.428 | 5.598 | - | - | - |
| 1.9.2.0.00.00.00.00.00 | Indenizações e Restituições - RPPS | 84.198 | 146.946 | 47.469 | 306.236 | 227.041 | 284.067 | 278.085 | 308.417 |
| 1.9.3.0.00.00.00.00.00 | Receita da Dívida Ativa | 85.543 | 122.220 | 135.001 | 210.717 | 224.713 | 238.555 | 251.724 | 265.090 |
| 1.9.9.0.00.00.00.00.00 | Receitas Diversas | 7.763 | 2.606 | - | 445 | 6.279 | - | - | - |
| 2.0.0.0.00.00.00.00.00 | RECEITAS DE CAPITAL | 661.797 | 748.767 | 1.330.502 | 2.391.762 | 942.894 | 9.692 | 9.692 | 9.692 |
| 2.1.0.0.00.00.00.00.00 | OPERAÇÕES DE CRÉDITO | - | - | 720.789 | 716.892 | 322.929 | - | - | - |
| 2.2.0.0.00.00.00.00.00 | ALIENAÇÃO DE BENS | - | - | 62.200 | - | 0 | - | - | - |
| 2.3.0.0.00.00.00.00.00 | AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS | 12.670 | 12.623 | 3.633 | 8.201 | 17.080 | 9.692 | 9.692 | 9.692 |
| 2.4.0.0.00.00.00.00.00 | TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | 631.753 | 708.744 | 530.906 | 1.645.146 | 592.060 | - | - | - |
| 2.5.0.0.00.00.00.00.00 | OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL | 17.374 | 27.399 | 12.974 | 21.524 | 10.825 | - | - | - |
| 7.2.1.0.00.00.00.00.00 | RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS | 949.065 | 1.224.969 | 1.203.506 | 1.674.115 | 1.913.057 | 2.264.404 | 2.620.908 | 2.843.663 |
| 9.0.0.0.00.00.00.00.00 | (-) DEDUÇÕES DA RECEITA | -1.952.468 | -2.193.914 | -2.255.174 | -2.535.988 | -2.697.174 | -2.940.802 | -3.087.242 | -3.255.589 |
| | TOTAL DA RECEITA | 18.290.371 | 20.638.820 | 23.944.867 | 25.157.982 | 24.940.843 | 25.940.117 | 28.022.863 | 30.415.319 |

Município de Porto Xavier - RS - Brasil
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015
MEMÓRIA DE CÁLCULOS

Quadro 6 - Premissas e metodologia utilizada para as receitas

| DESCRIÇÃO | MEMÓRIA DE CÁLCULO | Coeficiente aplicado | | |
|---------------------------------------|--|----------------------|---------------|---------------|
| | | 2015 | 2016 | 2017 |
| RECEITAS CORRENTES | Conta sintética | 7,36% | 7,04% | 8,21% |
| RECEITA TRIBUTARIA | Conta sintética | 6,47% | 5,50% | 5,06% |
| IPTU | Considerada a inflação prevista pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IPCA/IBGE de 6,16%, 5,52% e 5,31%, respectivamente, para os exercícios de 2015, 2016 e 2017. | 6,16% | 5,52% | 5,31% |
| IRRF | Considerada a inflação prevista pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IPCA/IBGE de 6,16%, 5,52% e 5,31%, respectivamente, para os exercícios de 2015, 2016 e 2017. | 6,16% | 5,52% | 5,31% |
| ITBI | Considerada a inflação prevista pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IPCA/IBGE de 6,16%, 5,52% e 5,31%, respectivamente, para os exercícios de 2015, 2016 e 2017. | 6,16% | 5,52% | 5,31% |
| ISS | Considerada a inflação prevista pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IPCA/IBGE mais o crescimento esperado para o PIB e ainda a mediana da evolução líquida (evolução bruta - IPCA - PIB) do quadriênio anterior. IPCA/IBGE de 6,16%, 5,52% e 5,31%, respectivamente, para os exercícios de 2015, 2016 e 2017, PIB de 1,76%, 2,64% e 2,90, respectivamente para os exercícios de 2015, 2016 e 2017, e mediana de -1,48%, -4,29% e -5,69%, respectivamente, para os exercícios de 2015, 2016 e 2017. | 6,43% | 3,66% | 2,20% |
| Taxas | Considerada a inflação prevista pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IPCA/IBGE mais o crescimento esperado para o PIB e ainda a mediana da evolução líquida (evolução bruta - IPCA - PIB) do quadriênio anterior. IPCA/IBGE de 6,16%, 5,52% e 5,31%, respectivamente, para os exercícios de 2015, 2016 e 2017, PIB de 1,76%, 2,64% e 2,90, respectivamente para os exercícios de 2015, 2016 e 2017, e mediana de 0,23%, 0,30% e 0,26, respectivamente, para os exercícios de 2015, 2016 e 2017. | 8,27% | 8,63% | 8,65% |
| Contribuição de Melhoria | Não projetada. | 0,00% | 0,00% | 0,00% |
| RECEITA DE CONTRIBUICOES | Conta sintética | 7,98% | 7,42% | 7,21% |
| Receitas de Contribuições - PM | Considerada a inflação prevista pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IPCA/IBGE, o crescimento esperado para o PIB e ainda a mediana da evolução líquida (evolução bruta - IPCA - PIB) do quadriênio anterior. IPCA/IBGE de 6,16%, 5,52% e 5,31%, respectivamente, para os exercícios de 2015, 2016 e 2017, PIB de 1,76%, 2,64% e 2,90, respectivamente para os exercícios de 2015, 2016 e 2017, e mediana de -6,74%, -8,92% e -10%, respectivamente, para os exercícios de 2015, 2016 e 2017. | 0,75% | -1,35% | -2,48% |
| Receita de Contribuições - RPPS | Vide Quadro 8 - Memória de Cálculo das Receitas de Contribuições do RPPS. | 9,41% | 9,02% | 8,81% |
| RECEITA PATRIMONIAL | Conta sintética | 29,22% | 61,90% | 57,09% |
| Rendimentos de Aplicações Financeiras | Conta sintética | 29,43% | 62,34% | 57,35% |
| Rendimentos de Aplicações - PM | Tal receita dependente do excesso de disponibilidades financeiras passíveis de aplicação, logo, caso não existam recursos disponíveis ocorrerá a impossibilidade de obter rendimentos, por conta disso, prudencialmente, não foram previstas receitas de aplicações financeiras para o Poder Executivo, caso ocorram servirão de fonte de recursos para abertura de créditos adicionais. | -100,00% | 0,00% | 0,00% |
| Rendimentos de Aplicações - RPPS | Considerada a Taxa de Juros (Selic) de 11,92%, 11,31% e 10,62%, respectivamente, para os exercícios de 2015, 2016 e 2017. | 52,36% | 62,34% | 57,35% |
| Outras Receitas Patrimoniais | Considerada a inflação prevista pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IPCA/IBGE de 6,16%, 5,52% e 5,31%, respectivamente, para os exercícios de 2015, 2016 e 2017. | 6,16% | 5,52% | 5,31% |
| RECEITA DE SERVICOS | Considerada a inflação prevista pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IPCA/IBGE mais o crescimento esperado para o PIB e ainda a mediana da evolução líquida (evolução bruta - IPCA - PIB) do quadriênio anterior. IPCA/IBGE de 6,16%, 5,52% e 5,31%, respectivamente, para os exercícios de 2015, 2016 e 2017, PIB de 1,76%, 2,64% e 2,90, respectivamente para os exercícios de 2015, 2016 e 2017, e mediana de -8,54%, -8,34% e -8,24%, respectivamente, para os exercícios de 2015, 2016 e 2017. | -1,20% | -0,73% | -0,56% |
| TRANSFERENCIAS CORRENTES | Conta sintética | 6,48% | 4,69% | 4,91% |
| Cota-Parte do FPM | Considerada a inflação prevista pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IPCA/IBGE mais o crescimento esperado para o PIB e ainda a mediana da evolução líquida (evolução bruta - IPCA - PIB) do quadriênio anterior. IPCA/IBGE de 6,16%, 5,52% e 5,31%, respectivamente, para os exercícios de 2015, 2016 e 2017, PIB de 1,76%, 2,64% e 2,90%, respectivamente para os exercícios de 2015, 2016 e 2017, e mediana de -0,20%, -0,50% e -0,35%, respectivamente, para os exercícios de 2015, 2016 e 2017. | 7,81% | 7,76% | 7,99% |

| DESCRIÇÃO | MEMÓRIA DE CÁLCULO | Coeficiente aplicado | | |
|---|--|----------------------|---------|---------|
| | | 2015 | 2016 | 2017 |
| Cota-Parte do ITR | Considerada a inflação prevista pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IPCA/IBGE mais o crescimento esperado para o PIB e ainda a mediana da evolução líquida (evolução bruta - IPCA - PIB) do quadriênio anterior. IPCA/IBGE de 6,16%, 5,52% e 5,31%, respectivamente, para os exercícios de 2015, 2016 e 2017, PIB de 1,76%, 2,64% e 2,90, respectivamente para os exercícios de 2015, 2016 e 2017, e mediana de -5,93%, -6,27% e -6,44%, respectivamente, para os exercícios de 2015, 2016 e 2017. | 1,62% | 1,51% | 1,38% |
| Cota-Parte do FEP | Embora o FEP tenha apresentado crescimento de 21,94% e 13,93% em 2011 e 2012, respectivamente, no ano de 2013 e de 2014 apresentou queda de -4,46% e -11,09, logo, ao invés do coeficiente de 12,65% (mediana de 4,73%, somada ao IPCA 6,16% e ao PIB 1,76%), foi utilizado o IPCA para 2015, 2016 e 2017, prudencialmente. | 6,16% | 5,52% | 5,31% |
| SUS | Considerado o valor das últimas transferências recebidas. Vide Quadro 9 e 10. | 4,66% | 0,00% | 0,00% |
| FNAS | Considerado o valor das últimas transferências recebidas.Vide Quadro 12. | -0,44% | 0,00% | 0,00% |
| FNDE | Considerado o valor das últimas transferências recebidas.Vide Quadro 11. | -2,91% | 0,00% | 0,00% |
| ICMS -Desoneração L.C.Nº 87/96 | Considerada a inflação prevista pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IPCA/IBGE mais o crescimento esperado para o PIB e ainda a mediana da evolução líquida (evolução bruta - IPCA - PIB) do quadriênio anterior. IPCA/IBGE de 6,16%, 5,52% e 5,31%, respectivamente, para os exercícios de 2015, 2016 e 2017, PIB de 1,76%, 2,64% e 2,90, respectivamente para os exercícios de 2015, 2016 e 2017, e mediana de -15,92%, -10,06% e -12,99%, respectivamente, para os exercícios de 2015, 2016 e 2017. | -9,17% | -2,59% | -5,71% |
| Cota-Parte do ICMS | Considerada a arrecadação total estimada do ICMS para o exercício de 2014 no valor de R\$ 61.507.235,98, aplicada para 2015 o Índice de Participação dos Municípios publicado no Diário Oficial do Estado no dia 02 de Setembro de 2014, cujo IPM para o município passou de 0,0641240 em 2014 para 0,07248 em 2015. Diante disso, o valor apurado para 2015 foi de R\$ 61.507.235,98 x 0,07248 = R\$ 4.458.044,46. Para os exercícios de 2015 e 2016 foi considerado o ICMS total de R\$ 61.507.235,98 e a mediana do IPM de 2004 a 2015 de 0,071999 (R\$ 61.507.235,98 x 0,071999 = R\$ 4.428.459,44. | 13,03% | -0,66% | 0,00% |
| Cota-Parte do IPVA | Considerada a inflação prevista pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IPCA/IBGE mais o crescimento esperado para o PIB e ainda a mediana da evolução líquida (evolução bruta - IPCA - PIB) do quadriênio anterior. IPCA/IBGE de 6,16%, 5,52% e 5,31%, respectivamente, para os exercícios de 2015, 2016 e 2017, PIB de 1,76%, 2,64% e 2,90, respectivamente para os exercícios de 2015, 2016 e 2017, e mediana de -3,23%, -3,12% e -3,18%, respectivamente, para os exercícios de 2015, 2016 e 2017. | 4,54% | 4,93% | 4,92% |
| Cota-Parte do IPI sobre exportação | Considerada a inflação prevista pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IPCA/IBGE mais o crescimento esperado para o PIB e ainda a mediana da evolução líquida (evolução bruta - IPCA - PIB) do quadriênio anterior. IPCA/IBGE de 6,16%, 5,52% e 5,31%, respectivamente, para os exercícios de 2015, 2016 e 2017, PIB de 1,76%, 2,64% e 2,90, respectivamente para os exercícios de 2015, 2016 e 2017, e mediana de -6,11%, -3,43% e -2,09%, respectivamente, para os exercícios de 2015, 2016 e 2017. | 1,43% | 4,59% | 6,10% |
| Cota-Parte CIDE | Considerada a inflação prevista pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IPCA/IBGE mais o crescimento esperado para o PIB e ainda a mediana da evolução líquida (evolução bruta - IPCA - PIB) do quadriênio anterior. IPCA/IBGE de 6,16%, 5,52% e 5,31%, respectivamente, para os exercícios de 2015, 2016 e 2017, PIB de 1,76%, 2,64% e 2,90, respectivamente para os exercícios de 2015, 2016 e 2017, e mediana de -23,53%, -38,69% e -31,11%, respectivamente, para os exercícios de 2015, 2016 e 2017. | -17,39% | -33,60% | -25,35% |
| Cota-Parte Royalties - Compensação Financeira | Não projetada | 0,00% | 0,00% | 0,00% |

| DESCRIÇÃO | MEMÓRIA DE CÁLCULO | Coeficiente aplicado | | |
|--|--|----------------------|--------------|--------------|
| | | 2015 | 2016 | 2017 |
| FUNDEB | Considerada a inflação prevista pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IPCA/IBGE mais o crescimento esperado para o PIB e ainda a mediana da evolução líquida (evolução bruta - IPCA - PIB) do quadriênio anterior. IPCA/IBGE de 6,16%, 5,52% e 5,31%, respectivamente, para os exercícios de 2015, 2016 e 2017, PIB de 1,76%, 2,64% e 2,90, respectivamente para os exercícios de 2015, 2016 e 2017, e mediana de -1,18%, 0,81% e -0,19%, respectivamente, para os exercícios de 2015, 2016 e 2017. | 6,75% | 9,18% | 8,16% |
| Convênios | Programa Estadual de Transporte Escolar (PEATE RS) R\$ 39.787,12 (último repasse) x 10 (meses) = R\$ 397.871,00 (Arredondado). | 0,00% | 0,00% | 0,00% |
| Outras Transferências Correntes | Conta sintética | -59,99% | 0,00% | 0,00% |
| Outros Auxílios da União | Não projetado. | -100,00% | 0,00% | 0,00% |
| Outras Transferências dos Estados | Programa Passe Livre Estudantil R\$ 10.817,44 x 10 (meses) = R\$ 108.174,00 (Arredondado) e Orientação e Apoio Sócio-Familiar (OASF) parcela única de R\$ 16.036,29 (último repasse) | 0,00% | 0,00% | 0,00% |
| Transferências de Instituições Privadas | Não projetada. | 0,00% | 0,00% | 0,00% |
| Transferências de Pessoas | Não projetada. | -100,00% | 0,00% | 0,00% |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | Conta sintética | 11,97% | 1,82% | 7,92% |
| Multas e Juros de Mora | Considerada a inflação prevista pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IPCA/IBGE de 6,16%, 5,52% e 5,31%, respectivamente, para os exercícios de 2015, 2016 e 2017. | 6,16% | 5,52% | 5,31% |
| Indenizações e Restituições | Conta sintética | 22,11% | -2,11% | 10,91% |
| Indenizações e Restituições - PM | Não projetadas. | -100,00% | 0,00% | 0,00% |
| Indenizações e Restituições - RPPS (Fonte 050) | Considerada a inflação prevista pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IPCA/IBGE e mediana da evolução líquida (evolução bruta - IPCA) do quadriênio anterior. IPCA/IBGE de 6,16%, 5,52% e 5,31%, respectivamente, para os exercícios de 2015, 2016 e 2017, e mediana de 17,86%, -7,23% e 5,32%, respectivamente, para os exercícios de 2015, 2016 e 2017. | 25,12% | -2,11% | 10,91% |
| Receita da Dívida Ativa | Considerada a inflação prevista pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IPCA/IBGE de 6,16%, 5,52% e 5,31%, respectivamente, para os exercícios de 2015, 2016 e 2017. | 6,16% | 5,52% | 5,31% |
| Receitas Diversas | Não projetadas. | -100,00% | 0,00% | 0,00% |
| RECEITAS DE CAPITAL | Conta sintética | -98,97% | 0,00% | 0,00% |
| OPERACOES DE CREDITO | Não projetadas. | -100,00% | 0,00% | 0,00% |
| ALIENACAO DE BENS | Não projetada. | 0,00% | 0,00% | 0,00% |
| AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS | Considerada a variação estimada do preço mínimo da saca de milho que em 2014 para o RS foi de R\$ 17,67 cujo valor estimado para 2015 é de R\$ 17,84, cuja estimativa para 2015 é oriunda da explanação realizada pelo Ministro da Agricultura Neri Geller durante passagem por Nova Mutum (MT) para acompanhar o circuito Aprosoja. Diante disso, estima-se crescimento de 0,96% sobre o valor dos financiamentos concedidos em 2014 no valor de R\$ 9.600,00 aos pequenos produtores rurais, usando a mesma taxa para 2016 e 2017. | -43,26% | 0,00% | 0,00% |
| TRANSFERENCIAS DE CAPITAL | Até o momento não ocorreu confirmação de transferências de capital para os exercícios seguintes, caso ocorram a Lei Orçamentária Anual 2015 (LOA) poderá incluir tais transferências. | -100,00% | 0,00% | 0,00% |
| OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL | Não projetada. | -100,00% | 0,00% | 0,00% |
| Receitas Intra Orçamentárias - RPPS (Fonte 0050) | Vide Quadro 7 e Quadro 8. | 18,37% | 15,74% | 8,50% |
| (-) DEDUÇÕES DA RECEITA | Representa a dedução para formação do FUNDEB, calculada a partir da aplicação de 20% do total da Cota-Parte do FPM, Cota-Parte do ITR, Cota-Parte do ICMS -Desoneração L.C.Nº 87/96, Cota-Parte do ICMS, Cota-Parte do IPVA e Cota-Parte do IPI sobre Exportação. | 9,03% | 4,98% | 5,45% |
| TOTAL DA RECEITA | Conta sintética | 4,01% | 8,03% | 8,54% |

Município de Porto Xavier - RS - Brasil
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015
MEMÓRIA DE CÁLCULOS
Quadro 7 - Receitas de parcelamentos do RPPS

| ENCARGOS A RECEBER SOBRE PARCELAMENTOS | | | | |
|---|------------------|------------------|-------------------|-------------------|
| Descrição | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 |
| 1º Parcelamento | 1.274,39 | 14.449,99 | 36.762,73 | 38.714,83 |
| 2º Parcelamento | 12.712,98 | 29.072,81 | 42.599,49 | 44.861,52 |
| 3º Parcelamento | 2.126,45 | 13.370,51 | 28.828,11 | 30.358,88 |
| TOTAL | 16.113,82 | 56.893,31 | 108.190,32 | 113.935,23 |

| PRINCIPAL A RECEBER SOBRE PARCELAMENTOS | | | | | | | | | |
|--|---------------------|-------------|-------------------------|----------------------|-------------------------|----------------------|-------------------------|----------------------|-------------------------|
| Descrição | Valor mensal | Base | Valor Anual 2014 | Correção IPCA | Valor Anual 2015 | Correção IPCA | Valor Anual 2016 | Correção IPCA | Valor Anual 2017 |
| 1º Parcelamento | 2.517,60 | 08/2014 | 30.211,20 | 2.672,68 | 32.072,21 | 2.820,22 | 33.842,60 | 2.969,97 | 35.639,64 |
| 2º Parcelamento | 5.052,35 | 08/2014 | 60.628,20 | 5.363,57 | 64.362,90 | 5.659,64 | 67.915,73 | 5.960,17 | 71.522,05 |
| 3º Parcelamento | 1.698,14 | 08/2014 | 20.377,68 | 1.802,75 | 21.632,95 | 1.902,26 | 22.827,08 | 2.003,27 | 24.039,20 |
| TOTAL | 9.268,09 | | 111.217,08 | 9.839,00 | 118.068,05 | 10.382,12 | 124.585,41 | 10.933,41 | 131.200,89 |

| TOTAL = ENCARGOS + PRINCIPAL | | | | |
|-------------------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| Descrição | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 |
| 1º Parcelamento | 31.485,59 | 46.522,20 | 70.605,32 | 74.354,47 |
| 2º Parcelamento | 73.341,18 | 93.435,71 | 110.515,22 | 116.383,57 |
| 3º Parcelamento | 22.504,13 | 35.003,45 | 51.655,19 | 54.398,08 |
| TOTAL | 127.330,90 | 174.961,36 | 232.775,73 | 245.136,12 |

Município de Porto Xavier - RS - Brasil
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015
MEMÓRIA DE CÁLCULOS
Quadro 8 - Receitas de Contribuições do RPPS

| CONTRIBUIÇÃO PATRONAL ESPECIAL PARA COBERTURA DO PASSIVO ATUARIAL | | | |
|--|---------------------|---------------------|---------------------|
| PROJEÇÃO PASSIVO ATUARIAL - EXECUTIVO | 2015 | 2016 | 2017 |
| Passivo Atuarial Mensal | 84.450,13 | 100.178,15 | 117.467,18 |
| Base de Cálculo Mensal | 460.218,69 | 504.675,82 | 550.197,58 |
| Indexador | 9,66% | 9,02% | 8,81% |
| Reajuste IPCA | 6,16% | 5,52% | 5,31% |
| Anuênios | 2,00% | 2,00% | 2,00% |
| Mudança de classe | 1,50% | 1,50% | 1,50% |
| Nova Base de Cálculo Mensal | 504.675,82 | 550.197,58 | 598.669,98 |
| Alíquota | 19,85% | 21,35% | 21,35% |
| Passivo Atuarial Mensal | 100.178,15 | 117.467,18 | 127.816,04 |
| Passivo Atuarial Anual | 1.302.315,95 | 1.527.073,37 | 1.661.608,54 |
| PROJEÇÃO PASSIVO ATUARIAL - LEGISLATIVO | 2015 | 2016 | 2017 |
| Passivo Atuarial Mensal | 2.308,71 | 2.738,68 | 3.211,34 |
| Base de Cálculo Mensal | 12.581,53 | 13.796,90 | 15.041,38 |
| Indexador | 9,66% | 9,02% | 8,81% |
| Reajuste IPCA | 6,16% | 5,52% | 5,31% |
| Anuênios | 2,00% | 2,00% | 2,00% |
| Mudança de classe, prêmio por assiduidade | 1,50% | 1,50% | 1,50% |
| Nova Base de Cálculo Mensal | 13.796,90 | 15.041,38 | 16.366,53 |
| Alíquota | 19,85% | 21,35% | 21,35% |
| Passivo Atuarial Mensal | 2.738,68 | 3.211,34 | 3.494,25 |
| Passivo Atuarial Anual | 35.602,90 | 41.747,36 | 45.425,30 |
| PROJEÇÃO PASSIVO ATUARIAL CONSOLIDADO | 2015 | 2016 | 2017 |
| Projeção total (Executivo + Legislativo) | 1.337.918,85 | 1.568.820,73 | 1.707.033,83 |

| CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR ATIVO CIVIL | | | |
|---|-------------------|-------------------|-------------------|
| PROJEÇÃO CONTRIBUIÇÃO SERVIDOR ATIVO CIVIL - EXECUTIVO | 2015 | 2016 | 2017 |
| Contribuição Servidor (Alíquota de 11%) | 50.624,06 | 55.514,34 | 60.521,74 |
| Base de Cálculo Mensal | 460.218,73 | 504.675,86 | 550.197,62 |
| Indexador | 9,66% | 9,02% | 8,81% |
| Reajuste IPCA | 6,16% | 5,52% | 5,31% |
| Anuênios | 2,00% | 2,00% | 2,00% |
| Mudança de classe | 1,50% | 1,50% | 1,50% |
| Nova Base de Cálculo Mensal | 504.675,86 | 550.197,62 | 598.670,03 |
| Alíquota | 11% | 11% | 11% |
| Contribuição Servidor Mensal | 55.514,34 | 60.521,74 | 65.853,70 |
| Contribuição Servidor Anual | 721.686,47 | 786.782,59 | 856.098,14 |
| PROJEÇÃO CONTRIBUIÇÃO SERVIDOR ATIVO CIVIL - LEGISLATIVO | 2015 | 2016 | 2017 |
| Contribuição Servidor (Alíquota de 11%) | 1.383,98 | 1.517,67 | 1.654,57 |
| Base de Cálculo Mensal | 12.581,64 | 13.797,02 | 15.041,51 |
| Indexador | 9,66% | 9,02% | 8,81% |
| Reajuste IPCA | 6,16% | 5,52% | 5,31% |
| Anuênios | 2,00% | 2,00% | 2,00% |
| Mudança de classe | 1,50% | 1,50% | 1,50% |
| Nova Base de Cálculo Mensal | 13.797,02 | 15.041,51 | 16.366,67 |
| Alíquota | 11% | 11% | 11% |
| Contribuição Servidor Mensal | 1.517,67 | 1.654,57 | 1.800,33 |
| Contribuição Servidor Anual | 19.729,74 | 21.509,36 | 23.404,34 |
| PROJEÇÃO CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR - CONSOLIDADO | 2015 | 2016 | 2017 |
| Projeção total (Executivo + Legislativo) | 741.416,22 | 808.291,96 | 879.502,48 |

Município de Porto Xavier - RS - Brasil
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015
MEMÓRIA DE CÁLCULOS
Quadro 8 - Receitas de Contribuições do RPPS

| CONTRIBUIÇÃO PATRONAL NORMAL | | | |
|--|-------------------|-------------------|-------------------|
| PROJEÇÃO CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - EXECUTIVO | 2015 | 2016 | 2017 |
| Contribuição Servidor (Alíquota de 11,15%) | 51.314,18 | 56.271,13 | 61.346,79 |
| Base de Cálculo Mensal | 460.216,86 | 504.673,81 | 550.195,39 |
| Indexador | 9,66% | 9,02% | 8,81% |
| Reajuste IPCA | 6,16% | 5,52% | 5,31% |
| Anuênios | 2,00% | 2,00% | 2,00% |
| Mudança de classe | 1,50% | 1,50% | 1,50% |
| Nova Base de Cálculo Mensal | 504.673,81 | 550.195,39 | 598.667,60 |
| Alíquota | 11,15% | 11,15% | 11,15% |
| Contribuição Servidor Mensal | 56.271,13 | 61.346,79 | 66.751,44 |
| Contribuição Servidor Anual | 731.524,69 | 797.508,21 | 867.768,69 |
| | | | |
| PROJEÇÃO CONTRIBUIÇÃO SERVIDOR ATIVO CIVIL - LEGISLATIVO | 2015 | 2016 | 2017 |
| Contribuição Servidor (Alíquota de 11,15%) Base Maio/2014 | 1.402,84 | 1.538,35 | 1.677,11 |
| Base de Cálculo Mensal (Maio 2014) | 12.581,52 | 13.796,90 | 15.041,38 |
| Indexador para 2015 | 9,66% | 9,02% | 8,81% |
| Reajuste IPCA | 6,16% | 5,52% | 5,31% |
| Anuênios | 2,00% | 2,00% | 2,00% |
| Mudança de classe | 1,50% | 1,50% | 1,50% |
| Nova Base de Cálculo Mensal 2015 | 13.796,90 | 15.041,38 | 16.366,53 |
| Alíquota | 11,15% | 11,15% | 11,15% |
| Contribuição Servidor Mensal 2015 | 1.538,35 | 1.677,11 | 1.824,87 |
| Contribuição Servidor Anual 2015 | 19.998,61 | 21.802,48 | 23.723,28 |
| | | | |
| PROJEÇÃO CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR - CONSOLIDADO | 2015 | 2016 | 2017 |
| Projeção total (Executivo + Legislativo) | 751.523,29 | 819.310,69 | 891.491,97 |

Município de Porto Xavier - RS - Brasil
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015
MEMÓRIA DE CÁLCULOS
Quadro 9 - Transferências do Fundo Nacional de Saúde (FNS)

| BLOCO ATENÇÃO BÁSICA | | | | | | | |
|-----------------------------|--------------|---|----------------------|-------------|-----------------------|-----------------|-----------------------|
| CÓDIGO | FONTE | DESCRIÇÃO | PERIODICIDADE | MÊS | REPASSE MENSAL | PARCELAS | TOTAL (Arred.) |
| 1721330101 | 4510 | Piso de Atenção Básica (PAB FIXO) | Mensal | Julho | 24.413,67 | 12 | 292.964,00 |
| 1721331131 | 4520 | Saúde da Família - SF | Mensal | Julho | 21.390,00 | 12 | 256.680,00 |
| 1721331132 | 4530 | Agentes Comunitários de Saúde - ACS | Mensal | Julho | 27.378,00 | 11 | 301.158,00 |
| 1721331134 | 4520 | Núcleo de Apoio a Saúde da Família - NASF | Mensal | Julho | 12.000,00 | 12 | 144.000,00 |
| 1721331135 | 4521 | PMAQ | Mensal | Agosto | 23.300,00 | 12 | 279.600,00 |
| 1721331136 | 4929 | Programa Academia da Saúde | Mensal | Não ocorreu | 3.000,00 | 12 | 36.000,00 |
| 1721331137 | 4520 | Programa Saúde na Escola | Anual | Não ocorreu | | 1 | 3.248,00 |
| TOTAL | | | | | 111.481,67 | | 1.313.650,00 |

| BLOCO ATENÇÃO DE MAC AMBULATORIAL E HOSPITALAR | | | | | | | |
|---|--------------|-----------------------------|----------------------|------------|-----------------------|-----------------|-----------------------|
| CÓDIGO | FONTE | DESCRIÇÃO | PERIODICIDADE | MÊS | REPASSE MENSAL | PARCELAS | TOTAL (Arred.) |
| 1721331211 | 4590 | Teto Financeiro/Teto Mac | Mensal | Julho | 9.991,25 | 12 | 119.895,00 |
| 1721331212 | 4620 | SAMU | Mensal | Julho | 12.500,00 | 12 | 150.000,00 |
| 1721331212 | 4620 | SAMU | Mensal | Julho | 625,00 | 12 | 7.500,00 |
| 1721331213 | 4590 | CAPS | Mensal | Julho | 36.004,24 | 12 | 432.050,00 |
| 1721331214 | 4590 | Rede Brasil sem Miséria | Mensal | Julho | 2.956,67 | 12 | 35.480,00 |
| 1721331215 | 4590 | Teto Municipal Rede Cegonha | Anual | Janeiro | - | 1 | 3.600,00 |
| TOTAL | | | | | 62.077,16 | | 748.525,00 |

| BLOCO VIGILÂNCIA EM SAÚDE | | | | | | | |
|----------------------------------|--------------|--|----------------------|------------|-----------------------|-----------------|-----------------------|
| CÓDIGO | FONTE | DESCRIÇÃO | PERIODICIDADE | MÊS | REPASSE MENSAL | PARCELAS | TOTAL (Arred.) |
| 1721331310 | 4710 | Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde | Mensal | Agosto | 4.755,69 | 12 | 57.068,00 |
| 1721331325 | 4760 | Piso Fixo de Vigilância Sanitária - Parte Anvisa | Mensal | Agosto | 214,48 | 12 | 2.573,00 |
| 1721331326 | 4502 | Piso Fixo de Vigilância Sanitária - Parte FNS | Mensal | Agosto | 785,52 | 12 | 9.426,00 |
| 1721331323 | 4502 | Incentivo de Qualificação das ações de dengue | Anual | | | 1 | 17.120,00 |
| 1721331324 | 4502 | Prog. de Qualif. das ações de vigil. em saúde | Anual | | | 1 | 5.706,00 |
| TOTAL | | | | | 5.755,69 | | 91.893,00 |

| BLOCO ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA | | | | | | | |
|---------------------------------------|--------------|---|----------------------|------------|-----------------------|-----------------|-----------------------|
| CÓDIGO | FONTE | DESCRIÇÃO | PERIODICIDADE | MÊS | REPASSE MENSAL | PARCELAS | TOTAL (Arred.) |
| 1721331410 | 4770 | Componente Básico da Assistência Farmacêutica | Mensal | Agosto | 4.730,68 | 12 | 56.768,00 |

| RECEITAS POR BLOCO | REPASSE MENSAL | TOTAL (Arred.) |
|--|-----------------------|-----------------------|
| BLOCO ATENÇÃO BÁSICA | 111.481,67 | 1.313.650,00 |
| BLOCO ATENÇÃO DE MAC AMBULATORIAL E HOSPITALAR | 62.077,16 | 748.525,00 |
| BLOCO VIGILÂNCIA EM SAÚDE | 5.755,69 | 91.893,00 |
| BLOCO ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA | 4.730,68 | 56.768,00 |
| TOTAL | 184.045,20 | 2.210.836,00 |

| RECEITAS POR FONTE DE RECURSOS | REPASSE MENSAL | TOTAL (Arred.) |
|---|-----------------------|-----------------------|
| 4502 Aperfeiçoamento do SUS Parte FNS/Incentivo de Qualificação das ações de dengue/Prog. de Qualif. das ações de vigil. em saúde | 785,52 | 32.252,00 |
| 4510 Piso de Atenção Básica (PAB FIXO) | 24.413,67 | 292.964,00 |
| 4520 Saúde da Família - SF/Núcleo de Apoio a Saúde da Família - NASF/Programa Saúde na Escola | 33.390,00 | 403.928,00 |
| 4521 PMAQ | 23.300,00 | 279.600,00 |
| 4530 Agentes Comunitários de Saúde - ACS | 27.378,00 | 301.158,00 |
| 4590 Teto Financeiro/CAPS/Rede Brasil Sem Miséria/Teto Municipal da Rede Cegonha | 48.952,16 | 591.025,00 |
| 4620 SAMU | 13.125,00 | 157.500,00 |
| 4710 Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde | 4.755,69 | 57.068,00 |
| 4760 Piso Fixo de Vigilância Sanitária - Parte Anvisa | 214,48 | 2.573,00 |
| 4770 Componente Básico da Assistência Farmacêutica | 4.730,68 | 56.768,00 |
| 4929 Programa Academia da Saúde | 3.000,00 | 36.000,00 |
| TOTAL | 184.045,20 | 2.210.836,00 |

Nota:

Agentes Comunitários de Saúde

a) ACS = 11 parcelas, como em 2013 entraram 11 parcelas e em 2012 entraram 13, foram projetadas 12 parcelas (escolhida a hipótese mais prudente).

b) Inicialmente foi previsto R\$ 20.280,00 (último repasse recebido), porém com conversa com o Secretário Municipal de Saúde o mesmo entendeu como mais adequado considerar o repasse mensal de R\$ 27.738,00.

Município de Porto Xavier - RS - Brasil
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015
MEMÓRIA DE CÁLCULOS

Quadro 10 - Transferências do Fundo Estadual de Saúde (FES) do RS

| CÓDIGO | FONTE | DESCRIÇÃO | PERIODICIDADE | ÚLTIMO REPASSE 2014 | VALOR | PARCELAS | VALOR 2015 |
|--------------|-------|---|---------------|---------------------|-------------------|----------|-------------------|
| 1722330001 | 4050 | Farmácia Básica | Mensal | Fevereiro | 2.189,10 | 12 | 26.269,00 |
| 1722330002 | 4190 | Vigilância Epidemiológica | Anual | Não ocorreu | 4.152,00 | 1 | 4.152,00 |
| 1722330004 | 4080 | Agentes Comunitários de Saúde | Anual | Não ocorreu | 26.600,00 | 1 | 26.600,00 |
| 1722330005 | 4090 | Programa Saúde da Família (Incentivo as Equipes SF) | Mensal | Março | 8.000,00 | 12 | 96.000,00 |
| 1722330006 | 4160 | Primeira Infância Melhor | Mensal | Abril | 8.000,00 | 12 | 96.000,00 |
| 1722330007 | 4011 | Programa Atenção Básica (ESF PIES) | Trimestral | Julho | 58.500,67 | 4 | 234.002,00 |
| 1722330009 | 4112 | Laboratório de Próteses Dentárias | Indefinido | Não ocorreu | 8.189,00 | | 8.189,00 |
| 1722330012 | 4170 | Programa Salvar Samu | Mensal | Março | 10.232,09 | 12 | 122.785,00 |
| 1722330014 | 4011 | Incentivo a Qualificação do Pré-Natal Rede Cegonha | Anual | Julho | 1.073,09 | 1 | 1.073,00 |
| 1722330015 | 4050 | Aquisição e dispensação de fraldas | Mensal | Agosto | 5.940,00 | 12 | 71.280,00 |
| TOTAL | | | | | 132.875,95 | | 686.350,00 |

| RECEITAS POR FONTE DE RECURSOS | | | | | | | VALOR 2015 |
|--------------------------------|---|--|--|--|--|--|-------------------|
| 4050 | Farmácia Básica | | | | | | 97.549,00 |
| 4190 | Vigilância Epidemiológica | | | | | | 4.152,00 |
| 4080 | Agentes Comunitários de Saúde | | | | | | 26.600,00 |
| 4090 | Programa Saúde da Família (Incentivo as Equipes SF) | | | | | | 96.000,00 |
| 4160 | Primeira Infância Melhor | | | | | | 96.000,00 |
| 4011 | Programa de Atenção Básica e Rede Cegonha | | | | | | 235.075,00 |
| 4112 | Laboratório de Próteses Dentárias | | | | | | 8.189,00 |
| 4170 | Programa Salvar Samu | | | | | | 122.785,00 |
| TOTAL | | | | | | | 686.350,00 |

NOTA:
Farmácia Básica: Somado o repasse da Farmácia Básica mais o diabetes.
LRPD: Média de arrecadação de 2011 a 2014.
Saúde da Família: R\$ 4.000 por médico.
Fraldas: R\$ 180,00 por paciente, utilizado a quantidade de pacientes atendida em agosto de 2014, no total de 33.

Município de Porto Xavier - RS - Brasil
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015
MEMÓRIA DE CÁLCULOS
Quadro 11 - Transferências para Educação

| MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FNDE - GOVERNO FEDERAL | | | | | | |
|--|------------------|----------------------|-----------------|----------------------------|-----------------|--------------------------|
| Fonte | Descrição | Periodicidade | Mês Base | Último Repasse 2014 | Parcelas | Previsão ano 2015 |
| 1050 | Salário-Educação | Mensal | Julho | R\$ 21.985,70 | 12 | R\$ 263.828,00 |
| 1014 | PDDE | Anual | Maio | R\$ 480,00 | 1 | R\$ 480,00 |
| 1001 | PNAE | Mensal | Agosto | R\$ 8.864,00 | 10 | R\$ 88.640,00 |
| 1055 | PNATE | Mensal | Agosto | R\$ 12.964,37 | 9 | R\$ 116.679,00 |
| TOTAL GOVERNO FEDERAL | | | | | | R\$ 469.627,00 |

| MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS TRANSFERÊNCIAS DO GOVERNO ESTADUAL | | | | | | |
|--|------------------|----------------------|-----------------|----------------------------|-----------------|--------------------------|
| Fonte | Descrição | Periodicidade | Mês Base | Último Repasse 2014 | Parcelas | Previsão ano 2015 |
| 1020 | PEATE RS | Mensal | Julho | R\$ 39.787,12 | 10 | R\$ 397.871,00 |
| 1162 | PASSE LIVRE | Mensal | Julho | R\$ 10.817,44 | 10 | R\$ 108.174,00 |
| TOTAL GOVERNO ESTADUAL | | | | | | R\$ 506.045,00 |

| TRANSFERÊNCIAS POR ESFERA DE GOVERNO | | |
|---|-------------|-----------------------|
| Esfera de Governo | AV % | Valor |
| Estadual | 48,13% | R\$ 469.627,00 |
| Federal | 51,87% | R\$ 506.045,00 |
| TOTAL GERAL | 100% | R\$ 975.672,00 |

Fonte: Secretaria Municipal de Fazenda/Departamento de Contabilidade Municipal

Município de Porto Xavier - RS - Brasil
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015
MEMÓRIA DE CÁLCULOS
Quadro 12 -Transferências do FNAS e do FEAS

| TRANSFERÊNCIAS DO FNAS | | | | | | | |
|------------------------|-------------------|--|---------------|----------|------------------|----------|-------------------|
| FONTE DE RECURSOS | | DESCRIÇÃO | PERIODICIDADE | MÊS BASE | REPASSE MENSAL | PARCELAS | PROJEÇÃO 2015 |
| 1150 | IGD SUAS | Apoio à Organização, à Gestão e à Vigilância Social no Território, no âmbito SUAS: | Mensal | Julho | 1.044,27 | 12 | 12.531,00 |
| 1090 | IGD Bolsa Família | Índice de Gestão Descentralizada | Mensal | Agosto | 3.377,93 | 12 | 40.535,00 |
| 1095 | CRAS | Serviços de Proteção Social Básica (PAIF/CRAS) | Mensal | Agosto | 6.000,00 | 12 | 72.000,00 |
| 1163 | Projovem e PBV | Serviços de Proteção Social Básica (PAIF/CRAS) | Trimestral | Julho | 27.000,00 | 4 | 108.000,00 |
| 1139 | CREAS/PAEFI | Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade (CREAS) | Mensal | Julho | 2.200,00 | 12 | 26.400,00 |
| 1094 | CREAS | Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade (CREAS) | Mensal | Agosto | 6.500,00 | 12 | 78.000,00 |
| TOTAL | | | | | 46.122,20 | | 337.466,00 |

| TRANSFERÊNCIAS DO FEAS | | | | | | | |
|------------------------|-----------|-----------------------------------|---------------|----------|-----------|----------|------------------|
| FONTE DE RECURSOS | | DESCRIÇÃO | PERIODICIDADE | MÊS BASE | REPASSE | PARCELAS | PROJEÇÃO 2015 |
| 1025 | OASF/FEAS | Orientação e Apoio Sócio Familiar | Anual | Abril | 16.036,29 | 1 | 16.036,00 |
| TOTAL | | | | | | | 16.036,00 |

| TRANSFERÊNCIAS POR ESFERA DE GOVERNO | | |
|--------------------------------------|-------------|-------------------|
| Esfera de Governo | AV | Valor |
| Estadual | 5% | 16.036,00 |
| Federal | 95% | 337.466,00 |
| Total | 100% | 353.502,00 |

Fonte: Secretaria Municipal de Fazenda/Departamento de Contabilidade Municipal

Município de Porto Xavier - RS - Brasil
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015
MEMÓRIA DE CÁLCULOS
Quadro 13 - Receitas por fontes de recursos 2015

| Valores em R\$ 1,00 | | | | | | | | | | | | | | |
|---|-------------------|---------------|---------------|--------------|--------------|--------------|------------|--------------|------------|------------|----------|------------|----------------|-----------|
| CONTAS CONSOLIDADAS ANUAIS | 2015 PROJETADO | PRÓPRIO/LIVRE | FUNDEB | MDE | ASPS | RPPS | FNDE | SUS | FNAS | FEP | CIDE | PEATE | PASSE LIVRE | OASF |
| RECEITAS CORRENTES | 26.606.823,00 | | | | | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| RECEITA TRIBUTÁRIA | 1.390.586,00 | | | | | | | | | | | | | |
| IPTU | 421.071,00 | 252.642,60 | - | 105.267,75 | 63.160,65 | | | | | | | | | |
| IRRF | 312.462,00 | 187.477,20 | - | 78.115,50 | 46.869,30 | | | | | | | | | |
| ITBI | 181.824,00 | 109.094,40 | - | 45.456,00 | 27.273,60 | | | | | | | | | |
| ISS | 304.229,00 | 182.537,40 | - | 76.057,25 | 45.634,35 | | | | | | | | | |
| Taxas | 171.000,00 | 171.000,00 | - | - | - | | | | | | | | | |
| RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES | 876.753,00 | | | | | | | | | | | | | |
| Receitas de Contribuições - PM | 135.337,00 | 135.337,00 | - | - | - | | | | | | | | | |
| Receita de Contribuições - RPPS | 741.416,00 | - | - | - | - | 741.416,00 | | | | | | | | |
| RECEITA PATRIMONIAL | 1.072.191,00 | | | | | | | | | | | | | |
| Rendimentos de Aplicações Financeiras | 1.063.898,00 | | | | | | | | | | | | | |
| Rendimentos de Aplicações - PM | - | - | - | - | - | | | | | | | | | |
| Rendimentos de Aplicações - RPPS | 1.063.898,00 | - | - | - | - | 1.063.898,00 | | | | | | | | |
| Outras Receitas Patrimoniais | 8.293,00 | 8.293,00 | - | - | - | | | | | | | | | |
| RECEITA DE SERVIÇOS | 148.754,00 | 148.754,00 | | - | | | | | | | | | | |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 22.532.413,00 | | | | | | | | | | | | | |
| Cota-Parte do FPM ¹ | 9.144.858,00 | 5.540.694,60 | 1.757.265,20 | 528.949,30 | 1.317.948,90 | - | | - | | | | | | |
| Cota-Parte do ITR | 8.361,00 | 5.016,60 | 1.672,20 | 418,05 | 1.254,15 | | | | | | | | | |
| Cota-Parte do FEP | 114.409,00 | - | - | - | - | | | | | 114.409,00 | | | | |
| SUS | 2.897.186,00 | - | - | - | - | | | 2.897.186,00 | | | | | | |
| FNAS | 337.466,00 | - | - | - | - | | | | 337.466,00 | | | | | |
| FNDE | 469.627,00 | - | - | - | - | | 469.627,00 | | | | | | | |
| ICMS -Desoneração L.C.Nº 87/96 | 25.788,00 | 15.472,80 | 5.157,60 | 1.289,40 | 3.868,20 | - | | | | | | | | |
| Cota-Parte do ICMS | 4.458.044,00 | 2.674.826,40 | 891.608,80 | 222.902,20 | 668.706,60 | | | | | | | | | |
| Cota-Parte do IPVA | 984.864,00 | 590.918,40 | 196.972,80 | 49.243,20 | 147.729,60 | | | | | | | | | |
| Cota-Parte do IPI sobre exportação | 82.096,00 | 49.257,60 | 16.419,20 | 4.104,80 | 12.314,40 | | | | | | | | | |
| Cota-Parte CIDE | 2.089,00 | - | - | - | - | | | | | | 2.089,00 | | | |
| Cota-Parte Royalties - Comp. Financ. | - | - | - | - | - | | | | | | | | | |
| FUNDEB | 3.485.544,00 | - | 3.485.544,00 | - | - | | | | | | | | | |
| Convênios (PEATE/RS) | 397.871,00 | - | - | - | - | | | | | | | 397.871,00 | | |
| Outras Transferências Correntes | 124.210,00 | - | - | - | - | | | | | | | | | |
| Outros Transferenciais da União | - | - | - | - | - | | | | | | | | | |
| Outras Transferências dos Estados | 124.210,00 | - | - | - | - | | | | | | | | | |
| Passe Livre | 108.174,00 | - | - | - | - | | | | | | | | 108.174,00 | - |
| OASF | 16.036,00 | - | - | - | - | | | | | | | | - | 16.036,00 |
| Transferências de Instituições Privadas | - | - | - | - | - | | | | | | | | | |
| Transferências de Pessoas | - | - | - | - | - | | | | | | | | | |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 586.126,00 | | | | | | | | | | | | | |
| Multas e Juros de Mora | 63.504,00 | 42.870,87 | - | 12.895,70 | 7.737,42 | - | | - | | | | | | |
| Indenizações e Restituições | 284.067,00 | - | - | - | - | | | | | | | | | |
| Indenizações e Restituições - PM | - | - | - | - | - | | | | | | | | | |
| Indenizações e Restituições - RPPS | 284.067,00 | - | - | - | - | 284.067,00 | | | | | | | | |
| Receita da Dívida Ativa | 238.555,00 | 173.724,38 | - | 40.519,14 | 24.311,48 | | | | | | | | | |
| Receitas Diversas | - | - | - | - | - | | | | | | | | | |
| RECEITAS DE CAPITAL | 9.692,00 | | | | | | | | | | | | | |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO | - | - | - | - | - | | | | | | | | | |
| ALIENAÇÃO DE BENS | - | - | - | - | - | | | | | | | | | |
| AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS | 9.692,00 | 9.692,00 | | | | | | | | | | | | |
| TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | - | - | - | - | - | | | | | | | | | |
| OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL | - | - | - | - | - | | | | | | | | | |
| RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS | 2.264.404,00 | - | - | - | - | 2.264.404,00 | | | | | | | | |
| (-) DEDUÇÕES DA RECEITA | -2.940.802,00 | - | -2.940.802,00 | - | - | | | | | | | | | |
| TOTAL DA RECEITA | 25.940.117,00 | 10.297.609,25 | 3.413.837,80 | 1.165.218,29 | 2.366.808,66 | 4.353.785,00 | 469.627,00 | 2.897.186,00 | 337.466,00 | 114.409,00 | 2.089,00 | 397.871,00 | 108.174,00 | 16.036,00 |

Fonte: Secretaria Municipal de Fazenda/Departamento de Contabilidade Municipal

Município de Porto Xavier - RS - Brasil
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015
MEMÓRIA DE CÁLCULOS
Quadro 14 - Receitas por fontes de recursos 2016

| Valores em R\$ 1,00 | | | | | | | | | | | | | | |
|--|----------------------|-------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|----------------|------------------|----------------|----------------|--------------|----------------|----------------|---------------|
| CONTAS CONSOLIDADAS ANUAIS | 2016 PROJETADO | PRÓPRIO | FUNDEB | MDE | ASPS | RPPS | EDUCAÇÃO | SAÚDE | ASSISTÊNCIA | FEP | CIDE | PEATE | PASSE LIVRE | OASF |
| RECEITAS CORRENTES | 28.479.505,00 | | | | | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| RECEITA TRIBUTÁRIA | 1.467.021,00 | | | | | | | | | | | | | |
| IPTU | 444.314,00 | 266.588,40 | - | 111.078,50 | 66.647,10 | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| IRRF | 329.710,00 | 197.826,00 | - | 82.427,50 | 49.456,50 | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| ITBI | 191.861,00 | 115.116,60 | - | 47.965,25 | 28.779,15 | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| ISS | 315.373,00 | 189.223,80 | - | 78.843,25 | 47.305,95 | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Taxas | 185.763,00 | 185.763,00 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES | 941.802,00 | | | | | | | | | | | | | |
| Receitas de Contribuições - PM | 133.510,00 | 133.510,00 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Receita de Contribuições - RPPS | 808.292,00 | - | - | - | - | 808.292,00 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| RECEITA PATRIMONIAL | 1.735.924,00 | | | | | | | | | | | | | |
| Rendimentos de Aplicações Financeiras | 1.727.173,00 | | | | | | | | | | | | | |
| Rendimentos de Aplicações - PM | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Rendimentos de Aplicações - RPPS | 1.727.173,00 | - | - | - | - | 1.727.173,00 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outras Receitas Patrimoniais | 8.751,00 | 8.751,00 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| RECEITA DE SERVIÇOS | 147.674,00 | 147.674,00 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 23.590.266,00 | | | | | | | | | | | | | |
| Cota-Parte do FPM ¹ | 9.854.865,00 | 5.972.048,19 | 1.892.134,08 | 571.582,17 | 1.419.100,56 | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Cota-Parte do ITR | 8.487,00 | 5.092,20 | 1.697,40 | 424,35 | 1.273,05 | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Cota-Parte do FEP | 120.724,00 | - | - | - | - | - | - | - | - | 120.724,00 | - | - | - | - |
| SUS | 2.897.186,00 | - | - | - | - | - | - | 2.897.186,00 | - | - | - | - | - | - |
| FNAS | 337.466,00 | - | - | - | - | - | - | - | 337.466,00 | - | - | - | - | - |
| FNDE | 469.627,00 | - | - | - | - | - | 469.627,00 | - | - | - | - | - | - | - |
| ICMS -Desoneração L.C.Nº 87/96 | 25.120,00 | 15.072,00 | 5.024,00 | 1.256,00 | 3.768,00 | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Cota-Parte do ICMS | 4.428.459,00 | 2.657.075,40 | 885.691,80 | 221.422,95 | 664.268,85 | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Cota-Parte do IPVA | 1.033.413,00 | 620.047,80 | 206.682,60 | 51.670,65 | 155.011,95 | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Cota-Parte do IPI sobre exportação | 85.866,00 | 51.519,60 | 17.173,20 | 4.293,30 | 12.879,90 | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Cota-Parte CIDE | 1.387,00 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 1.387,00 | - | - | - |
| Cota-Parte Royalties - Comp. Financ. | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| FUNDEB | 3.805.585,00 | - | 3.805.585,00 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Convênios (PEATE/RS) | 397.871,00 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 397.871,00 | - | - |
| Outras Transferências Correntes | 124.210,00 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outros Transferências da União | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outras Transferências dos Estados | 124.210,00 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Passe Livre | 108.174,00 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 108.174,00 | - |
| OASF | 16.036,00 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 16.036,00 |
| Transferências de Instituições Privadas | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Transferências de Pessoas | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 596.818,00 | | | | | | | | | | | | | |
| Multas e Juros de Mora | 67.009,00 | 45.237,06 | - | 13.607,46 | 8.164,48 | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Indenizações e Restituições | 278.085,00 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Indenizações e Restituições - PM | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Indenizações e Restituições - RPPS | 278.085,00 | - | - | - | - | 278.085,00 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Receita da Dívida Ativa | 251.724,00 | 183.314,52 | - | 42.755,93 | 25.653,56 | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Receitas Diversas | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| RECEITAS DE CAPITAL | 9.692,00 | | | | | | | | | | | | | |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| ALIENAÇÃO DE BENS | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS | 9.692,00 | 9.692,00 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS | 2.620.908,00 | - | - | - | - | 2.620.908,00 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| (-) DEDUÇÕES DA RECEITA | -3.087.242,00 | - | -3.087.242,00 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| TOTAL DA RECEITA | 28.022.863,00 | 10.803.552 | 3.726.746 | 1.227.327 | 2.482.309 | 5.434.458 | 469.627 | 2.897.186 | 337.466 | 120.724 | 1.387 | 397.871 | 108.174 | 16.036 |

Fonte: Secretaria Municipal de Fazenda/Departamento de Contabilidade Municipal

Município de Porto Xavier - RS - Brasil
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015
MEMÓRIA DE CÁLCULOS
Quadro 15 - Receitas por fontes de recursos 2017

| CONTAS CONSOLIDADAS ANUAIS | 2017 PROJETADO | PRÓPRIO | FUNDEB | MDE | ASPS | RPPS | EDUCAÇÃO | SAÚDE | ASSISTÊNCIA | FEP | CIDE | PEATE | PASSE LIVRE | OASF |
|--|----------------------|-------------------|----------------------|------------------|------------------|---------------------|----------------|------------------|----------------|----------------|--------------|----------------|----------------|---------------|
| RECEITAS CORRENTES | 30.817.553,00 | | | | | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| RECEITA TRIBUTÁRIA | 1.541.312,00 | | | | | | | | | | | | | |
| IPTU | 467.907,00 | 280.744,20 | - | 116.976,75 | 70.186,05 | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| ITBI | 202.049,00 | 121.229,40 | - | 50.512,25 | 30.307,35 | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| ISS | 322.307,00 | 193.384,20 | - | 80.576,75 | 48.346,05 | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Taxas | 201.832,00 | 201.832,00 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Contribuição de Melhoria | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES | 1.009.706,00 | | | | | | | | | | | | | |
| Receitas de Contribuições - PM | 130.204,00 | 130.204,00 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Receita de Contribuições - RPPS | 879.502,00 | - | - | - | - | 879.502,00 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| RECEITA PATRIMONIAL | 2.726.914,00 | | | | | | | | | | | | | |
| Rendimentos de Aplicações - RPPS | 2.717.698,00 | - | - | - | - | 2.717.698,00 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outras Receitas Patrimoniais | 9.216,00 | 9.216,00 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| RECEITA AGROPECUÁRIA | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| RECEITA INDUSTRIAL | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| RECEITA DE SERVIÇOS | 146.843,00 | 146.843,00 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 24.748.704,00 | | | | | | | | | | | | | |
| Cota-Parte do FPM ¹ | 10.641.803,00 | 6.448.932,62 | 2.043.226,18 | 617.224,57 | 1.532.419,63 | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Cota-Parte do ITR | 8.605,00 | 5.163,00 | 1.721,00 | 430,25 | 1.290,75 | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Cota-Parte do FEP | 127.134,00 | - | - | - | - | - | - | - | - | 127.134,00 | - | - | - | - |
| SUS | 2.897.186,00 | - | - | - | - | - | - | 2.897.186,00 | - | - | - | - | - | - |
| FNAS | 337.466,00 | - | - | - | - | - | - | - | 337.466,00 | - | - | - | - | - |
| FNDE | 469.627,00 | - | - | - | - | - | 469.627,00 | - | - | - | - | - | - | - |
| ICMS -Desoneração L.C.Nº 87/96 | 23.685,00 | 14.211,00 | 4.737,00 | 1.184,25 | 3.552,75 | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Cota-Parte do ICMS | 4.428.459,00 | 2.657.075,40 | 885.691,80 | 221.422,95 | 664.268,85 | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Cota-Parte do IPVA | 1.084.291,00 | 650.574,60 | 216.858,20 | 54.214,55 | 162.643,65 | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Cota-Parte do IPI sobre exportação | 91.102,00 | 54.661,20 | 18.220,40 | 4.555,10 | 13.665,30 | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Cota-Parte CIDE | 1.036,00 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 1.036,00 | - | - | - |
| Cota-Parte Royalties - Comp. Financ. | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| FUNDEB | 4.116.229,00 | - | 4.116.229,00 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Convênios (PEATE/RS) | 397.871,00 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 397.871,00 | - | - |
| Outras Transferências Correntes | 124.210,00 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outros Transferências da União | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outras Transferências dos Estados | 124.210,00 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Passe Livre | 108.174,00 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 108.174,00 | - |
| OASF | 16.036,00 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 16.036,00 |
| Transferências de Instituições Privadas | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Transferências de Pessoas | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 644.074,00 | | | | | | | | | | | | | |
| Multas e Juros de Mora | 70.567,00 | 47.639,03 | - | 14.329,98 | 8.597,99 | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Indenizações e Restituições | 308.417,00 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Indenizações e Restituições - PM | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Indenizações e Restituições - RPPS | 308.417,00 | - | - | - | - | 308.417,00 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Receita da Dívida Ativa | 265.090,00 | 193.048,12 | - | 45.026,17 | 27.015,70 | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Receitas Diversas | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| RECEITAS DE CAPITAL | 9.692,00 | | | | | | | | | | | | | |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| ALIENAÇÃO DE BENS | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS | 9.692,00 | 9.692,00 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS | 2.843.663,00 | - | - | - | - | 2.843.663,00 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| (-) DEDUÇÕES DA RECEITA | -3.255.589,00 | - | -3.255.589,00 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| TOTAL DA RECEITA | 30.415.319,00 | 11.372.780 | 4.031.095 | 1.293.258 | 2.614.377 | 6.749.280 | 469.627 | 2.897.186 | 337.466 | 127.134 | 1.036 | 397.871 | 108.174 | 16.036 |

Fonte: Secretaria Municipal de Fazenda/Departamento de Contabilidade Municipal

Município de Porto Xavier - RS - Brasil
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015
MEMÓRIA DE CÁLCULOS

Quadro 16 - Receitas por fontes de recursos 2015-2017

| FONTES | 2015 | AV | 2016 | AV | 2017 | AV |
|---------------|----------------------|-------------|----------------------|-------------|----------------------|-------------|
| PRÓPRIO/LIVRE | 10.297.609,25 | 40% | 10.803.551,57 | 39% | 11.372.779,97 | 37% |
| FUNDEB | 3.413.837,80 | 13% | 3.726.746,08 | 13% | 4.031.094,58 | 13% |
| MDE | 1.165.218,29 | 4% | 1.227.327,31 | 4% | 1.293.257,83 | 4% |
| ASPS | 2.366.808,66 | 9% | 2.482.309,04 | 9% | 2.614.376,62 | 9% |
| RPPS | 4.353.785,00 | 17% | 5.434.458,00 | 19% | 6.749.280,00 | 22% |
| FNDE | 469.627,00 | 2% | 469.627,00 | 2% | 469.627,00 | 2% |
| SUS | 2.897.186,00 | 11% | 2.897.186,00 | 10% | 2.897.186,00 | 10% |
| FNAS | 337.466,00 | 1% | 337.466,00 | 1% | 337.466,00 | 1% |
| FEP | 114.409,00 | 0% | 120.724,00 | 0% | 127.134,00 | 0% |
| CIDE | 2.089,00 | 0% | 1.387,00 | 0% | 1.036,00 | 0% |
| PEATE | 397.871,00 | 2% | 397.871,00 | 1% | 397.871,00 | 1% |
| PASSE LIVRE | 108.174,00 | 0% | 108.174,00 | 0% | 108.174,00 | 0% |
| OASF | 16.036,00 | 0% | 16.036,00 | 0% | 16.036,00 | 0% |
| TOTAL | 25.940.117,00 | 100% | 28.022.863,00 | 100% | 30.415.319,00 | 100% |

Município de Porto Xavier - RS - Brasil
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015
MEMÓRIA DE CÁLCULOS

Quadro 17 - Receita Corrente Líquida estimada 2014 - 2017

| CÓDIGOS | CONTAS CONSOLIDADAS ANUAIS | 2014 REESTIMADO | 2015 PROJETADO | 2016 PROJETADO | 2017 PROJETADO |
|--|---|--------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| 1.0.0.0.00.00.00.00.00 | RECEITAS CORRENTES | 24.782.066 | 26.606.824 | 28.479.506 | 30.817.552 |
| 1.1.0.0.00.00.00.00.00 | RECEITA TRIBUTÁRIA | 1.306.030 | 1.390.586 | 1.467.021 | 1.541.312 |
| 1.1.1.2.01.00.00.00.00 | IPTU | 396.638 | 421.071 | 444.314 | 467.907 |
| 1.1.1.2.04.00.00.00.00 | IRRF | 294.331 | 312.462 | 329.710 | 347.217 |
| 1.1.1.2.08.00.00.00.00 | ITBI | 171.274 | 181.824 | 191.861 | 202.049 |
| 1.1.1.3.05.00.00.00.00 | ISS | 285.852 | 304.229 | 315.373 | 322.307 |
| 1.1.2.0.00.00.00.00.00 | Taxas | 157.935 | 171.000 | 185.763 | 201.832 |
| 1.1.3.0.00.00.00.00.00 | Contribuição de Melhoria | - | - | - | - |
| 1.2.0.0.00.00.00.00.00 | RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES | 811.967 | 876.753 | 941.802 | 1.009.706 |
| 1.2.0.0.00.00.00.00.00 | Receitas de Contribuições - PM | 134.333 | 135.337 | 133.510 | 130.204 |
| 1.2.0.0.00.00.00.00.00 | Receita de Contribuições - RPPS | 677.634 | 741.416 | 808.292 | 879.502 |
| 1.3.0.0.00.00.00.00.00 | RECEITA PATRIMONIAL | 829.769 | 1.072.191 | 1.735.924 | 2.726.914 |
| 1.3.2.0.00.00.00.00.00 | Rendimentos de Aplicações Financeiras | 821.957 | 1.063.898 | 1.727.173 | 2.717.698 |
| 1.3.2.0.00.00.00.00.00 | Rendimentos de Aplicações - PM | 123.656 | - | - | - |
| 1.3.2.0.00.00.00.00.00 | Rendimentos de Aplicações - RPPS | 698.301 | 1.063.898 | 1.727.173 | 2.717.698 |
| 1.3.1.0.00.00.00.00.00 | Outras Receitas Patrimoniais | 7.812 | 8.293 | 8.751 | 9.216 |
| 1.4.0.0.00.00.00.00.00 | RECEITA AGROPECUÁRIA | 0 | - | - | - |
| 1.5.0.0.00.00.00.00.00 | RECEITA INDUSTRIAL | 0 | - | - | - |
| 1.6.0.0.00.00.00.00.00 | RECEITA DE SERVIÇOS | 150.560 | 148.754 | 147.674 | 146.843 |
| 1.7.0.0.00.00.00.00.00 | TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 21.160.290 | 22.532.414 | 23.590.267 | 24.748.703 |
| 1.7.2.1.01.02.00.00.00 | Cota-Parte do FPM | 8.482.095 | 9.144.858 | 9.854.865 | 10.641.803 |
| 1.7.2.1.01.05.00.00.00 | Cota-Parte do ITR | 8.228 | 8.361 | 8.487 | 8.605 |
| 1.7.2.1.22.70.00.00.00 | Cota-Parte do FEP | 107.770 | 114.409 | 120.724 | 127.134 |
| 1.7.2.1.33.00.00.00.00 | SUS | 2.768.108 | 2.897.186 | 2.897.186 | 2.897.186 |
| 1.7.2.1.34.00.00.00.00 | FNAS | 338.942 | 337.466 | 337.466 | 337.466 |
| 1.7.2.1.35.00.00.00.00 | FNDE | 483.726 | 469.627 | 469.627 | 469.627 |
| 1.7.2.1.36.00.00.00.00 | ICMS -Desoneração L.C.Nº 87/96 | 28.391 | 25.788 | 25.120 | 23.685 |
| 1.7.2.2.01.01.00.00.00 | Cota-Parte do ICMS | 3.944.090 | 4.458.044 | 4.428.459 | 4.428.459 |
| 1.7.2.2.01.02.00.00.00 | Cota-Parte do IPVA | 942.131 | 984.864 | 1.033.413 | 1.084.291 |
| 1.7.2.2.01.04.00.00.00 | Cota-Parte do IPI sobre exportação | 80.937 | 82.096 | 85.866 | 91.102 |
| 1.7.2.2.01.13.00.00.00 | Cota-Parte CIDE | 2.529 | 2.089 | 1.387 | 1.036 |
| 1.7.2.1.22.00.00.00.00 | Cota-Parte Royalties - Comp. Financ. | 0 | - | - | - |
| 1.7.2.4.01.00.00.00.00 | FUNDEB | 3.265.044 | 3.485.544 | 3.805.585 | 4.116.229 |
| 1.7.6.0.00.00.00.00.00 | Convênios | 397.871 | 397.871 | 397.871 | 397.871 |
| ----- | Outras Transferências Correntes | 310.428 | 124.210 | 124.210 | 124.210 |
| 1.7.2.1.99.00.00.00.00 | Outros Transferenciais da União | 186.018 | - | - | - |
| 1.7.2.2.99.00.00.00.00 | Outras Transferências dos Estados | 124.210 | 124.210 | 124.210 | 124.210 |
| 1.7.3.0.00.00.00.00.00 | Transferências de Instituições Privadas | 0 | - | - | - |
| 1.7.5.0.00.00.00.00.00 | Transferências de Pessoas | 200 | - | - | - |
| 1.9.0.0.00.00.00.00.00 | OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 523.450 | 586.126 | 596.818 | 644.074 |
| 1.9.1.0.00.00.00.00.00 | Multas e Juros de Mora | 59.819 | 63.504 | 67.009 | 70.567 |
| 1.9.2.0.00.00.00.00.00 | Indenizações e Restituições | 232.639 | 284.067 | 278.085 | 308.417 |
| 1.9.2.0.00.00.00.00.00 | Indenizações e Restituições - PM | 5.598 | - | - | - |
| 1.9.2.0.00.00.00.00.00 | Indenizações e Restituições - RPPS | 227.041 | 284.067 | 278.085 | 308.417 |
| 1.9.3.0.00.00.00.00.00 | Receita da Dívida Ativa | 224.713 | 238.555 | 251.724 | 265.090 |
| 1.9.9.0.00.00.00.00.00 | Receitas Diversas | 6.279 | - | - | - |
| 2.0.0.0.00.00.00.00.00 | RECEITAS DE CAPITAL | 942.894 | 9.692 | 9.692 | 9.692 |
| 2.1.0.0.00.00.00.00.00 | OPERAÇÕES DE CRÉDITO | 322.929 | - | - | - |
| 2.2.0.0.00.00.00.00.00 | ALIENAÇÃO DE BENS | 0 | - | - | - |
| 2.3.0.0.00.00.00.00.00 | AMORTIZAÇÃO DE BENS | 17.080 | 9.692 | 9.692 | 9.692 |
| 2.4.0.0.00.00.00.00.00 | TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | 592.060 | - | - | - |
| 2.5.0.0.00.00.00.00.00 | OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL | 10.825 | - | - | - |
| 7.2.1.0.00.00.00.00.00 | RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS-RPPS | 1.913.057 | 2.264.404 | 2.620.908 | 2.843.663 |
| 9.0.0.0.00.00.00.00.00 | (-) DEDUÇÕES DA RECEITA | -2.697.174 | -2.940.802 | -3.087.242 | -3.255.589 |
| I - TOTAL | | 23.997.949 | 25.930.426 | 28.013.172 | 30.405.626 |
| II - DEDUÇÕES | | 4.594.481 | 5.342.645 | 6.230.502 | 7.508.423 |
| 1.1.1.2.04.00.00.00.00 | I R R F | 294.331 | 312.462 | 329.710 | 347.217 |
| 1.2.0.0.00.00.00.00.00 | Contribuições Previdenciárias do Servidor | 677.634 | 741.416 | 808.292 | 879.502 |
| 1.9.2.0.00.00.00.00.00 | Compensação Financeira entre Regimes | 227.041 | 284.067 | 278.085 | 308.417 |
| 1.3.2.0.00.00.00.00.00 | Rendimentos de Aplicações (RPPS) | 698.301 | 1.063.898 | 1.727.173 | 2.717.698 |
| 9.0.0.0.00.00.00.00.00 | Deduções da Receita (Fundeb e Outras) | 2.697.174 | 2.940.802 | 3.087.242 | 3.255.589 |
| III - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II) | | 19.403.468 | 20.587.781 | 21.782.670 | 22.897.203 |

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda/Departamento de Contabilidade Municipal

Município de Porto Xavier - RS - Brasil
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015
MEMÓRIA DE CÁLCULOS

Quadro 18- Projeção Repasse Duodécimo Poder Legislativo (2015 - 2017)

| Especificação | 2014 ESTIMADO | 2015 PROJETADO | 2016 PROJETADO | 2017 PROJETADO |
|--|--------------------------|---------------------------|---------------------------|---------------------------|
| Receita Tributária | 1.306.030 | 1.390.586 | 1.467.021 | 1.541.312 |
| Receita de Contribuições - RPPS | 677.634 | 741.416 | 808.292 | 879.502 |
| Receitas de Contribuições - PM | 134.333 | 135.337 | 133.510 | 130.204 |
| Cota-Parte do FPM | 8.482.095 | 9.144.858 | 9.854.865 | 10.641.803 |
| Cota-Parte do ITR | 8.228 | 8.361 | 8.487 | 8.605 |
| ICMS -Desoneração L.C.Nº 87/96 | 28.391 | 25.788 | 25.120 | 23.685 |
| Cota-Parte do ICMS | 3.944.090 | 4.458.044 | 4.428.459 | 4.428.459 |
| Cota-Parte do IPVA | 942.131 | 984.864 | 1.033.413 | 1.084.291 |
| Cota-Parte do IPI sobre exportação | 80.937 | 82.096 | 85.866 | 91.102 |
| Cota-Parte CIDE | 2.529 | 2.089 | 1.387 | 1.036 |
| Multa e Juros dos Tributos | 5.384,09 | 5.715,76 | 6.031,23 | 6.351,48 |
| Multa e Juros da Dívida Ativa Tributária | 49.459,69 | 52.506,53 | 55.404,54 | 58.346,38 |
| Dívida Ativa Tributária | 147.533 | 155.061 | 163.621 | 172.309 |
| TOTAL | 15.808.775 | 17.186.722 | 18.071.476 | 19.067.005 |

| | | | |
|--|-------------|-------------|-------------|
| Valor previsto p/a Receita Efetivamente Arrecadada no Exercício Anterior | 15.808.775 | 17.186.722 | 18.071.476 |
| População do Município (Habitantes) | 10.551 | 10.551 | 10.551 |
| Limite Máximo Permitido Cfe. Art. 29-A da CF/88 | 7% R.A.E.A. | 7% R.A.E.A. | 7% R.A.E.A. |
| Valor máximo para as despesas do Poder Legislativo (7%) | 1.106.614 | 1.203.071 | 1.265.003 |
| Valor mensal duodécimo | 92.218 | 100.256 | 105.417 |
| Valor máximo para as despesas com a Folha de Pagamentos do Poder Legislativo em 2015 (CF/88, art. 29-A, § 1º, 70%) | 774.629,98 | 842.149,38 | 885.502,34 |

Município de Porto Xavier - RS - Brasil
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015
MEMÓRIA DE CÁLCULOS

Quadro 19- Amortização e Encargos da Dívida Pública com a Caixa Econômica Federal

| AMORTIZAÇÃO | LIBERAÇÃO MENSAL | LIBERAÇÃO ACUM. | PRESTAÇÃO | ÍNDICE ESTIMADO | INFLAÇÃO | VALOR CORRIGIDO |
|-------------|------------------|-----------------|-----------|-----------------|--------------|-----------------|
| 08/2014 | ----- | 514.610,25 | 4.158,75 | 0,808136% | ----- | ----- |
| 09/2014 | 76.753,31 | 591.363,56 | 4.779,02 | 0,81% | ----- | ----- |
| 10/2014 | 26.096,13 | 617.459,69 | 4.989,91 | 0,81% | ----- | ----- |
| 11/2014 | 26.096,13 | 643.555,82 | 5.200,81 | 0,81% | ----- | ----- |
| 12/2014 | 83.394,25 | 726.950,07 | 5.874,74 | 0,81% | ----- | ----- |
| 01/2015 | 77.764,94 | 804.715,01 | 6.503,19 | 0,81% | 6,16% | R\$6.903,79 |
| 02/2015 | 77.764,94 | 882.479,95 | 7.131,64 | 0,81% | 6,16% | R\$7.570,95 |
| 03/2015 | 47.983,23 | 930.463,18 | 7.519,41 | 0,81% | 6,16% | R\$7.982,60 |
| 04/2015 | 52.921,71 | 983.384,89 | 7.947,09 | 0,81% | 6,16% | R\$8.436,63 |
| 05/2015 | ----- | ----- | 7.947,09 | ----- | 6,16% | R\$8.436,63 |
| 06/2015 | ----- | ----- | 7.947,09 | ----- | 6,16% | R\$8.436,63 |
| 07/2015 | ----- | ----- | 7.947,09 | ----- | 6,16% | R\$8.436,63 |
| 08/2015 | ----- | ----- | 7.947,09 | ----- | 6,16% | R\$8.436,63 |
| 09/2015 | ----- | ----- | 7.947,09 | ----- | 6,16% | R\$8.436,63 |
| 10/2015 | ----- | ----- | 7.947,09 | ----- | 6,16% | R\$8.436,63 |
| 11/2015 | ----- | ----- | 7.947,09 | ----- | 6,16% | R\$8.436,63 |
| 12/2015 | ----- | ----- | 7.947,09 | ----- | 6,16% | R\$8.436,63 |

Composição da Prestação do mês de 08/2014

| Item | VALOR | AV |
|--------------|---------------------|-------------|
| Amortização | R\$ 1.214,89 | 29% |
| Juros | R\$ 2.943,86 | 71% |
| Total | R\$ 4.158,75 | 100% |

Amortização e juros mensais conforme composição da prestação de 08/2014

| Item | 2015 | 2016 | 2017 |
|------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| Amortização | R\$ 2.464,58 | R\$ 2.600,63 | R\$ 2.738,72 |
| Juros e Encargos | R\$ 5.972,05 | R\$ 6.301,70 | R\$ 6.636,32 |
| Total | R\$ 8.436,63 | R\$ 8.902,33 | R\$ 9.375,04 |

Amortização e juros anuais conforme composição da prestação de 08/2014

| Item | 2015 | 2016 | 2017 |
|--------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| Amortização | R\$ 29.574,96 | R\$ 31.207,50 | R\$ 32.864,62 |
| Juros | R\$ 71.664,55 | R\$ 75.620,44 | R\$ 79.635,88 |
| TOTAL | R\$ 101.239,52 | R\$ 106.827,94 | R\$ 112.500,50 |

Município de Porto Xavier - RS - Brasil
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

MEMÓRIA DE CÁLCULOS

Quadro 19- Amortização e Encargos da Dívida Pública com a Caixa Econômica Federal

No cálculo da amortização e dos juros referentes a Operação de Crédito Pró Transporte PAC 2 (através da Caixa Econômica Federal), foi considerado a estimativa de liberação de recursos conforme cronograma encaminhado pela Secretaria Municipal de Coordenação e Planejamento SMCP. Sendo estimado o valor das prestações mensais futuras com base na proporcionalidade existente entre o valor da prestação mensal de agosto de 2014 e o valor da liberação acumulada até agosto de 2014, da seguinte forma, Coeficiente = Prestação mensal Agosto 2014/Liberação Acumulada até Agosto 2014, ou seja, Coeficiente = R\$ 4.158,75/514.610,25 = 0,808136%. A partir de agosto foi aplicado o coeficiente de 0,808136% em cada novo saldo da liberação acumulada até abril de 2015 quando ocorrerá a última liberação. Para 2015 foi utilizado o valor de R\$ 8.436,63 x 12 meses = R\$ 101.239,52. Para 2016 e 2017 as prestações do ano anterior foram conforme o IPCA e multiplicadas por 12 meses.

Município de Porto Xavier - RS - Brasil
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

MEMÓRIA DE CÁLCULOS

Quadro 20- Amortização e Encargos da Dívida Pública com o FNDE

| AMORTIZAÇÃO E JUROS MENSAIS | | | | |
|------------------------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| Descrição | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 |
| Amortização | R\$ 3.727,27 | R\$ 3.956,87 | R\$ 4.175,29 | R\$ 4.397,00 |
| Juros e Encargos | R\$ 1.138,26 | R\$ 1.208,38 | R\$ 1.275,08 | R\$ 1.342,79 |
| TOTAL | R\$ 4.865,53 | R\$ 5.165,25 | R\$ 5.450,37 | R\$ 5.739,78 |
| Coeficiente atualização triênio | | 1,0616 | 1,0552 | 1,0531 |

O valor da amortização e dos juros de 2014 referem-se ao mês de agosto.

| AMORTIZAÇÃO E JUROS ANUAIS | | | | |
|-----------------------------------|-------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| Descrição | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 |
| Amortização | ----- | R\$ 47.482,44 | R\$ 50.103,47 | R\$ 52.763,96 |
| Juros e Encargos | ----- | R\$ 14.500,52 | R\$ 15.300,95 | R\$ 16.113,43 |
| TOTAL | ----- | R\$ 61.982,96 | R\$ 65.404,42 | R\$ 68.877,39 |

No cálculo da amortização e dos juros referentes ao Programa Caminhos da Escola, foi considerado o valor da amortização e dos juros de agosto de 2014 atualizados pelo IPCA/IBGE projetado para o triênio 2015-2017, sendo posteriormente multiplicado por 12 meses.

Município de Porto Xavier - RS - Brasil
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015
MEMÓRIA DE CÁLCULOS

Quadro 21- Amortização e Encargos da Dívida Pública com o BADESUL

| ESTIMATIVA DE AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DO TRIÊNIO 2015-2017 | | | | | | | | | |
|--|----------------------|-----------------------|-----------------------|----------------------|-----------------------|-----------------------|---------------------|----------------------|-----------------------|
| MÊS | 2015 | | | 2016 | | | 2017 | | |
| | Encargos | Principal | Total | Encargos | Principal | Total | Encargos | Principal | Total |
| Janeiro | R\$ 7.043,68 | R\$ 22.170,84 | R\$ 29.214,52 | R\$ 4.164,61 | R\$ 23.394,67 | R\$ 27.559,28 | R\$ 1.076,08 | R\$ 24.636,92 | R\$ 25.713,00 |
| Fevereiro | R\$ 7.263,55 | R\$ 22.170,84 | R\$ 29.434,39 | R\$ 4.297,42 | R\$ 23.394,67 | R\$ 27.692,09 | R\$ 807,07 | R\$ 24.636,92 | R\$ 25.443,99 |
| Março | R\$ 6.313,72 | R\$ 22.170,84 | R\$ 28.484,56 | R\$ 3.399,69 | R\$ 23.394,67 | R\$ 26.794,36 | R\$ 485,67 | R\$ 24.636,92 | R\$ 25.122,59 |
| Abril | R\$ 6.725,51 | R\$ 22.170,84 | R\$ 28.896,34 | R\$ 3.383,75 | R\$ 23.394,67 | R\$ 26.778,41 | R\$ 269,03 | R\$ 24.636,92 | R\$ 24.905,95 |
| Maio | R\$ 6.246,93 | R\$ 22.170,84 | R\$ 28.417,76 | R\$ 3.123,46 | R\$ 23.394,67 | R\$ 26.518,13 | | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 |
| Junho | R\$ 6.589,38 | R\$ 22.170,84 | R\$ 28.760,22 | R\$ 2.959,23 | R\$ 23.394,67 | R\$ 26.353,89 | | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 |
| Julho | R\$ 5.342,38 | R\$ 22.170,84 | R\$ 27.513,21 | R\$ 2.602,89 | R\$ 23.394,67 | R\$ 25.997,55 | | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 |
| Agosto | R\$ 5.649,43 | R\$ 22.170,84 | R\$ 27.820,26 | R\$ 2.578,45 | R\$ 23.394,67 | R\$ 25.973,12 | | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 |
| Setembro | R\$ 5.555,11 | R\$ 22.170,84 | R\$ 27.725,95 | R\$ 2.012,48 | R\$ 23.394,67 | R\$ 25.407,15 | | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 |
| Outubro | R\$ 4.779,64 | R\$ 22.170,84 | R\$ 26.950,47 | R\$ 1.822,02 | R\$ 23.394,67 | R\$ 25.216,69 | | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 |
| Novembro | R\$ 4.842,36 | R\$ 22.170,84 | R\$ 27.013,20 | R\$ 1.666,54 | R\$ 23.394,67 | R\$ 25.061,20 | | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 |
| Dezembro | R\$ 4.573,35 | R\$ 22.170,84 | R\$ 26.744,18 | R\$ 1.257,80 | R\$ 23.394,67 | R\$ 24.652,47 | | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 |
| TOTAL | R\$ 70.925,03 | R\$ 266.050,04 | R\$ 336.975,07 | R\$ 33.268,34 | R\$ 280.736,00 | R\$ 314.004,34 | R\$ 2.637,84 | R\$ 98.547,69 | R\$ 101.185,53 |

| Relação dos encargos do mês de agosto de 2014 com as demais cfe.cronograma inicial | | | |
|---|-------------|-------------|-------------|
| MÊS | 2015 | 2016 | 2017 |
| Janeiro | 0,820032 | 0,484848 | 0,125278 |
| Fevereiro | 0,845629 | 0,500310 | 0,093959 |
| Março | 0,735049 | 0,395795 | 0,056542 |
| Abril | 0,782990 | 0,393939 | 0,031320 |
| Maio | 0,727273 | 0,363636 | |
| Junho | 0,767142 | 0,344516 | |
| Julho | 0,621965 | 0,303031 | |
| Agosto | 0,657712 | 0,300186 | |
| Setembro | 0,646731 | 0,234295 | |
| Outubro | 0,556450 | 0,212121 | |
| Novembro | 0,563752 | 0,194020 | |
| Dezembro | 0,532433 | 0,146434 | |

Município de Porto Xavier - RS - Brasil
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015
MEMÓRIA DE CÁLCULOS

Quadro 21- Amortização e Encargos da Dívida Pública com o BADESUL

No cálculo da amortização e dos juros referentes à Operação de Crédito para pavimentação da Rua 15 de maio e da Rua Marechal Floriano Peixoto, foi considerado o valor da amortização de agosto de 2014 no valor de R\$ 20.884,36 atualizada pelo IPCA/IBGE para o triênio 2015/2017 e o valor dos juros e encargos foram calculados conforme a relação existente entre os encargos do triênio 2015/2017 com os encargos de agosto de 2014 no valor de R\$ 8.589,52. Diante disso, os encargos do mês de fevereiro de 2015, por exemplo, foram assim calculados: Encargos 08/2014 x 0,845629 = R\$ 8.589,52 x 85% = R\$ 7.263,55, e assim sucessivamente.

Município de Porto Xavier - RS - Brasil
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015
MEMÓRIA DE CÁLCULOS
Quadro 22- Premissas e metodologia utilizada para as despesas

| DESCRIÇÃO | | MEMÓRIA DE CÁLCULO | | | Coeficiente aplicado | | |
|--------------------------------------|---|--------------------|--|--|----------------------|---------------|----------------|
| | | | | | 2015 | 2016 | 2017 |
| DESPESAS CORRENTES | Conta sintética | | | | 7,37% | 4,81% | 5,54% |
| PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | Conta sintética | | | | 10,41% | 4,72% | 7,83% |
| Pessoal Próprio | Considerada a inflação prevista pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IPCA/IBGE de 6,16%, 5,52% e 5,31%, respectivamente, para os exercícios de 2015, 2016 e 2017, assim como anuênios de 2% em cada exercício e ainda 1,5% a título de mudança de classe e outros acréscimos. | | | | 9,19% | 4,46% | 8,33% |
| Pessoal do RPPS | Considerado os valores apresentados no Anexo V - Projeções Atuariais da Nota Técnica nº 2.619/2014 "Avaliação da Previdência Social na Prefeitura do Município de Porto Xavier" elaborada por Francisco Humberto Simões Magro, Atuário MIBA nº 494, para os exercícios de 2015, 2016 e 2017. | | | | 21,28% | 6,85% | 3,90% |
| JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA | Conta sintética | | | | 31,27% | 8,60% | 16,49% |
| Juros e Encargos da Dívida | Vide Quadro 19 a 21. | | | | 31,27% | 8,60% | 16,49% |
| Juros e encargos da Dívida RPPS | Não projetados. | | | | ----- | ----- | ----- |
| OUTRAS DESPESAS CORRENTES | Não projetada. | | | | 0,35% | 4,90% | -0,16% |
| Outras Despesas Correntes | Após a alocação de recursos para cobertura dos gastos com Pessoal e Encargos Sociais, Juros e Encargos da Dívida Pública, Amortização da Dívida Pública e Reserva de Contingência, foram alocados os recursos restantes para outras Despesas Correntes, conforme a proporcionalidade das dotações de cada ação em relação ao total. | | | | -1,24% | 4,88% | -0,34% |
| Outras Despesas Corrente RPPS | Considerada a inflação prevista pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IPCA/IBGE de 6,16%, 5,52% e 5,31%, respectivamente, para os exercícios de 2015, 2016 e 2017. | | | | 92,57% | 5,52% | 5,31% |
| DESPESAS DE CAPITAL | Conta sintética | | | | -59,66% | 5,62% | -20,04% |
| INVESTIMENTOS | Conta sintética | | | | -81,15% | 5,80% | 5,56% |
| Investimentos | Foram orçados os investimentos mínimos necessários para manutenção das Secretarias, em razão da baixa disponibilidade de recursos para maiores investimentos. | | | | -81,46% | 5,52% | 5,31% |
| Investimentos RPPS | Tendência. | | | | 58,53% | 20,00% | 16,67% |
| INVERSÕES FINANCEIRAS | Considerada a Taxa de Juros (Selic) de 11,92%, 11,31% e 10,62%, respectivamente, para os exercícios de 2015, 2016 e 2017. | | | | 4,17% | 5,52% | 5,31% |
| Concessão de Empréstimos e Fin. | Considerada a inflação prevista pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IPCA/IBGE de 6,16%, 5,52% e 5,31%, respectivamente, para os exercícios de 2015, 2016 e 2017. | | | | 4,17% | 5,52% | 5,31% |
| Outras Inversões Financeiras | Não projetadas | | | | ----- | ----- | ----- |
| AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA | Vide Quadro 19-21. | | | | 10,66% | 5,52% | -35,19% |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA | 0,49% da Receita Corrente Líquida. | | | | ----- | -0,09% | 0,00% |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA RPPS | Diferença entre receitas e despesas do RPPS. | | | | 21,65% | 39,76% | 36,88% |
| TOTAL DA DESPESA | Conta sintética | | | | 4,01% | 8,03% | 8,54% |

Município de Porto Xavier - RS - Brasil
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015
MEMÓRIA DE CÁLCULOS

Quadro 23- Despesas por grupo de natureza 2010 - 2017

| CÓDIGOS | CONTAS | LIQUIDADO | LIQUIDADO | LIQUIDADO | LIQUIDADO | REESTIMADO | PROJETADO | PROJETADO | PROJETADO |
|---------------------------|--------------------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| | CONSOLIDADAS ANUAIS | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 |
| 3.0.00.00.00.00.00 | DESPESAS CORRENTES | 13.838.014 | 16.267.480 | 18.976.954 | 20.393.618 | 21.162.111 | 22.722.069 | 23.815.612 | 25.134.536 |
| 3.1.00.00.00.00.00 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 6.828.014 | 9.025.352 | 10.259.272 | 12.989.477 | 14.269.832 | 15.755.458 | 16.499.594 | 17.791.233 |
| 3.1.00.00.00.00.00 | Pessoal Próprio | 6.828.014 | 9.025.352 | 10.259.272 | 11.816.512 | 12.830.837 | 14.010.289 | 14.634.930 | 15.853.835 |
| 3.1.00.00.00.00.00 | Pessoal do RPPS | - | - | - | 1.172.965 | 1.438.995 | 1.745.169 | 1.864.665 | 1.937.398 |
| 3.2.00.00.00.00.00 | JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA | 43.245 | 19.119 | 21.680 | 163.537 | 163.008 | 213.985 | 232.379 | 270.707 |
| 3.2.00.00.00.00.00 | Juros e Encargos da Dívida | 43.245 | 19.119 | 21.680 | 163.537 | 163.008 | 213.985 | 232.379 | 270.707 |
| 3.2.00.00.00.00.00 | Juros e encargos da Dívida RPPS | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 3.3.00.00.00.00.00 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 6.966.755 | 7.223.009 | 8.696.002 | 7.240.605 | 6.729.272 | 6.752.626 | 7.083.639 | 7.072.596 |
| 3.3.00.00.00.00.00 | Outras Despesas Correntes | 6.415.938 | 6.541.005 | 7.514.114 | 7.130.898 | 6.615.353 | 6.533.254 | 6.852.159 | 6.828.824 |
| 3.3.00.00.00.00.00 | Outras Despesas Corrente RPPS | 550.817 | 682.004 | 1.181.888 | 109.707 | 113.919 | 219.371 | 231.480 | 243.772 |
| 4.0.00.00.00.00.00 | DESPESAS DE CAPITAL | 1.276.121 | 1.372.425 | 3.516.886 | 2.241.501 | 1.818.767 | 733.712 | 774.938 | 619.673 |
| 4.4.00.00.00.00.00 | INVESTIMENTOS | 980.143 | 1.093.442 | 3.400.352 | 1.918.515 | 1.392.416 | 262.537 | 277.753 | 293.183 |
| 4.4.00.00.00.00.00 | Investimentos | 980.143 | 1.093.442 | 3.400.352 | 1.918.515 | 1.389.262 | 257.537 | 271.753 | 286.183 |
| 4.4.00.00.00.00.00 | Investimentos RPPS | - | - | - | - | 3.154 | 5.000 | 6.000 | 7.000 |
| 4.5.00.00.00.00.00 | INVERSÕES FINANCEIRAS | 22.537 | 4.079 | 8.698 | 18.358 | 9.600 | 10.000 | 10.552 | 11.112 |
| 4.5.90.66.00.00.00 | Concessão de Empréstimos e Fin. | 12.999 | 4.079 | 8.698 | 18.358 | 9.600 | 10.000 | 10.552 | 11.112 |
| 4.5.90.99.00.00.00 | Outras Inversões Financeiras | 9.537 | - | - | - | - | - | - | - |
| 4.6.00.00.00.00.00 | AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA | 273.442 | 274.903 | 107.837 | 304.628 | 416.751 | 461.175 | 486.633 | 315.378 |
| 9.9.99.99.99.99.01 | RESERVA DE CONTINGÊNCIA | | | | | -0 | 100.092 | 100.000 | 100.000 |
| 9.9.99.99.99.99.02 | RESERVA DE CONTINGÊNCIA RPPS | | | | | 1.959.965 | 2.384.244 | 3.332.313 | 4.561.110 |
| TOTAL DA DESPESA | | 15.114.136 | 17.639.905 | 22.493.841 | 22.635.119 | 24.940.843 | 25.940.117 | 28.022.863 | 30.415.319 |

MENSAGEM Nº 2.369/2014

Excelentíssimo Senhor Presidente

Cumprimentamos Vossa Excelência e demais Vereadores na oportunidade em que remetemos o Projeto de Lei nº 2.404/2014, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2015, tendo em vista apreciação e aprovação por essa Egrégia Câmara de Vereadores, pelas razões que seguem:

Com base no art. 165, parágrafo único, da Constituição Federal de 1988, estabelecemos metas e prioridades, incluindo despesas de capital para o exercício subsequente, e nos orientamos para elaboração de Lei Orçamentária Anual.

Em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, integramos de forma clara os instrumentos de planejamento, Plano Plurianual – PPA, com a LDO, e fixamos metas impondo coordenação na execução orçamentária com a financeira, a fim de não haver desequilíbrio nas contas do Ente. Valorizamos o princípio do planejamento e atribuímos a Esta Lei competência para disciplinar os mecanismos das limitações e condições impostos à gestão responsável da coisa pública, permitimos discussão ampla entre Secretários Municipais, técnicos e conselheiros municipais, estes eleitos nas comunidades para ter representação junto ao Executivo. Com esta sistemática, discutimos princípios essenciais da estrutura do orçamento, sem o que se correria o risco de ter uma proposta que, embora consistente, não atenderia as demandas específicas da população.

Na expectativa de manifestação favorável ao Projeto de Lei ora emitido, reafirmamos a Vossa Excelência e demais Vereadores nossas atenciosas saudações.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO XAVIER,
30 DE SETEMBRO DE 2014.**

PAULO SOMMER
Prefeito Municipal

Exmo.Sr.
Ver.ALBERTO DA VEIGA FERREIRA
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores
PORTO XAVIER-RS